

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARÍLIA BÁRBARA DA FONSECA

**DARCY RIBEIRO E A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: uma
perspectiva histórica e educativa (1960-1964)**

**UBERLÂNDIA
2021**

MARÍLIA BÁRBARA DA FONSECA

**DARCY RIBEIRO E A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: uma
perspectiva histórica e educativa (1960-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de Mestrado em Educação Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Romana Isabel Brázio Valente Pinho

**UBERLÂNDIA
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F676d
2021 Fonseca, Marília Bárbara da, 1973-
 Darcy Ribeiro e a Fundação da Universidade de Brasília [recurso eletrônico] : uma perspectiva histórica e educativa (1960-1964) / Marília Bárbara da Fonseca. - 2021.

 Orientadora: Romana Isabel Brázio Valente Pinho.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia.
 Programa de Pós-Graduação em Educação.
 Modo de acesso: Internet.
 Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.5613>
 Inclui bibliografia.

 1. Educação. I. Pinho, Romana Isabel Brázio Valente, 1976-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Glória Aparecida
Bibliotecária - CRB-6/2047

MARILIA BÁRBARA DA FONSECA

DARCY RIBEIRO E A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: uma perspectiva histórica e educativa (1960-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Romana Isabel Brázio Valente Pinho
(Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof. Dr. Márcio Danelon Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof.^a Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti Universidade de Uberaba – Uniube

Uberlândia, 29 de outubro de 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 32/2021/783, PPGED				
Data:	Vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e um	Hora de início:	9:00h	Hora de encerramento:	11:30h
Matrícula do Discente:	11912EDU030				
Nome do Discente:	MARILIA BARBARA DA FONSECA				
Título do Trabalho:	"DARCY RIBEIRO E A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: uma perspectiva histórica e educativa (1960-1964)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Filosofia e Educação em Agostinho da Silva: Demarcando um campo conceitual."				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Giseli Cristina do Vale Gatti - UNIUBE; Márcio Danelon - UFU e Romana Isabel Brázio Valente Pinho - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Romana Isabel Brázio Valente Pinho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Romana Isabel Brazio Valente Pinho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/10/2021, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Danelon, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/10/2021, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giseli Cristina do Vale Gatti, Usuário Externo**, em 29/10/2021, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3134455** e o código CRC **4C5ABD3F**.

Dedico esse trabalho a todos aqueles que no caminho da produção e divulgação do conhecimento tenham um gosto especial pela história da Educação e admirem seus principais atores e encorajadores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, a toda minha família pelo apoio incondicional, aos meus colegas e amigos pelo incentivo constante e aos meus professores pela contribuição inestimável a minha formação humana e profissional.

RESUMO

A presente dissertação é resultado do estudo sobre “Darcy Ribeiro e a Fundação da Universidade de Brasília: uma perspectiva histórica e educativa (1960-1964)” e constitui-se numa pesquisa vinculadas ao Programa de Mestrado em Educação e insere-se na linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação”. Em sua consecução, foi realizada uma contextualização histórica do processo educacional com ênfase na primeira metade da década de 1960 e escopo na utopia da criação da Universidade de Brasília (UnB). Concentrou-se no período de 1960-1964 por ser o período de implementação da instituição até o golpe de 1964 em que a concepção utópica inicial foi interrompida por esse golpe militar. A trajetória da UnB se entrelaça com a história da capital. A concepção da UnB delineava-se num projeto de intelectuais que concebiam a educação como perspectiva de mudança no cenário brasileiro; bem mais que um projeto, significava também uma missão. Diante desse contexto, o objetivo desse estudo foi analisar os preceitos educacionais defendidos por Darcy Ribeiro no processo de fundação da UnB numa perspectiva histórica e educativa. A metodologia utilizada pauta-se na pesquisa bibliográfica e documental, ocupando-se da obra de Darcy Ribeiro, especificamente no que tange à criação da referida universidade. Os documentos e a literatura investigada mostraram que tendo em vista a perspectiva de homem integral, Darcy Ribeiro, juntamente com outros intelectuais e políticos, idealizaram a construção da UnB, para que ela fosse “a mãe, o ideário” das universidades brasileiras. Assim, a UnB foi concebida a partir da realidade, uma autêntica universidade brasileira, com a utopia de solucionar os problemas brasileiros, seria a universidade necessária, visto que acreditavam na reforma universitária como instrumento de superação do atraso do Brasil. No ideário dos seus fundadores, esta instituição contribuiria para minimizar a estratificação da sociedade, pois acreditavam na educação pública de qualidade, laica e gratuita, que conseguisse integrar a escola básica e a universidade, a teoria e a prática, e que, fundamentalmente pudesse estreitar a distância entre as classes abastadas e as classes menos favorecidas da população. Uma das preocupações de Darcy Ribeiro era a educação emancipatória que as pessoas das classes populares deveriam receber nas escolas públicas, com escopo na concepção humanista. A pesquisa arrazoou também sobre a invasão da UnB pelas tropas militares e as consequências da ditadura, a diáspora de seus professores e o sonho interrompido. Em suma, este estudo evidenciou a concepção de ensino superior no ideário de Darcy Ribeiro exposto na construção da UnB como universidade necessária ao Brasil.

Palavras-chave: Universidade de Brasília. Darcy Ribeiro. Humanista. Intelectuais. Educação Pública.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a study entitled “Darcy Ribeiro and the foundation of the University of Brasília: a historical and educational perspective (1960-1964)”. This research is linked to the Master's Program in Education of the Federal University of Uberlândia and follows the researches on the field of “History and Historiography of Education”. In its analysis, a historical contextualization of the educational process was carried out, with emphasis on the first half of the 1960s and scope in the utopia of the creation of the University of Brasília (UnB). It focused on the period between 1960, as it was the period of implementation of the university, and 1964 when a military coup interrupted the ideal present in the foundation of UnB. The path of the UnB is intertwined with the history of Brazil's capital itself. The conception of the UnB was outlined in a project of intellectuals who have conceived education as a perspective of social change in the Brazilian scenario; much more than a project, it also meant a mission. Given this context, this study aimed to analyze the educational precepts defended by Darcy Ribeiro in the founding process of the University of Brasília (UB) from a historical and educational perspective. The methodology used is based on bibliographical and documentary research focusing on the work of Darcy Ribeiro, specifically concerning the creation of the aforementioned university. The documents and the investigated literature showed that bearing in mind the perspective of a human being in its wholeness, Darcy Ribeiro, together with other intellectuals and politicians, conceived the construction of the UnB, so that it would be “the mother, the ideal” of Brazilian universities. Thus, UnB was conceived based on our reality, an authentic Brazilian university, with the utopia of solving its problems it would be the necessary university since they believed in the university reform as an instrument to overcome Brazil's backwardness. Under its founder's ideals, this institution would contribute to minimizing the stratification of society, as they have believed in quality, secular, and free public education, which would manage to integrate school and university, theory and practice, and which, fundamentally, could narrow the distance between the wealthy and the lower class. One of Darcy Ribeiro's concerns was the emancipatory education that people from the lower class should receive in public schools, within the scope of the humanist conception. We will also debate about the invasion of the UnB by military troops and the consequences of the dictatorship, the diaspora of its professors, and the interrupted dream. In short, this study showed the conception of education in the ideas of Darcy Ribeiro exposed in the construction of UnB as a necessary university for Brazil

Keywords: University of Brasília. Darcy Ribeiro. Humanist. Intellectuals. Public education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	- Matrículas em universidades para cada 100 mil habitantes no ano de 1957...	57
Figura 1	- Projeto em formato de sinal da cruz.....	59
Figura 2	- Mudança no cruzamento do eixo devido à adaptação à topografia local.....	60
Figura 3	- Plano Piloto de Brasília.....	61

LISTA DE SIGLAS

AI1	Ato Institucional nº 1
AI5	Ato Institucional nº5
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior
CBEP	Centro Brasileiro de Estudos Portugueses
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEB	Centro de Estudos Brasileiros
CIEPs	Centros Integrados de Educação Pública
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CTP	Centro de Tradições Populares
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
ICALP	Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
INEP	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PROEDES/	Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Universidade
UFRJ	Federal do Rio de Janeiro
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
UDF	Universidade do Distrito Federal
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
URJ	Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – DARCY RIBEIRO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	14
1.1 Breve apresentação histórica da educação no Brasil.....	14
1.2 Darcy Ribeiro: vida, obra, política e educação.....	32
1.3 A concepção humanista de Darcy Ribeiro.....	40
CAPÍTULO 2 – A AÇÃO DE DARCY RIBEIRO NA FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.....	54
2.1 A criação da Universidade de Brasília: sua relação com a nova capital.....	52
2.2 O Plano Orientador da Universidade de Brasília.....	59
2.3 Ação e inovação nos primeiros anos da Universidade de Brasília: o exemplo de Agostinho da Silva e o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CEBEP) como centro de pesquisa e extensão.....	65
CAPÍTULO 3 – A UTOPIA EDUCACIONAL EM DARCY RIBEIRO.....	73
3.1 Universidade para quê?.....	73
3.2 A universidade necessária e a universidade utópica.....	83
3.3 A UnB e o golpe de 1964: utopia interrompida e diáspora.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da história da humanidade, a educação esteve vinculada aos princípios da formação do indivíduo visando seu desenvolvimento. Em meados do século XVI, os padres Jesuítas desembarcaram na colônia e instituíram o processo formal de ensino fundamentado no catolicismo. Mediante constante evolução da sociedade e atendendo às suas decorrentes necessidades surge também a demanda pelo aprimoramento da educação pertinente às transformações ocorridas ao longo dos séculos subsequentes.

A dissertação intitula-se ‘Darcy Ribeiro e a fundação da Universidade de Brasília: uma perspectiva histórica e educativa (1960-1964)’ e constitui-se numa pesquisa vinculadas ao Programa de Mestrado em Educação e insere-se na linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação”. Ademais, efetuou-se uma análise sucinta sobre os movimentos identitários no interim compreendido entre as décadas de 1920 e de 1960. Em sua consecução, ainda, foi realizada uma contextualização histórica do processo educacional com ênfase na primeira metade da década de 1960 e escopo na utopia da criação da Universidade de Brasília (UnB). Concentrou-se no período de 1960-1964 por ser o período de implementação da instituição até o golpe de 1964 em que a concepção utópica inicial foi interrompida por esse golpe militar.

A gênese desse trabalho começou a conjecturar-se a partir do interesse pelo legado do antropólogo, educador e político Darcy Ribeiro (1922-1997) e suas contribuições, inculcado por ideais progressistas e constituindo-se num expoente do cenário educacional brasileiro. Destarte, o objetivo deste trabalho consiste em analisar os preceitos educacionais defendidos por Darcy Ribeiro no processo de fundação da UnB numa perspectiva histórica e educativa.

Vale ressaltar que Darcy Ribeiro preconizava um projeto educacional de natureza universalista, libertadora e humanista. Assim, o ideal de formação humana como princípio norteador na construção da UnB pelo intento de vários intelectuais tanto brasileiros quanto estrangeiros, que acreditavam na educação como agente transformador da sociedade e que almejaram a formação de homem integral como base para uma sociedade mais justa e igualitária.

No projeto da UnB, foi enaltecido seu compromisso com a solução dos problemas nacionais e a missão de capacitar em nível de “primeiro mundo” os estudantes, somando-se a isso o empenho em sua formação cidadã. “visava-se à formação integral, na unidade entre teoria e prática, em antagonismo à fragmentação do ensino provocada pela existência de inúmeras disciplinas apresentadas como isoladas e autossuficientes.” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017).

O aprendizado médico era realizado sob a forma de treinamento em serviço, no atendimento das demandas reais, isto é, o aluno aprendia fazendo (DIAS, 2013, p. 178). Para tanto, o interesse nesse estudo pelo aporte de Darcy Ribeiro valendo-se da colaboração desses doutos na época da fundação da UnB e nos seus primeiros anos de funcionamento, pautada na utopia da universidade salvadora.

Em outro plano, aborda-se o processo de criação da UnB que aconteceu concomitante com a construção da nova capital brasileira. A seguir, aborda-se também sobre a reforma universitária ocorrida, assim como na revisão literária a respeito da trajetória, vida e obra de Darcy Ribeiro e, para além, algumas relações interpessoais entre Darcy Ribeiro e outros intelectuais na época da fundação da Universidade de Brasília, revisitou-se o Plano Orientador da UnB, que aduz legislações acerca da criação e fundação da UnB, descreve alguns elementos do projeto arquitetônico de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, além de toda estrutura de funcionamento da universidade e sua relação com a nova capital.

A metodologia incluiu a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Sousa, Oliveira e Alves (2021), insere-se no meio acadêmico como uma modalidade que ocupa-se do aprimoramento e atualização do conhecimento por meio de obras já publicadas, que incluem: livros, artigos científicos, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, entre outros, visando colocar o pesquisador em contato direto com material já produzido alusivo ao tema pesquisado.

Além da pesquisa bibliográfica, pautou-se o constructo dessa dissertação na pesquisa documental a partir de dados, fatos e acontecimentos pertinentes para o embasamento, conferindo-lhe caráter científico, pois, segundo André e Ludke (2018), os documentos são uma fonte eficaz que traz evidências concretas para fundamentar as declarações do pesquisador sobre o contexto em estudo.

Os documentos e obras foram selecionados ocupando-se da obra de Darcy Ribeiro, especialmente, no que tange à criação da UnB. Utilizou-se o acervo de legislações brasileiras como também artigos, teses e dissertações sobre o assunto. Acredita-se que o tipo de pesquisa aqui utilizado é pertinente ao tema na medida em que se considera que o conhecimento da realidade está associado à sua história e à sua constante transformação.

Todo o material foi organizado e analisado, resultando na elaboração da dissertação em três capítulos. O Capítulo 1 versa sobre Darcy Ribeiro, com breve apresentação do contexto histórico educacional do Brasil, principalmente por intermédio de legislações concernentes. Ao longo do capítulo a ênfase concentra-se na revisão literária a respeito da trajetória, da vida e

obra de Darcy Ribeiro e de suas relações interpessoais. Aborda também acerca dos preceitos educacionais de Darcy Ribeiro alicerçados na influência da concepção humanista.

O Capítulo 2, por sua vez, aponta a atuação de Darcy Ribeiro na fundação da UnB e a relação dessa com a nova capital Brasília. Considerando a criação dessa instituição como universidade necessária para a transformação do contexto sociocultural brasileiro, torna-se relevante abordar as concepções mencionadas no Plano Orientador da UnB de 1962.

É abordada também a relação de Darcy Ribeiro e Agostinho da Silva a partir do momento em que se conheceram, em 1954, na Exposição do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo até a convivência deles durante os primórdios da fundação da Universidade de Brasília. No decorrer desse processo, houve a contribuição de vários intelectuais tanto brasileiros quanto estrangeiros, que participaram da fundação dessa instituição. Foi elegido como exemplo o professor Agostinho da Silva para tratar mais especificamente, pois considera-se que seus ideais de caráter humanista e a valorização da cultura local por intermédio do intercâmbio de saberes entre a população e a universidade expressavam a concepção da UnB.

Outra questão foi o fato de Agostinho da Silva exilar-se no Brasil fugindo da ditadura portuguesa e pouco tempo depois vivenciar novamente as agruras de uma ditadura, dessa vez, no Brasil, concomitante com a atuação dele e de Darcy nos primeiros anos de funcionamento da UnB. Agostinho da Silva também foi o responsável por criar e compor com uma biblioteca o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP) com sede nas dependências da UnB. Para além de tudo isso, Darcy Ribeiro enviou para apreciação de Agostinho da Silva o anteprojeto da UnB e também convidou-o para compor o corpo docente da instituição. Não menos importante, foi o período que residiu vários alunos em um barracão de madeira construído na área da UnB e denominado de “trapa”. Alguns desses alunos, Agostinho encaminhou da Bahia para continuarem seus estudos na novel instituição, além de prover as necessidades básicas da trapas com seu salário de professor. Em suma, utilizou-se o aporte de Darcy Ribeiro valendo-se da colaboração de Agostinho da Silva na época da fundação da UnB e nos seus primeiros anos de funcionamento, pautada na utopia da universidade necessária.

Por fim, o Capítulo 3 debruça-se sobre a necessidade da reforma universitária como instrumento para superar o atraso do Brasil. A UnB seria construída a partir da realidade, uma universidade autenticamente brasileira, que tinha a utopia de ajudar a solucionar os problemas nacionais, seria a Universidade Necessária. Acima de tudo, há que se salientar que ambicionavam um novo conceito para a educação universitária brasileira, divergente daquela que até o início da década de 1960 era oferecida no país. A abordagem final trata dos problemas

que o golpe militar de 1964 imprimiram ao funcionamento da UnB, interrompendo o sonho presente em seus idealizadores e a consequente diáspora dos seus professores. No período ditatorial a UnB foi invadida por tropas militares diversas vezes, pois consideravam-na como antro subversivo, perigoso e comunista. Mediante esse cenário de postura unilateral, foram demitidos injustamente o Reitor Anísio Teixeira dentre tantos outros que faziam parte do corpo docente da UnB. Nesse ínterim, Darcy Ribeiro se exilou no Uruguai e testemunhou de longe a derrocada da utópica universidade.

Somos provocados a refletir sobre a visão utópica possível e de educação integral de homem, tendo em vista os paradigmas atuais da educação pública brasileira. Acredita-se que se tenha feito aqui também um estudo comprometido com a realidade da educação pública no Brasil. Uma outra intenção do presente trabalho é despertar o desejo de contribuir para a formação de educação holística, laica, pública e emancipatória. Pretende-se, com o estudo a ser tratado nesta pesquisa, auxiliar na compreensão dos temas trabalhados e contribuir para a melhoria da educação pública brasileira. Em outras palavras, espera-se, de alguma maneira, contribuir com uma reflexão acerca da relevância da educação pública brasileira e também, ao longo do trabalho mencionar propostas que porventura favoreçam a educação pública em uma perspectiva de formação humana. Diante do assunto proposto, acredita-se que os resultados obtidos possam contribuir de maneira relevante para esclarecimentos, mesmo sabendo que o tema não se esgotará após a leitura da presente dissertação.

CAPÍTULO 1 - DARCY RIBEIRO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

1.1 Breve apresentação histórica da educação no Brasil

Para entender melhor a história do ensino universitário no Brasil é relevante analisar o contexto histórico e, principalmente, atentar às singularidades simultaneamente associadas à complexidade da sociedade. Deve-se, desse modo, observar os vários aspectos que envolvem a criação das universidades no Brasil para melhor compreensão do decurso dessa instituição. No processo de construção da história da educação superior brasileira nos deparamos com alguns entraves acerca do ensino universitário tanto em relação ao desinteresse da elite quanto dos colonizadores portugueses.

A educação jesuítica na colônia era ministrada pela Companhia de Jesus, que publicou em 1599 um método pedagógico e que enfatizava em sua programação os fundamentos da cultura europeia, “mais precisamente de Portugal, valorizando conhecimentos religiosos e da área de Humanas. Era direcionado para os filhos dos dirigentes da sociedade da época, sem pretensão de instruir índios e negros: a estes era destinada exclusivamente a catequese” (MELO, 2012, p. 13). Dessa maneira, a Companhia de Jesus formava vários profissionais para atuar na Colônia, como também seus dirigentes. Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, acreditava no progresso e na melhoria da qualidade de vida alicerçadas na razão e no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Considerando esse contexto, somente em 1759 os jesuítas foram expulsos de todas as colônias portuguesas pelo Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, culminando com a perda da hegemonia dos jesuítas na educação. Esse movimento foi denominado de Reformas Pombalinas e teve o objetivo de desvincular a educação do poderio religioso para atender aos interesses do Estado. Dentre os avanços propostos por tal reforma temos: “1. a formação do perfeito nobre (negociante); 2. simplificação e abreviação dos estudos, motivando o ingresso em cursos superiores; 3. melhoria do aprendizado da língua portuguesa; e 4. inclusão de conhecimentos científicos”. Devido à influência jesuítica esses “ideais não foram concretizados plenamente” (MELO, 2012, p. 19).

Em seus primórdios, as universidades eram concebidas como lugares destinados às famílias abastadas em detrimento das menos favorecidas que, por inúmeras razões, não tinham acesso à escolarização, quiçá, condições financeiras para frequentar essas instituições. Assim, ao findar o ensino ginásial, muitas vezes em colégios jesuítas, aqueles jovens eram enviados, principalmente, para as universidades europeias, mormente para a Universidade de Coimbra,

em Portugal, com o propósito de continuarem seus estudos e posterior regresso ao Brasil. Cogitando a desigualdade da sociedade e a necessidade da manutenção do poder pela nobreza, por conseguinte, evidente que não necessitavam da criação de instituições de cunho superior em território brasileiro, afinal, podiam continuar seus estudos onde bem quisessem.

Por um lado, a aristocracia brasileira mantinha seu lugar na sociedade local, gozando de poder político e econômico, o que, por consequência, implica deter propriedade e exclusividade sobre o acesso ao conhecimento. Por outro lado, a Coroa Portuguesa, que influenciava política e culturalmente o Brasil colônia, não possuía interesse em investir na construção de universidades nas terras tupiniquins. Temos, à vista disso, que por muito tempo faltou interesse daqueles que, aqui ou lá, teriam as condições de fundar universidades no Brasil. Além disso, centrar na Europa o acesso à formação educacional mantinha a heteronomia necessária à sujeição da colônia a ambas as aristocracias.

É sabido que a vinda da Monarquia para o Brasil ocorreu no ano de 1808 em razão do Bloqueio Continental estabelecido por Napoleão Bonaparte, rei da França. As exigências que Napoleão fazia a Portugal afetariam a relação amistosa que existia entre Portugal e Inglaterra, posição que não agradava aos portugueses:

A vinda da família real para o Brasil deu-se na passagem de 1807 para 1808 e foi resultado da guerra travada entre França e Reino Unido durante o período napoleônico. A transferência da corte ocorreu pela recusa de Portugal em obedecer às ordens da França e aderir ao Bloqueio Continental, instituído com o objetivo de prejudicar os ingleses, em 1806. Com isso, o regente de Portugal, D. João, filho de D. Maria I, decidiu transferir toda a corte para o Brasil. Assim, o poder português instalou-se no Rio de Janeiro, resultando em transformações que tiveram influência fundamental no desencadeamento do processo de independência do Brasil, alguns anos depois. (SILVA, 2021).

Diante da imposição estabelecida por intermédio de Napoleão Bonaparte à Coroa Portuguesa, o que houve não foi simplesmente a vinda da Família Real para o Brasil, pois a iminência de guerra entre Portugal, Espanha, França e Inglaterra culminou com a transferência da sede do governo português para a capital do Brasil, naquela época estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. Assim sendo, a chegada dos Bragança ao Brasil não mudou apenas o cenário político e econômico, mas também resultou em mudanças profundas no panorama cultural da colônia. De forma súbita, a monarquia portuguesa é obrigada a deixar a Europa para instalar-se num território diverso do que estavam habituados em Portugal.

Com o propósito de minimizar a desigualdade cultural existente entre Portugal e sua principal colônia, D. João começa a instaurar algumas melhorias, como a Abertura dos Portos

às Nações Amigas, atendendo à demanda dos ingleses e aos interesses de alguns grupos da colônia. A Imprensa Régia foi criada como parte da estrutura burocrática do Império e teve a finalidade de imprimir documentos diplomáticos, legislações e quaisquer outras obras. Houve nessa mesma época a fundação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Ademais, foram criadas as primeiras escolas superiores na Colônia, dentre tantas outras benfeitorias, considerando a nova demanda advinda tanto da monarquia portuguesa quanto da aristocracia brasileira. Não obstante, a partir de 1808 são criados cursos determinados principalmente a formar profissionais para operar a máquina do Estado.

De acordo com Fávero (2006, p. 20):

Entre as tentativas de criação de Universidade no Brasil, ao longo dos anos, registra-se, no nível das intenções, a que constava da agenda da Inconfidência Mineira. Tentativas, sem êxito, continuaram por mais de um século. Uma delas coincide com a transferência da sede da monarquia para o Brasil

Ao longo do século XIX, vários cursos e academias foram criadas com ênfase nas profissões liberais, como engenharia, medicina e direito. Ainda, segundo Fávero (2006), no ano de 1889, em sua última Fala do Trono, o Imperador D. Pedro II propôs “a criação de duas universidades: uma no norte e outra no sul do país, que poderiam constituir-se centros de alta organização científica e literária”, porém, sem êxito. Com a Proclamação da República outras tentativas foram feitas.

A Constituição Política do Império do Brasil de 1824, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em março de 1824, traz algumas considerações a respeito da educação, no Art. 179: “XXXII. A Instrução primaria e gratuita a todos os Cidadãos. XXXIII. Collegios, e Universidades, onde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes” (BRASIL, 1824, p. 7). Porém, na prática não foi perceptível regulamentação específica direcionando para a efetivação e concretização do disposto contido nos apontamentos legais. Diante da evidência que conduz o texto legal, no inciso XXXII é citada a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, todavia, torna-se importante rememorar a natureza escravocrata da sociedade brasileira do início do século XIX e quais indivíduos realmente eram considerados cidadãos no ano de 1824.

Destarte, nessa época a educação era também ministrada em âmbito domiciliar e tão somente famílias detentoras de determinado poder aquisitivo dispunham de condições financeiras suficientes para contratar uma preceptora responsável pela educação dos rebentos da família. Neste sentido, ainda se vislumbra no Brasil Imperial uma perspectiva de educação

pautada na dualidade da sociedade, acentuando paulatinamente a desigualdade entre os brasileiros. A educação não se configurou como prioridade do Império, que optou em “investir na busca de soluções imediatas para os problemas políticos e econômicos” (MELO, 2012, p. 32). Assim, houve um fortalecimento da influência inglesa, posto que “não tivemos a preocupação de organizar o sistema escolar e disponibilizar recursos para o ensino que capacitassem o aluno a criar tecnologia nacional para desenvolver atividades manufatureiras.” (MELO, 2012, p. 32).

No século XIX existem muitos relatórios sobre a matéria educacional de

[...] “ministros dos Negócios do Império”, aos quais estavam vinculados aos serviços de educação, dirigidos à Assembleia Geral, destacando a importância do ensino para a nação e procurando transformar seus projetos de lei em lei, através de votação em plenário, sem, no entanto, obter sucesso na empreitada. (ROCHA, 2010, p. 134).

Seguindo esse panorama da educação conforme o autor mencionado anteriormente, temos duas referências importantes da segunda metade do século XIX, o Decreto Coutto Ferraz de 1854 e o Decreto Leoncio de Carvalho de 1879, constituindo-se de decretos-leis, posto que “[...] nunca foram votados pela Assembleia Geral, restringindo sua eficácia apenas naquilo que não implicava a verba pública.” (ROCHA, 2010, p. 134). Especialmente na primeira metade do século XIX, observa-se o desvelo com a ampliação da educação à população livre em geral, assim como a incapacidade do Governo em ampliar as verbas da educação em simultâneo com o objetivo de fiscalização das instituições de ensino. Ainda em conformidade com Rocha (2010) em 1854, com as disposições acerca do Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, conhecido como Decreto Coutto Ferraz, que versa sobre o “Regulamento da instrução primaria e secundaria do Município da Côrte”, evidencia-se um

Estado fortemente proponente da educação, [...] mais pela regulação e fiscalização que propriamente pelo investimento público, embora este seja também instigado por ministros e políticos em geral comprometidos com o entendimento do papel da educação na formação da sociedade civil. (ROCHA, 2010, p. 130).

Nas décadas finais do período imperial, a educação foi posta em debate por ser considerada um fator importante no desenvolvimento da sociedade. Diversos intelectuais e políticos da época a definiram como meio indispensável à preparação do trabalhador e do cidadão, vislumbrando a possibilidade de a educação contribuir para o progresso. Nessa época, foi relevante a contribuição de Carlos Leoncio de Carvalho, que ocupou a Pasta dos Negócios do Império no Gabinete Liberal de 1878 a 1880, a qual possuía à época atribuição na matéria

educacional. Carlos Leoncio de Carvalho foi um dos autores que destacou a educação como elemento significativo na vida e na formação do indivíduo e indispensável para a sociedade da época, com o ideário da modernização. Considerando esse contexto, foi promulgado o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, também conhecido como Decreto Leoncio de Carvalho, que propunha a “[...] reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio.” (BRASIL, 1879). Mesmo com a desigualdade da sociedade no século XIX, alguns homens livres lutavam pela melhoria da educação, principalmente a partir da Constituição do Império de 1824 devido a legislação daquela época pautar a formação do sufragista.

A “livre-frequência” estabelecida no Decreto Leoncio de Carvalho, relativa ao segundo e terceiro grau, teve duração efêmera, pois em 1896 é instaurada a frequência obrigatória nas faculdades. Esse Decreto previa também o oferecimento do ensino superior nas províncias, podendo ser ministrado pela iniciativa privada com adesão a alguns critérios, como a admissão das matérias oferecidas nas faculdades oficiais, a supressão do controle de frequência e de exames parciais. Sobre a fiscalização governamental, temos, no Art. 21, que o “Governo nomeará annualmente commissarios que assistam a esses exames a informem sobre a sua regularidade.” (BRASIL, 1879).

Pela continuidade dos fundamentos do Império e início da República, houve um atraso em pensar a educação como direito social. Havia como referência de nação os países ocidentais, porém, Chile, Argentina e Uruguai já tinham uma concepção de educação como direito social.

[...] com o desenrolar dos eventos de política de educação em países vizinhos como Argentina, Chile, Uruguai, que já constituíam a educação como direito, com população abrangente às suas populações, no decorrer da segunda metade do século XIX. [...] o “ensino livre” na forma como foi institucionalmente compreendida no contexto nacional, como livre-oferta de ensino, é a dimensão mais aparente de continuidade entre Império e República, pois prevalecerá até quando vigorou a lei Rivadávia Corrêa (1911-1915). [...] Buscava-se corresponder a uma modernidade do mundo, especialmente norte-americano, de “povos dotados de self-governement”, sem perceber que àquele tempo o movimento institucional dos países que serviam de referência já se fazia no sentido do controle estatal sobre a educação. (ROCHA, 2010, p. 126-127).

As faculdades livres habilitavam para funções de adidos em embaixadas, escreventes em secretarias públicas, sendo desnecessário exame para admissão nessas posições. Assim, muitos procuravam o título de bacharel mais em razão desses privilégios que pela aspiração a uma profissão. Há de considerar também que o ingresso nas faculdades exigia das famílias certa condição financeira para o custeio das despesas do ingresso à instrução superior. Outro fato

citado anteriormente são os exames de língua estrangeira exigidos dos candidatos como requisito para admissão em cursos, como Medicina, Farmácia, Cirurgião Dentista e Direito. O decreto 7.247/1879, em seu Art. 21, trouxe a possibilidade de oferta da instrução superior pela iniciativa privada: “E’ permittida a associação de particulares para a fundação de cursos onde se ensinem as materias que constituem o programma de qualquer curso official de ensino superior. O Governo não intervirá na organização dessas associações.” (BRASIL, 1879).

Esse decreto trouxe também a prerrogativa de interiorizar a instrução superior em todo o Império e a atuação da Igreja por meio das faculdades livres. Sobre a não obrigatoriedade da frequência, encontra-se descrito no Art.20, parágrafo 6º: “Não serão marcadas faltas aos alumnos nem serão elles chamados a lições e sabatinas.” (BRASIL, 1879). Para Vicente e Gonçalves Neto (2019, p. 57) “a abolição do controle da frequência teria sido estratégica para enfraquecer o teor crítico do movimento estudantil, daquela época, no qual eram crescentes as aspirações republicanas.”. A Reforma Leoncio de Carvalho prevaleceu até novembro de 1890 quando foi sancionado o Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 (BRASIL, 1890), conhecido como Reforma Benjamin Constant.

A Proclamação da República foi efetivada no ano de 1889 e logo após, em 1891, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Por conseguinte, o Brasil passou a adotar uma nova forma de governo tornando-se uma República. Considerando o período anterior à promulgação da Constituição de 1891, alguns atos e decretos com pauta a respeito da educação foram publicados, dentre eles:

- Decreto nº 6, de 19/11/1889: extinguiu o voto censitário e impôs como condição para o exercício da cidadania a alfabetização dos indivíduos;
- Decreto nº 7, de 20/11/1889: atribuiu aos Estados à instrução pública em todos os graus;
- Aviso nº 17, de 24/04/1890: tornou laico o currículo do Instituto Nacional, ex-Pedro II;
- Criação da Secretaria de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 19/04/1890: embora esse órgão tenha sido extinto em 30/10/1891, várias iniciativas realizadas durante o período merecem atenção: criação do Pedagogium, órgão responsável pela reforma da instrução pública primária e secundária no Distrito Federal, bem como do ensino superior, que possibilitou o surgimento de faculdades livres e oficiais e também do Conselho de Instrução Superior no Distrito Federal (TEIXEIRA, 2008, p. 152).

Examinando o excerto ajuizado no Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, (BRASIL, 1889a) determinando que para se tornar um eleitor, gozando assim de seus direitos civis e políticos, o indivíduo deverá ser alfabetizado. Notamos que esse decreto evidencia que as

políticas públicas inerentes ao processo de escolarização estavam em certa medida arraigadas a interesses da aristocracia e do estadista brasileiro.

Já o Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889, atribui aos governadores dos Estados a responsabilidade sobre o oferecimento da educação pública em seu Art. 2º: “§ 2º Providenciar sobre a instrução publica e estabelecimentos proprios a promover-a em todos os seus grãos.” (BRASIL, 1889b). Atentando ao disposto no decreto supramencionado, pode-se inferir certa descentralização da matéria da educação de competência da república em face do ente estadual.

Com base na análise textual da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, o direito à educação foi disciplinado em seu Art. 35 que transfere ao Congresso a competência de legislar sobre a educação:

Art. 35 – Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: [...] 2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais; 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal. (BRASIL, 1891).

Observa-se também que o Art. 70 da lei supracitada infere que não podem ser eleitores os cidadãos analfabetos (BRASIL, 1891). Assim, corrobora com o disposto no Decreto 6 citado previamente. Não obstante, na mesma Constituição, a educação não é matéria de competência exclusiva da União. Ainda tratando desse texto constitucional, encontram-se descritas nas atribuições do Congresso, em seu Art. 34, inciso XXX, que “legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a policia, o ensino superior e os demais serviços que na capital forem reservados para o Governo da União” (BRASIL, 1891). Já o Art. 72 trata da laicidade da educação, opondo-se naquela época à tradição do ensino ministrado pela Igreja Católica, conforme explicitado no parágrafo 6º: “será leigo o ensino ofertado pelos estabelecimentos publicos” (BRASIL, 1891). Nesse momento, acontece a dissociação da educação pública como matéria de responsabilidade das instituições religiosas, passando para o Estado a incumbência de oferecer o ensino laico.

Após a Constituição de 1891, continuamos a versar sobre as reformas educacionais, não obstante, por se tratar de matéria extensa, optamos em arrazoar somente uma fração de legislações a partir da República Velha, perpassando pelo Estado Novo, até o Golpe Militar de 1964, com o intuito de melhor compreender as bases do ensino superior no Brasil. Abordaremos algumas questões acerca do Decreto 8.659 de 1911 denominado de Reforma Rivadávia Corrêa e também conhecida como “Lei Orgânica do Ensino Superior e do

Fundamental na República” (BRASIL, 1911), que desoficializou o ensino brasileiro consentindo plena autonomia didática e administrativa como consta em seus artigos iniciais:

Art.1º A instrução superior e fundamental, diffundidas pelos institutos creados pela união, não gosarão de privilegio de qualquer especie. Art.2º Os institutos, até agora subordinados ao Ministerio do Interior, serão, de ora em diante, considerados corporações autonomas, tanto do ponto de vista didactico, como do administrativo. (BRASIL, 1911).

Outro aspecto a se considerar está disposto no Art. 65, que estabelece a criação de exames de admissão, uma versão análoga ao atual vestibular, como forma de ingresso à faculdade.

Art.65. Para concessão da matricula, o candidato passará por exame que habilite a um juizo de conjuncto sobre o seu desenvolvimento intellectual e capacidade para emprehender efficazmente o estudo das materias que constituem o ensino da faculdade. § I. O exame de admissão a que se refere este artigo constará de prova escripta em vernaculo, que revele a cultura mental que se quer verificar e de uma prova oral sobre línguas e sciencias. (BRASIL, 1911).

O Decreto 8.659 de 1911 evoca questões inerentes a descentralização da educação, considerando a autonomia didática e administrativa das instituições de ensino, da continuidade à ênfase no ensino superior, além da criação de um Conselho Superior de Ensino, inscrito em seu Art. 5º:

O Conselho Superior do Ensino, creado pela presente lei, substituirá a função fiscal do Estado; estabelecerá as ligações necessarias e imprescindiveis no regimen de transição que vae da officialização completa do ensino, ora vigente, a sua total independência futura, entre a União e os estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1911).

No parágrafo único do Art. 12, fica estabelecido que “O presidente do Conselho Superior será nomeado livremente pelo Governo. Os docentes serão indicados por eleição das Congregações e o mandato delles será biennal.” (BRASIL, 1911). Tal afirmação indica representação dos interesses governamentais no interior dos estabelecimentos de ensino mesmo diante da autonomia didática e administrativa tratada nesse decreto. Quanto aos representantes dos docentes das instituições que comporão o mencionado conselho, serão eleitos em suas respectivas instituições.

Considerando a liberdade de ensino outorgada pelo Decreto 8.659 de 1911 e o conseqüente declínio na qualidade dos cursos oferecidos, parte da reforma foi revogada dando

origem, no ano 1915, à Reforma Carlos Maximiliano e referenciada por João Cardoso Palma Filho (2005) em seu texto “A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)”. De acordo com Palma Filho (2005, p. 5), “como consequência, foram desastrosos os resultados da reforma iniciada em 1911. Tão desastrosos que a mesma acabou revogada parcialmente em 1915, pelo ministro do Interior Carlos Maximiliano”.

Em uma análise mais ampla, serão consideradas também alguns fragmentos em relação ao Decreto 11.530 de 1915, também denominada de Reforma Carlos Maximiliano, que “Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica” totalizando seis instituições de ensino secundário e superior, sob a égide do governo federal. Essa legislação reitera a ênfase tanto no ensino secundário oferecido pelo Colégio Pedro II com sede no Rio de Janeiro quanto nas faculdades constantes dos estados da Bahia, Pernambuco, São Paulo e no Distrito Federal, que nessa época era situado no estado do Rio de Janeiro, e também uma Escola Politécnica no Rio de Janeiro. Considerando o disposto na Reforma Carlos Maximiliano, indubitavelmente o Rio de Janeiro concentra sumo quantitativo de instituições de ensino secundário e superior em detrimento de outras unidades da federação (BRASIL, 1915). A seguir um fragmento da legislação de acordo com o descrito no seu Art. 5º:

O Governo manterá uma faculdade official de Medicina no Estado da Bahia e outra no Districto Federal; uma faculdade de Direito em S. Paulo e outra em Pernambuco; uma Escola Polytechnica e um instituto de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro. (BRASIL, 1915).

Encontra-se inferido no texto da Reforma Carlos Maximiliano que o Governo Federal atribuiu a essas instituições de ensino personalidade jurídica tanto para receber doações quanto para celebrar contratos e adquirir bens, o que imputa certa autonomia financeira em relação aos subsídios advindos do governo por meio de verba concedida pelo Congresso Nacional.

Ao longo do texto, empreende-se que seriam cobradas taxas de inscrição para participação no vestibular, efetivação de matrícula, expedição de diploma, dentre outros. Outra questão a ser considerada está na realização do exame vestibular concentrado na cidade do Rio de Janeiro, o qual certamente inviabilizou o acesso de grande parte da população ao ensino superior. Fica explícito no Art. 99 que “não haverá alumnos gratuitos nos institutos de ensino superior” (BRASIL, 1915). Quando se verifica sobre a gratuidade do Colégio Pedro II, somente 25% das vagas da instituição seriam gratuitas, o que não significa destinar tal quota às pessoas menos favorecidos economicamente. Para comprovar tal afirmação basta observar, além de outros aspectos, a referência bibliográfica exigida no exame de admissão em língua estrangeira

para fins de tradução de trechos em alemão, inglês e francês. Apresenta-se também como requisito de admissão no ensino ginasial do Colégio Pedro II prova escrita de latim, que consistiria em obras clássicas, e prova oral sobre as orações de Cícero. O curso ginasial do Colégio Pedro II tinha duração de cinco anos e funcionava em regime de internato e externato.

Com relação ao termo “exame vestibular”, ele surgiu pela primeira vez no Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 (BRASIL, 1915), que pretendia reorganizar o ensino secundário e o superior no Brasil (SILVA; SILVA, 2016). Considerando ainda o disposto no Decreto 11.530 de 1915, recapitular-se-á sobre os requisitos básicos de ingresso no ensino superior, além do surgimento do termo “exame vestibular” expresso no Art. 77.

Para requerer matricula nos institutos de ensino superior os candidatos deverão provar: a) idade minima de 16 annos; b) idoneidade moral; c) approvação no exame vestibular. Paragrapho unico. Em caso de exame vestibular verdadeiramente brilhante poderá a Congregação permittir a matricula de candidatos que não havjam attingido a idade legal. (BRASIL, 1915).

Ainda no decurso da Reforma Carlos Maximiliano, o texto apresenta no Art. 115 a necessidade do governo em manter a ordem e a disciplina no interior das instituições educativas federais, instituindo para o êxito do dispositivo a polícia acadêmica, que “tem por fim manter no seio da corporação acadêmica a ordem e a moral” (BRASIL, 1915). No art. 113, outro indício importante baseado no controle interno das instituições informa que os diretores serão nomeados pelo Presidente da República dentre a equipe de professores da instituição (BRASIL, 1915), o que reforça a representatividade do governo mesmo que diante da autonomia outorgada às instituições por meio do referido decreto.

A respeito da criação de universidades, o governo menciona interesse no agrupamento de algumas escolas e faculdades, transformando-as em universidades. Tal orientação apresenta-se disposta no Art. 6º do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, que declara:

O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Polytechnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a ellas uma das Faculdades Livres de Direito dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edificio para funcionar. (BRASIL, 1915).

O artigo supramencionado ainda indica no § 1º que “O Presidente do Conselho Superior do Ensino será o Reitor da Universidade” (BRASIL, 1915). É oportuno observar que a Reforma Carlos Maximiliano, especialmente em seu Art. 6º, se constituiria no embrião para a criação da primeira universidade oficial do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, instituída por meio

do Decreto 14.343 de 1920. Como explicitado anteriormente e indicado no Art.1º do Decreto 14.343 de 1920, a criação da Universidade do Rio de Janeiro resultou do agrupamento da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Corroborando com as informações, Fávero (2006, p. 22) demonstra em seu texto:

[...] a 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915. Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características[...] Entre outras, os comentários do educador José Augusto, em matéria publicada no Jornal do Brasil, de 24 de outubro do mesmo ano, sob o título “Regime Universitário III – O estado atual da questão no Brasil”, na qual assinala: “O Decreto de 7 de setembro findo, com o qual o governo da República instituiu a Universidade do Rio de Janeiro, por julgar oportuno dar execução ao disposto no art. 6º do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, contém poucos artigos e trata a matéria da forma mais geral e vaga, de modo a não deixar no espírito de quem lê a noção exata e segura verdadeira orientação a ser seguida pelo nosso Instituto Universitário”.

Assim posto, por intermédio do Decreto 14.343, de 7 de setembro de 1920, o presidente Epitácio Pessoa cria legalmente a primeira Universidade Federal do Brasil constante na forma da lei que indica: “Art. 1º Ficam reunidas, em «Universidade do Rio de Janeiro», a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro” (BRASIL, 1920). Como dito anteriormente, a essa universidade recém-criada é-lhe atribuída autonomia didática, administrativa e financeira, como disposto no Art. 6º do Decreto 11.530 de 1915.

Além das legislações que oficializaram e regulamentaram a matéria educacional no Brasil, contamos com movimentos de cunho intelectual acerca desse tema e que nos faz considerar o percurso das ideias pedagógicas construídas, quiçá influenciadoras de políticas educacionais. Entre o final do século XIX e início do século XX, concomitante com o processo de industrialização e crescente urbanização, verifica-se também movimentos de transformação social. Diante dessa configuração, surge nos Estados Unidos e Europa uma nova concepção denominada de Educação Nova em contraposição à pedagogia tradicional, resultando em novas propostas educacionais. Algum tempo depois, esses ideais de renovação de ensino chegariam ao nosso país e, nas palavras de Hamze (2021), “No Brasil, as ideias da Escola Nova foram inseridas em 1882 por Rui Barbosa (1849–1923).” Fora do Brasil, esse novo movimento “foi baseado em ideias de Jean-Jacques Rousseau, Heinrich Pestalozzi, John Dewey e Freidrich

Fröebel. Foi motivado pela rapidez das transformações sociais, políticas e econômicas da época, assim como suas consequências” (SIGNIFICADO..., 2019).

No Brasil, o Movimento Escola Nova esteve arraigado, sobretudo, ao ideal norte-americano e, consonante com Lima e Gatti Júnior (2019), teve como referência maior John Dewey. Seguindo essa tendência, originou também em nosso país a necessidade de reforma da sociedade mediante a reestruturação do processo educacional. Diante desse panorama internacional e considerando as mudanças ocorridas no contexto brasileiro, como a abolição da escravatura, a transição da monarquia para a república, assim como a célere urbanização apoiada pela industrialização, sobretudo como estratégia política, emerge um interesse do presidente Getúlio Vargas numa política pública que norteasse a educação brasileira. Para tanto, convidou alguns intelectuais que fizeram parte do Manifesto Escola Nova de 1932 para realizar o intento. Como expresso por Xavier (2002, p. 7), “O próprio Manifesto resultou de uma solicitação do Governo aos educadores reunidos na IV Conferência Nacional de Educação para que eles fornecessem as bases da política educacional da Revolução de 30.”.

Dessa maneira, no Brasil, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) se consubstanciava num documento elaborado por certos membros da elite intelectual que, considerando a solicitação governamental e na medida de sua atuação, propunha reformas no sistema educacional brasileiro. Nas palavras de Xavier (2002, p. 9):

No entanto, o Manifesto representava o posicionamento de apenas um dos grupos filiados à ABE, demarcando com vigor as diferenças entre as concepções e intenções de seus signatários em contraposição às concepções de outros grupos igualmente filiados à ABE, especialmente do grupo católico, que até aquele momento detinha o controle político da Associação. Abria-se, assim, a possibilidade de levar a repercussão do Manifesto para além do campo educacional. Dessa forma, o Manifesto deveria lançar, em nível nacional, o projeto de um grupo que reivindicava para si a liderança na condução do processo de modernização do país. Podemos considerá-lo, portanto, como uma estratégia de poder, um documento que visava reafirmar princípios e, em torno destes, selar as alianças necessárias ao enfrentamento das disputas políticas do momento.

Há de considerar que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) foi escrito em um cenário de disputas entre várias instâncias da sociedade, especialmente no âmbito intelectual em contraponto ao religioso, notadamente admitindo os católicos como principais opositores. Assim, como era de se esperar, sucedeu ao movimento várias críticas, dentre as quais o paradigma entre a fé e a razão, erigida num momento de transição de valores. Por um lado, os pioneiros acreditavam na ciência como solução dos problemas, por outro, os católicos acreditavam que a religião seria a solução.

Considera-se também a influência de caráter humanista consubstanciada no ideário dos intelectuais brasileiros, conforme consta na afirmação de Hamze (2021):

Na década de 30, Getúlio Vargas assume o governo provisório e afirma a um grupo de intelectuais o imperativo pedagógico do qual a revolução reivindicava; esses intelectuais envolvidos pelas idéias de Dewey e Durkheim se aliam e, em 1932 promulgam o Manifesto dos Pioneiros, tendo como principal personagem Fernando de Azevedo. Grandes humanistas e figuras respeitáveis de nossa história pedagógica, podem ser citadas, como por exemplo Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900-1971).

O Manifesto também possui fundamento em outros movimentos nacionalistas, a exemplo, temos a Semana de Arte Moderna de 1922, propondo uma nova identidade nacional. Eis que observamos no excerto: “A origem do movimento em prol de uma educação nova remonta à década de 1920, com a reforma de Sampaio Dória em 1920, a Semana de Arte Moderna em 1922, e a criação da Associação Brasileira de Educação em 1924” (FGV, 2009), movimentos aos quais não será dada ênfase no momento.

O Manifesto foi escrito e assinado por parte expressiva da elite intelectual do país, dentre eles se destacam Fernando de Azevedo (1894-1974), como redator, Lourenço Filho (1897 1970), Anísio Teixeira (1900-1971) e a poeta Cecília Meireles (1901-1964), comprometidos com a superação das desigualdades sociais que aconteceria por intermédio da educação de qualidade oferecida à população brasileira, conforme descrito:

O esboço de programa educacional contido no Manifesto dos pioneiros da educação nova previa um sistema completo de educação, destinado a atender às necessidades de uma sociedade que ingressava na era da técnica e da indústria. Esse sistema deveria atender também a toda a população, e não apenas a uma minoria privilegiada, constituindo um instrumento de libertação não só da ignorância como da miséria. Os encargos do sistema educacional deveriam ser assumidos pelo Estado, com a cooperação de todas as instituições sociais. (FGV, 2009).

Sustentados nessas premissas, depreende-se que o Brasil se encontrava num processo de modernização decorrente da urbanização e industrialização o que exigia uma nova organização em diversos setores da sociedade com a necessidade de reestruturação tanto das instâncias produtivas quanto do intelecto da população.

O Movimento Escola Nova surge como um método quase antagônico à pedagogia tradicional e propõe uma nova forma de compreender as concepções da educação, pautada nos movimentos que vinham acontecendo nos Estados Unidos e Europa. O Escolanovismo trata prioritariamente do direito do indivíduo ao ensino em período integral e do dever do Estado de

considerar a educação em todos os seus graus e manifestações, contudo, uma escola pública. Fala sobre a colaboração entre família e professores e que a educação institucional oferecida pelo Estado não prescinde da educação familiar, pois ambos operam de lados diferentes, porém na mesma direção. Um dos objetivos do movimento se pautava educação direcionada a todos os cidadãos, sem distinção entre ricos e pobres. O documento traz a garantia de escola oficial única, com educação igualitária a todos, em instituição pública e aos indivíduos com idade entre sete a quinze anos. Outras propostas contidas no documento são a obrigatoriedade, a gratuidade e a laicidade que se estende ao estudante com até dezoito anos, conciliável com o trabalho produtor. Introduce também os princípios gerais norteadores para a educação nacional em todo seu território.

Bastante intrigante e até incômodo é fato das expectativas educacionais tratadas no Manifesto Escola Nova do ano de 1932 serem similares aos anseios que afligem a sociedade atualmente. A maioria das questões tratadas no documento serviu de alicerce para a matéria educacional evocadas nos princípios fundamentais das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBs): Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 e Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ainda em vigência (BRASIL, 1961d, 1971, 1996). A importância do Manifesto de 1932 possui uma relação intrínseca com a LDB nº 4024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961d), com discussões que iniciaram antes mesmo do projeto ser apresentado à Câmara Federal. Para Lima (2017), as diretrizes do documento produzido pelos Pioneiros da Escola Nova foram sentidas nos debates da Constituinte de 1933-1934, influenciando o texto da Constituição de 1934, no qual ficou estabelecido no Art. 150 como competência da União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país” (BRASIL, 1934).

Nos anos de 1930 a 1945, há um longo período político no Brasil denominado de “Era Vargas”, em referência ao presidente eleito pelo Congresso, Getúlio Vargas. Após alguns embates entre os Estados e a pedido, especialmente, do estado de São Paulo, no ano de 1934, é promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, trazia como principais mudanças o voto secreto, o voto feminino, o salário mínimo, as férias regulamentares, a previdência social, a autonomia dos sindicatos, a criação da Justiça Eleitoral, dentre outras questões. Todavia, no que tange à matéria educacional, pouco dispõe a referida constituição. Desse modo, ao longo da carta constitucional, observa-se no Art. 5º como competência privativa da União “XIV - traçar as diretrizes da educação nacional” e, mais adiante, no Art.

10, no âmbito da competência concorrente à União e aos Estados, cita em seu inciso “XIV - traçar as diretrizes da educação nacional” (BRASIL, 1934). No capítulo destinado exclusivamente para tratar da educação e da cultura, há em seu Art. 149: “A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País” (BRASIL, 1934). Já no Art. 150, detém sob a égide da União fixar o Plano Nacional de Educação em todos os graus, estipular a gratuidade do ensino primário e estabelecer frequência obrigatória, bem como “tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível” (BRASIL, 1934).

Ainda falando sobre a Constituição de 1934, seu Art. 156 trata do financiamento para fins da manutenção da educação brasileira baseado na arrecadação de impostos por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e ainda estabelece:

A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. (BRASIL, 1934).

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934 perdurou por apenas três anos, sendo interrompida pelo golpe de Estado que ocorreu em 1937. Vale ressaltar que Getúlio Vargas já se manifestava insatisfeito com a Constituição de 1934, visto que, afirmava resumidamente em seu preâmbulo os valores ideológicos que sustentaram sua feitura: “para organizar um regime democrático, que assegure a Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico” (BRASIL, 1934). Deve-se salientar que a década de 1930 no Brasil é marcada por um governo autoritário e centralizador (RESENDE, 2015).

Analisando a Constituição dos Estados Unidos da República Federativa do Brasil de 1937, constata-se em seu prefácio o cunho centralizador e a concentração de poderes praticamente ilimitados nas mãos do presidente Getúlio Vargas, que determinou o fechamento do Congresso (BRASIL, 1937). Sendo que tal iniciativa simbolizou o golpe de Estado e constituiu em respaldo para um governo autoritário. Essa constituição teve sua vigência até a promulgação da Constituição do Estados Unidos do Brasil de 1946 (BRASIL, 1946).

O presidente Getúlio Vargas favoreceu o fortalecimento da polícia especial como aparelho repressor do Estado, tendo em vista sua manutenção no poder. No prelúdio do texto constitucional está perceptível e claro um retrocesso em termos de Direitos Humanos e

Democracia em relação à Constituição de 1934, verificado nas expressões que evidenciam um governo autoritário na Constituição de 1937, observa-se:

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil; ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente; ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo. Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País. (BRASIL, 1937).

Infere-se do texto constitucional, quando se menciona a palavra “remédios”, que se trata da interferência da polícia especial, que teve como objetivo “cuidar” da manutenção da ordem e da paz. No decorrer do texto, verifica-se alguns aspectos que corroboram com o autoritarismo contido na Carta Magna, como propagandas via rádio somente com conteúdos a favor do governo, a eliminação do direito de greve, a reinserção da pena de morte, a nomeação de interventores para governar os Estados, dentre inúmeras outras ações de cunho autoritário e antidemocrático.

Em seu Art. 125, no título destinado à família, questões educacionais são retratadas e esclarece que “a educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária” (BRASIL, 1937), evidenciando a suma responsabilidade da família sobre a educação dos filhos de forma que o Estado vai apenas colaborar com a família na execução dessa tarefa. Adiante, o Art. 130 trata da responsabilidade do Estado no oferecimento de escolarização gratuita em instituições públicas, restrita ao ensino primário, porém, nada cita sobre a questão da obrigatoriedade da frequência do educando. Observa-se que o Art. 129 consta como matéria introdutória da modalidade de ensino destinada ao mercado de trabalho, incentivando a formação técnica profissionalizante:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas,

bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937).

Ainda falando sobre reformas educacionais temos o Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (BRASIL, 1942), denominado também de Reforma Capanema em homenagem ao seu idealizador Gustavo Capanema: “Ministro da Educação de 1937 a 1945. Esse decreto foi responsável por uma série de projetos importantes de reorganização do ensino no país, assim como pela organização do Ministério da Educação em moldes semelhantes ao que ainda é hoje” (SCHWARTZMANN, 1985). A Reforma Capanema vigorou no Brasil no período denominado Estado Novo, compreendido entre os anos de 1937 e 1946, sob a vigência do presidente Getúlio Vargas. Essa reforma consistia em vários decretos-leis denominadas de Leis Orgânicas do Ensino, responsável por implementar o ensino técnico profissionalizante com o intento de fornecer mão de obra especializada para a indústria considerando a formação de profissionais de maneira rápida para atender ao mercado de trabalho, como também responsável pela reforma do ensino secundário, mas evidenciando sobremaneira o cunho elitista do ensino superior. Não obstante, sobre a dualidade entre o ensino destinado à preparação da mão de obra e do ensino superior, tem-se em poucas palavras:

A democratização do ensino secundário, em especial do ciclo ginasial, refletiu o momento de ascensão industrial e urbana pelo qual passava o contexto nacional à época, estando, desta forma, especialmente ligada com o desejo de oferecer maiores níveis de ensino a alunos de classes médias e menos favorecidas para a obtenção de mão-de-obra [sic] qualificada – enquanto o acesso ao ensino superior permanecia, sobremaneira, como fator de distinção social, sendo destinado às classes dominantes. Este dualismo torna evidente o fato de que a massificação deste nível de ensino assentava-se sobre a crença de desenvolvimento nacional a partir da escolarização das massas, não estando, contudo, ligada a um desejo de emancipação das classes populares. (MESURAM; VIEIRA; DALLABRIDA, 2013).

A Reforma Capanema ampliou o dualismo na educação brasileira estatuidando aos menos favorecidos o ensino técnico profissionalizante e aos abastados o ensino secundário para posterior ingresso no ensino superior e à vista disso, a manutenção do *status quo*. Dentre tantas questões, há de se considerar que essa reforma revestiu o ensino secundário de espírito humanista que se consubstanciou em uma conquista para a educação, conforme observa-se:

A Lei Orgânica do Ensino Secundário – também intitulada Reforma Capanema, [...] reestruturou o ensino secundário brasileiro atribuindo-lhe um caráter humanista e nacionalista e garantindo um nível de preparação intelectual adequado à formação da elite condutora do país. Esta Reforma manteve o caráter segregador e excludente deste nível de ensino, mantendo o predomínio de acesso ao ensino secundário para as classes economicamente favorecidas e destinando esta educação aos sujeitos que

almejavam o ingresso ao ensino superior. Ressalta-se, neste sentido, que ainda que tenham ocorrido, indubitavelmente, casos em que sujeitos pertencentes a classes populares conquistaram o acesso ao ensino secundário [...] o caráter seletivo dos educandários da época garantiam que a classe dominante se sobressaísse na presença nestes educandários. A cultura escolar proposta pela Reforma Capanema primava também pela formação dos educandos dentro de valores clássicos e humanistas – aprendizado contrário àquele desejado pelos trabalhadores: tratava-se de uma educação requintada, propícia a inculcar o *habitus* de elite nos jovens pertencentes às classes abastadas. (MESURAM; VIEIRA; DALLABRIDA, 2013).

Após longo período ditatorial, no ano de 1946, é promulgada uma nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil, em Assembleia Constituinte, sob o regime democrático. No capítulo destinado à Família, em oposição à Constituição anterior, não se fala sobre a questão da educação. Ademais, sobre a matéria, consta no Art. 166 a garantia da educação como “direito de todos e será dada no lar e na escola” (BRASIL, 1946). Ainda no artigo mencionado, verifica-se o respaldo constitucional pautado “nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, 1946), o que evidencia uma educação democrática, instituída na liberdade e no respeito à pessoa humana, posto que o capítulo dos Direitos e das Garantias Individuais corrobora com essas premissas quando ressalta no Art. 141, parágrafo 1º, que: “todos são iguais perante a lei”, sem dúvida um ganho incontestável em termos de direitos humanos (BRASIL, 1946).

Somente o ensino primário continua sendo obrigatório (Art. 168), “o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos” (BRASIL, 1946). Importante salientar ainda que “as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes” (BRASIL, 1946). De certa maneira, descentralizando a educação da responsabilidade do Estado e incumbindo-a sob a égide da esfera particular, bem como das empresas que arcaíam com a educação dos seus funcionários e filhos desses. A referida Constituição estabelece a organização do sistema de Ensino Federal e dos Territórios à União, aos Estados e Municípios que, respectivamente, organizarão seus sistemas de ensino.

A Carta Magna de 1946 descentralizou a matéria educacional da esfera da União, transferindo para o Distrito Federal, como também para os Estados e Municípios. Mesmo que de maneira inibida, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 proporcionou um avanço em termos de assistência aos alunos de classes menos favorecidas economicamente quando dispõe no Art. 172 que “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946). Todavia, torna-se importante salientar o que o parágrafo único do Art.171

menciona quanto aos anos iniciais de escolarização: “Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional (BRASIL, 1946). Um considerável progresso encontra-se no parágrafo único do Art. 174 quando trata sobre o ensino superior: “A lei promoverá a criação de institutos de pesquisas, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior” (BRASIL, 1946), promovendo assim um avanço rumo a pesquisa científica e extensão universitária e, conseqüente, melhoria na qualidade dessa etapa de ensino.

Diferentemente da Constituição de 1937, a Constituição de 1946 trata do financiamento da educação, descrito no Art. 169, que cita: “Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1946). Importante salientar que a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 refere-se novamente sobre o financiamento da educação, constante também do Art. 156 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 e suprimido na Constituição de 1937.

Após tantas leis e decretos instituídos com o intuito de organizar e normatizar a educação, surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que foi promulgada no ano de 1961, a LDB 4024/61 (BRASIL, 1961d), e reformulada por duas vezes: pela LDB 5692/71 (BRASIL, 1971) e pela LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), ainda em vigor. A primeira LDB foi concebida em um contexto de redemocratização, servindo para definir e regulamentar a educação brasileira com o embrião já mencionado na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937 e, especialmente, nos preceitos ideológicos mencionados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova publicado em 1932. Desde o ano de 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, seu conteúdo foi alterado duas vezes para suprir as demandas da sociedade em defesa de uma educação pública de qualidade para todos.

1.2 Darcy Ribeiro: vida, obra, política e educação

Mineiro de Montes Claros, Darcy Ribeiro nasceu no dia 26 de outubro de 1922, filho de Reginaldo Ribeiro dos Santos, farmacêutico, e de Josefina Augusta da Silveira, professora, vulgo Dona Fininha. Ficou órfão de pai aos três anos de idade e gostava de dizer que teve sorte em não ser adestrado pelo pai e por não ter tido filhos também não precisou adestrar ninguém.

Darcy e Mário, seu irmão, foram criados pela mãe, que atuava como professora primária em Montes Claros para prover o sustento dos filhos, posto que, na viuvez, ficou prejudicada na partilha dos bens pela família do finado esposo. Após o fato, Dona Fininha voltou a residir com seus pais, levando consigo os dois filhos.

Darcy Ribeiro descende de famílias abastadas do norte de Minas Gerais, tanto da ala materna quanto da paterna. Apesar da vida que levava, foi legatário de uma herança cultural, instituída tanto pelo exemplo da mãe quanto pela convivência com seus familiares. Plínio, tio materno, era médico e permitia o livre acesso de Darcy à biblioteca particular mantida na sua residência. Por outro lado, sua família paterna era latifundiária e empresária no ramo de garimpo e comércio de diamantes, especificamente. Simeão, avô paterno, era prefeito de Montes Claros e mantinha estreita relação com outros políticos influentes daquele período. Darcy se tornaria herdeiro das fazendas da família e, naquela época, Filomeno, tio paterno, era o tutor de Darcy e almejava que o sobrinho seguisse seus passos como fazendeiro respeitado. De outro lado, seu tio Plínio, médico renomado, também pretendia que Darcy optasse em seguir seu caminho. Para Darcy, “sem a livralhada de tio Plínio eu não seria quem sou. Livros são os tijolos de que são feitos os intelectuais. Sem eles eu teria sido o fazendeirão que Filomeno insinuava. Outro gênero qualquer de gente. Bem diferente do que vim a ser.” (RIBEIRO, 1997, p. 53).

Darcy contava que, “ali pelos catorze anos”, começou a ler e se interessava por tudo, além do mais, conseguiu ler quase todos os exemplares que compunham a biblioteca particular do tio Plínio, assim como a variada literatura da cidade, muitos com a assinatura de seu pai. Nessa época, deixou a companhia dos colegas da sua faixa etária para apreciar a convivência com os adultos, visto que a residência tanto da família materna quanto da paterna eram frequentadas por políticos e pessoas de prestígio. Considerando a afirmação de Dorigão (2015, p. 39):

[...] no convívio com os parentes maternos, com atuação política em Montes Claros, Darcy Ribeiro se inteirava das questões sociais e econômicas das décadas de 1920 e 1940, assistindo e participando de discussões sobre o processo de industrialização da economia no Brasil e da política exercida pelo avô e pelo irmão de sua mãe.

Para além do interesse na literatura e no convívio com políticos e pessoas influentes, outra vertente que inspirou a formação de Darcy foi o contato com a cinematografia e toda sua diversidade de temas e assuntos.

Após concluir o ensino secundário em Montes Claros, interior de Minas Gerais, mudou-se no ano de 1939 para Belo Horizonte e passou a frequentar um ambiente de capital. Adiante,

ingressa na Faculdade de Medicina cumprindo o desejo da mãe. Porém, em 1942, não finda o curso, pois o jovem provinciano escapole das aulas de medicina para frequentar as aulas de filosofia e história (RIBEIRO, 1997). Decidiu mudar-se para São Paulo e cursar Ciências Sociais. Contudo, o período na capital mineira deixou marcas profundas em Darcy e mudou o rumo de sua vida. Ele não dependia mais das revistas que porventura chegavam em Montes Claros, nem do cinema para saber o que acontecia mundo afora, pois Darcy vivenciou parte disso nos três anos que viveu e conviveu em Belo Horizonte, conforme verifica-se em sua afirmação:

Três anos de Belo Horizonte me haviam transfigurado. Vivia no planeta Terra sabendo detalhadamente o que acontecia mundo afora. Não só sabendo, mas tomando partido. Isso aprendi com os comunistas, a ser responsável pelo destino humano. Tudo o que ocorra a um povo de qualquer parte me interessa supremamente, obriga-me a apoiar ou opor-me, impávido. Essa postura ética que presidiu toda a minha vida, conduzindo-me na ação política, em todas as instâncias dela, é um dos meus bens mais preciosos. Dói-me hoje ver que a juventude de agora não tem nada assim para fazer suas cabeças e ganhá-los para si mesmos e para seu país. Dei então de fazer literatura. Vale dizer, rabiscar uns contos e tentar poesias. (RIBEIRO, 1997, p. 82).

Apesar de não ser uma decisão fácil, o jovem Darcy rejeitou o destino de ser fazendeiro no interior de Minas Gerais como também de estudar medicina na capital Belo Horizonte e parte rumo a São Paulo desejoso em senhorear seu próprio destino e cursar Ciências Sociais:

Para mim a decisão era terrível, me cabia optar entre pôr um chapéu de couro e tocar a gadaria do Santo André ou insistir contra meu padrinho, de ir estudar ciências sociais em São Paulo. Aquele intelectualzinho atônito tremeu nas bases e optou. Foi ser cientista em São Paulo. (RIBEIRO, 1997, p. 96-97).

Em 1946, forma-se em Antropologia pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. No ano seguinte, inicia sua carreira como etnólogo no Serviço de Proteção ao Índio e se gabava de sair da antropologia acadêmica para a aplicada. Sendo assim, do ano de 1947 até 1956, Darcy Ribeiro trabalhou junto com o indigenista Marechal Cândido da Silva Rondon no serviço de Proteção ao Índio, com os índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia. Após viver por aproximadamente dez anos em tribos indígenas e preocupado com a sobrevivência desses e da sua cultura, empreende um movimento com vistas a garantir pelo menos uma área para preservação, subsistência e conservação da etnia e identidade desses povos. Darcy Ribeiro é reconhecido por sua consideração acerca da temática indígena, especialmente a do Brasil, tal e qual por sua luta em defesa de uma educação pública, laica e democrática. Diante desses esforços de Darcy e de outros idealistas que fizeram parte desse contexto e corroboravam com

os princípios da proteção aos índios brasileiros, foi criado por meio Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961, o “Parque Nacional de Xingu”, constituindo-se numa reserva de suma importância para a preservação ambiental e conservação da cultura indígena brasileira (BRASIL, 1961a). O Parque foi criado no mandato do Presidente Jânio Quadros. Conforme cita Brunieri (2015), pode-se verificar a seguir que:

Convictos de que o índio só poderia sobreviver dentro da própria cultura, os irmãos Villas Bôas – apoiados por lideranças políticas e intelectuais como o antropólogo Darcy Ribeiro e o médico sanitário Noel Nutels – mobilizaram-se para a criação de um parque indígena no Alto Xingu. A demarcação de uma reserva natural garantiria aos povos dessa região os meios de subsistência, o atendimento à saúde e a defesa contra as frentes de ocupação da sociedade. Em 1952 foi, então, apresentado ao Congresso um requerimento com esse teor, não obstante a oposição do governo de Mato Grosso, que promovia a concessão de glebas às empresas colonizadoras. Em 1961, no governo de Jânio Quadros, a proposta foi retomada, concretizando-se com a edição do Decreto n.º 50.455/61.

Interessante ressaltar que, assim como Darcy Ribeiro, o médico, professor, antropólogo e etnólogo Edgar Roquette Pinto também dispôs de atuação em diversas instituições, além do “reconhecimento do papel crescente da ciência como fundamento necessário para as mudanças que precisam ocorrer principalmente no campo da educação” (CAMBI, 1999, p. 558). Além do mais, foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), documento que transmitia as principais aspirações dos renovadores da educação brasileira e, ainda no ano de 1932, fundou a Revista Nacional de Educação. Um dos fundamentos presentes nas ações e na obra de Roquette-Pinto assentava-se na “melhoria da saúde do povo brasileiro pela atenção, sobretudo, aos seus quadros de miséria e pobreza e, em especial, de uma atenção redobrada à educação, porque é precisamente aí que residiria não apenas a causa de todos os nossos principais males, mas a possibilidade de superação” (CAMBI, 1999, p. 558) e dessa maneira “garantir a toda a população as condições básicas de saúde e da educação como o fator capaz de tornar os indivíduos aptos a vencer a pobreza e a ignorância” (CAMBI, 1999, p. 558).

Assim como Darcy Ribeiro, no ano de 1912, Roquette-Pinto também participou de uma expedição com o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon “como observador médico e, sobretudo, interessado em coletar peças da cultura material indígena” (CAMBI, 1999, p. 558). Outra questão semelhante à atuação educacional de Roquette-Pinto e Darcy Ribeiro, constitui-se no conceito de radiodifusão com o desafio de levar a educação popular a todos os cantos do país utilizando como instrumento a radiodifusão, conforme veremos adiante no Plano Orientador da UnB. Interessante salientar que Anísio Teixeira foi um companheiro em comum

que tiveram e no ano de 1933 “Roquette-Pinto convenceu seu amigo, o educador Anísio Teixeira, então secretário da Educação do Distrito Federal, a criar uma rádio-escola, que seria mantida pela Prefeitura do Rio de Janeiro”. (CARNEIRO, 2021).

De um lado, tem-se a fundação da Rádio Sociedade do Brasil por Roquette-Pinto em 20 de abril de 1923 com fins “exclusivamente científicos, técnicos, artísticos e de educação popular e não se envolveria em assuntos profissionais, comerciais ou políticos” (WANICK, 2018, p. 29), embora a rádio tenha sido doada ao Ministério da Educação e Saúde em 1936. Por outro lado, temos a criação de uma rádio universitária descrita no Plano Orientador da Universidade de Brasília, também com fins educacionais.

Com uma atuação pautada em diversos setores, Darcy Ribeiro conheceu Anísio Teixeira em meados da década de 1950 e juntos constituíram uma sinergia de trabalho, pois ambos defendiam novas propostas para o ensino brasileiro visando ao desenvolvimento e à superação do atraso socioeconômico do país. Tendo em vista a proximidade e a cooperação entre eles, Anísio Teixeira o constituiu diretor da Divisão de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (INEP) no interstício de 1957 até 1961 e, em 1959, nomeou-o Subdiretor do mesmo órgão. Considerando essa sincronia entre um e outro, ainda na década de 1950, Anísio Teixeira, que na época estava à frente da Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES), convidou Darcy a empreender análises sobre a educação brasileira, especificamente pelo setor de pesquisas sociais da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

Diante do exposto e da frenética construção da nova capital, como também em virtude do traquejo que possuía no meio político, Darcy Ribeiro foi encarregado pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 1959, de estar à frente do projeto da Universidade de Brasília, especialmente a partir da proposta de uma instituição diversa das demais que, no interior do Brasil, fosse capaz de assessorar os Três Poderes e constituir em Brasília uma cultura própria, além de conceituar-se como elemento de transformação social. Rapidamente, o sonho se tornou realidade com a fundação da Universidade de Brasília em abril de 1962, sendo Darcy Ribeiro o primeiro reitor. Ele almejava uma instituição autenticamente brasileira e livre “das peias” internacionais, sobretudo diversa dos moldes das universidades europeias e estadunidenses e que, no entanto, fosse capaz de construir sua própria história a partir da identidade nacional.

Não houve na história do pensamento hispano-americano, desde os primeiros anos após a independência e durante o processo de formação dos Estados nacionais da América Hispânica, um país que ocupasse uma

posição de tamanho destaque quanto os Estados Unidos. Com um lugar central no pensamento da elite política e intelectual hispano-americana, de Bolívar até José Vasconcelos, tal nação povoou as ideias de projetos nacionais e supranacionais na Hispano-América. Foram vários os projetos identitários que, de uma maneira ou de outra, partiram das ideias e valores defendidos pela nação estadunidense para determinar os elementos necessários para configurar a identidade do que era, ou do que deveria ser, a América de colonização ibérica. (SANTOS, 2016, p. 107).

Considerando a efervescente conjuntura política que o Brasil atravessava àquela época, em abril de 1964, logo após o golpe militar, que depôs o presidente João Goulart, Darcy teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº1, o AI-1. Assim, em decorrência das determinações contidas naquele documento, Darcy foi demitido dos cargos que tinha na Universidade de Brasília, como também do Serviço de Proteção ao Índio. Exilou-se no Uruguai, onde atuou como professor da Universidad de la Republica e nesse país participou da reforma e fundação de universidades. Em 1968, Darcy retornou do exílio no Uruguai e no ano de 1969, apesar de absolvido, teve novamente que deixar sua pátria para um novo exílio em países da América Latina. Darcy retornou definitivamente ao Brasil em 1976 e em 1979 foi finalmente anistiado.

Darcy Ribeiro se interessou por um conceito de universidade que acreditava ser necessário à emancipação do Brasil, entretanto que se estendesse também aos países da América Latina. Ele acreditava que os países latinos deveriam libertar-se do domínio dos europeus e dos americanos do norte. Para tal, concebeu uma proposta de universidade como instrumento de transformação da sociedade, com vistas a superação do atraso dos países subdesenvolvidos, “tendo por base a formação de profissionais com sólido conhecimento humanístico e valores democráticos, preparados para interagir com a sociedade e estabelecer uma identidade cultural própria dos povos latino-americanos” (DORIGÃO, 2015, p. 15-16). No entendimento de Darcy, “parte dos docentes universitários brasileiros, apesar de muito orgulhosos de suas pequenas façanhas, só o eram no ambiente retrógrado em que viviam e se constituíam apenas em meros apêndices das universidades estrangeiras” (RIBEIRO, 1969) muitas vezes reproduzindo os conceitos e a cultura do exterior. Acerca desse pressuposto temos algumas considerações de Anísio Teixeira:

Como desempenhava Oxford essa missão? Como a compreendia e em que postulados se baseava o seu grande trabalho? [...] Nessa universidade, segundo Gallie, "postulava-se, de modo geral sem discussão, que um jovem que tivesse aprendido a escrever em elegantes versos ou cortante prosa nas duas línguas clássicas - grego e latim - e possuísse conhecimento particularizado de dois importantes períodos da civilização pré-cristã e de algumas doutrinas de Platão, Aristóteles, Kant e Mill, estaria qualificado para começar sua carreira

como administrador, político, diplomata, crítico social ou educador" [...] O ideal universitário consubstanciado por Oxford representava, assim, a forma mais radical de formação não-utilitária. Com a insistência pela qualidade do estudante e pela qualidade dos seus estudos, Oxford e Cambridge formaram longamente a elite britânica e nos deram o povo que mais inteligentemente tem sabido lidar com as vicissitudes de sua grandeza e de suas transformações sociais, sendo, de certo modo, o povo que mais próximo se acha do que poderia chamar a arte de governar a sociedade humana. (TEIXEIRA, 1977, p. 150).

No projeto de construção e fundação da Universidade de Brasília, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro estiveram juntos, empenhados em instaurar uma instituição de ensino superior realmente moderna: uma universidade pública, laica e propensa a solucionar os problemas do Brasil, objetivando o incentivo à pesquisa, não obstante partindo da sua própria cultura e das adversidades vividas pelo povo brasileiro. Anísio nos expõe algumas aspirações do que deveria ser a Universidade de Brasília:

A universidade de serviço, devotada aos problemas práticos de sua sociedade e à educação, somente na Universidade de Brasília deu os primeiros vagidos [...] O Brasil, contudo, não é exatamente uma colônia de bem-pensantes. É muito mais uma charada, um enigma, um desafio, um feixe gigantesco de problemas e clamar por solução, uma nação a lutar pelo seu desenvolvimento, e não algo de quieto e pacífico como as sociedades pré-revolucionárias dos fins do século dezoito [...] A universidade se está agitando, os estudantes fazem-se inconformistas, muitos professores estão começando a se deixar sensibilizar pelos novos tempos e a ideia da universidade de pesquisa e descoberta, da universidade voltada mais para o futuro do que para o passado está visivelmente ganhando força. (TEIXEIRA, 1977, p. 162-163).

Como ser humano, Darcy não se enquadrava em insípida singularidade chegando certa época a comparar-se com uma cobra, mas não no sentido do veneno e sim nas várias peles que dispunha, trocando-as e sobrepondo-as na medida que mudava seus conceitos. Darcy era diversificado, vestiu muitas peles e a de educador ele susteve até o fim de sua vida. Além do mais, possuía grande capacidade de adaptação, fato esse comprovado ao longo da vida diante de suas variadas atuações, sobretudo pelas adversidades e agruras vividas na época da ditadura e exílio. No decorrer de sua existência, Darcy Ribeiro demonstrou facilidade de adequação considerando os variados cenários de sua atuação que, de acordo com Dorigão (2015, p. 20), “para alguns, essa condição representa uma vantagem na defesa de seus ideais e fidelidade ao projeto de sociedade que se propõe, para outros, significa apego ao poder, vaidade e falta de lealdade aos parceiros de trabalho e apoiadores”. Em razão de ser um intelectual multifacetado, por vezes foi desacreditado, posto que se orgulhava de mudar de convicções em conformidade com o que considerava serem as necessidades de cada ocasião, se via como um “homem feito

muito mais de dúvidas do que de certezas e estou sempre disposto a ouvir argumentos e a mudar de opinião. Tenho mudado muitas vezes na vida. Felizmente.” (RIBEIRO, 1997, p. 309). Como idealista que era não somente escrevia ou pensava: Darcy praticava suas convicções, era um fazedor e queria deixar seu legado. Como nos lembra Gomes (2010, p.13), Darcy “buscava colocar em prática a educação como processo emancipador e redentor de iniquidades sociais. Esta felicidade, aparentemente, nunca se apagou”. Contudo, Darcy não se acanhava em dizer que mesmo diante das realizações da sua vida teve também muitos fracassos, conforme afirma:

Sou um homem de causas. Vivi sempre pregando e lutando, como um cruzado, pelas causas que me comovem. Elas são muitas, de mais: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária. Na verdade, somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isto não importa. Horrível seria ter ficado ao lado dos que nos venceram nessas batalhas. (RIBEIRO, 1991).

Já no epílogo de sua existência, no ano de 1993, converte-se num dos imortais da Academia Brasileira de Letras e ocupa a cadeira número 11. Funda no ano de 1994 a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Darcy encerrou sua carreira como Senador da República, sendo uma das suas derradeiras ações a remissão da proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1995. No ano subsequente foi aprovada a LDB 9394/96 denominada de Lei Darcy Ribeiro, ainda em vigor. No decorrer de sua vida, promoveu mudanças na área da educação e deixou seu legado como a participação na criação de universidades, centros culturais, além de uma nova concepção educativa com os Centros Integrados de Educação Pública, os (CIEPs).

Darcy Ribeiro atuou de acordo com sua ideologia, a exemplo temos de um lado o ensino tradicional em seus primeiros anos de escolarização em Montes Claros e de outro a experiência com a elite belorizontina, que proporcionou a Darcy uma experiência diferente daquela até então vivenciada no interior. Destaca-se aqui sua formação em ciências sociais e sobretudo “a vivência com as características de modernidade do curso de sociologia em São Paulo, o aprendizado com o positivismo de Rondon e a participação no Partido Comunista propiciaram a esse intelectual uma formação ampla e multifacetada e que se reflete no seu modo de agir” (DORIGÃO, 2015, p. 21). Darcy Ribeiro foi um homem de ação e batalhou ao lado de outros intelectuais para consubstanciar seu ideário e deixar seu legado na história. Outro fator considerado relevante por Darcy no seu processo de formação intelectual decorreu do contato que teve com a literatura desde pequeno, conforme descrito por ele:

Esse meu culto aos livros é velha adoração. Vivi mais horas de minha vida lendo, escrevendo, do que vivendo. Gastei mais com livro do que com qualquer outra coisa. Assim foi que enchi tantas estantes. São litros de suor. E aqui não tenho nem metade dos livros que comprei. Leitura é a carne de meu espírito. De livros, principalmente, é que sou feito. Desde que comecei a ler, rapazinho, sempre tive dois, três livros novos à mão, que eu ia lendo como leio até hoje, descansando de um na leitura do outro. Passei, nem sei como, de leitor a escritor, tão fácil foi. [...] Tamanha devoção às letras significou para mim abrir mão de umas tantas coisas. Não fui o médico que prometi a mamãe, nem fui o fazendeirão em que quiseram me transformar. Fui um professor querido, um funcionário devotado, mas só me dediquei mesmo aos ofícios de leitor e escritor. (RIBEIRO, 1997, p. 53-54).

Darcy faleceu em Brasília no ano de 1997 aos 74 anos em decorrência de câncer e foi sepultado no mausoléu dos imortais da Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro.

Em suma, Darcy Ribeiro, além de antropólogo, foi um político, educador e militante em defesa da educação pública brasileira contribuindo para sua melhoria, além de participar na idealização e realização de variados projetos educacionais.

1.3 A concepção humanista de Darcy Ribeiro

Ao longo da pesquisa realizada para consecução do presente trabalho deparou-se diversas vezes com questões inerentes à vertente de pensamento humanista, vislumbrada como requisito necessário à renovação educacional, tal qual constitui-se em princípio norteador de políticas públicas, bem como fundamento para alguns textos constitucionais. Num sentido abrangente, o humanismo está diretamente relacionado com a valorização do ser humano e suas realizações. Em termos gerais, temos como definição de humanismo no Dicionário Caldas Aulete:

1. Fil. Nome de diversas doutrinas que colocam o homem e a condição humana em primeiro lugar, medindo tudo o mais (a natureza, esp.) segundo as suas características, necessidades e interesses. 2. Hist. Movimento intelectual da Europa renascentista com base na cultura greco-romana e em sua valorização do conhecimento do homem e suas perspectivas. 3. Formação cultural voltada para as letras e a ciência. (DICIONÁRIO..., 2021).

E no Glossário de *História da Filosofia*:

Humanismo: Uma abordagem filosófica baseada no pressuposto de que a humanidade é *a coisa* mais importante que existe e que não pode haver nenhum conhecimento de um mundo sobrenatural, se é que existe um mundo assim. “O estudo adequado da humanidade é o homem” (Pope) é a condensação mais conhecida desta ideia. (MAGEE, 1999, p. 229-230).

O período denominado Idade Média, que compreendeu o período entre o século V e o século XV, encontrava-se pautado na premissa de submissão aos dogmas da Igreja Católica, que afirmava o controle de Deus no tocante a tudo e a todos, além do domínio sobre o destino humano. Destarte, no desvanecer-se da Idade Média e prelúdio da Idade Moderna passamos da crença num Deus absoluto para a convicção na racionalidade humana acompanhada da capacidade em administrar seu próprio fado. Surge assim a concepção humanista, evidenciando o homem como protagonista da sua história e senhor do seu destino, compreendido em sua plenitude. Sendo assim, configura-se como agente transformador da sua realidade e responsável por seus atos. A modernidade retoma os preceitos da Antiguidade Clássica e sua paideia consubstanciada na “sua idéia de cultura, literária e retórica, histórica e humanística, como se configurava na tradição antiga” (CAMBI, 1999, p. 208). A seguir, temos o indicativo que a filosofia humanística já era um embrião da mentalidade científica, conforme mencionado no excerto em que Garin lembrava em *L'educazione in Europa 1400/1600* que:

a função da instância humanística" não se limitava ao "estudo do latim e do grego" e dos "autores clássicos", mas indicava "um método, que se concretizou naquele acesso ao mundo greco-romano, mas poderia viver melhor, em situação diferente, na relação com outros mundos culturais, e talvez até em diferentes maneiras de encontrar, e idealmente experimentar, o processo da obra humana.(GARIN, apud CAMBI, 1999, p. 208).

No encaço dessa mudança de paradigmas, surge a dicotomia entre a fé e a razão, passamos do Teocentrismo para o Antropocentrismo, questionando os dogmas da religião católica, apartando-nos deles, como também, ao mesmo tempo, paulatinamente, aproximando-nos da racionalidade e do empirismo. O humanismo marcou a transição entre dois períodos históricos: a Idade Média e a Idade Moderna, especialmente circunscrito pelo afastamento dos dogmas da Igreja Católica e uma aproximação com as realizações humanas, sobretudo na valorização da razão e do método científico como instrumento para alcançar resposta aos problemas do mundo, tornando desnecessária a busca por respostas sobrenaturais. Essa nova configuração do pensamento proporcionou o afastamento da Igreja e propiciou a evolução da ciência. Com base nesse argumento, verifica-se:

Como o próprio nome já revela, o humanismo foge da ideia do Teocentrismo, e se apega ao Antropocentrismo, onde o homem é o centro de todas as coisas. E se o homem é o centro do universo, vai prevalecer também a racionalidade. Tudo que não tinha explicação que até então era atribuído a divindade, passa a ser questionado. É a busca pela explicação racionária das coisas, e conseqüentemente, o cientificismo. Por meio da razão, da experimentação, há o desenvolvimento científico. Por métodos

empíricos, o homem busca entender e compreender racionalmente os fenômenos. (CARACTERÍSTICAS..., 2020).

O humanismo surge e consolida-se primeiro na Itália e depois se estende por toda Europa, resgata e “desenvolve grande parte dos temas pedagógicos do movimento italiano inspirados pelos *studia humanitates* e concretizados numa série de experiências escolares de relevo internacional” (CAMBI, 1999, p. 233). O homem foi considerado como centro de todas as coisas, transmitindo à pedagogia um caráter laico e civil, de maneira dinâmica e dialética que gradualmente responsabiliza-se pela função social da escola com o objetivo de transformar a sociedade, tornando-a mais justa.

Essa concepção outorgou ao humano a responsabilidade por seus atos, concentrando a ênfase no antropocentrismo “homem no centro do universo”; em detrimento do teocentrismo que estabelecia “Deus como centro do universo” e responsável pelo destino humano, assim como onipotente sobre todas as coisas. Acresce-se a esse fato a premissa da quebra de paradigmas medievais e o prólogo de uma nova era. O ideal humanista ocasionou novas experiências pedagógicas que fundamentaram a gênese e a sistematização da escola na modernidade provocando algumas transformações como a laicização, que de certa maneira emancipava a mentalidade conduzindo o homem rumo ao progresso e à liberdade por intermédio de reformas que se organizam com o emprego da razão. Todo esse processo acarreta uma revolução na educação que segue novos valores, o contraponto oferecido por valores laicos e racionais. Assim, mudam-se também os objetivos da educação propondo a formação de um indivíduo ativo na sociedade “nutrido de fé laica e aberto para o cálculo racional da ação e suas consequências” (CAMBI, 1999, p. 198).

O surgimento da Imprensa, mesmo que rudimentar, também proporcionou grandes avanços e assim desconsiderou o monopólio do conhecimento concentrado em grande parte sob o jugo dos religiosos, pois aduziam que tudo o que acontecia era proveniente duma divindade. O sujeito não necessitava mais do aval da igreja em função de seus atos, sem embargo, passou a ser responsável por sua vida, por conseguinte, senhor de seu destino.

E surge então uma imprensa que passa a ter o conhecimento também, mesmo que seja uma imprensa arcaica, mas que quebrou o monopólio da Igreja. Além disso, quando a sociedade começou a criticar os dogmas religiosos, os humanistas passaram a acreditar que o indivíduo é capaz de controlar seu próprio destino, contrário ao pensamento religioso. Para Igreja, tudo estava voltando para a divindade, “Deus”, e tudo que acontecia a humanidade era plano e destino traçado por um ser divino e espiritual. E para os humanistas, o homem é dono do próprio destino, e assim resultou também no fim da subordinação absoluta a Igreja Católica. (CARACTERÍSTICAS..., 2020).

Essas mudanças pedagógicas surgem no século XVIII e realizadas somente em alguns países da Europa, especialmente naqueles que tinham influência do iluminismo, assim, somente no “século XIX que as instâncias iluministas expressas em torno da escola encontrarão satisfação com o nascimento das escolas técnicas e com a afirmação de currículo de base científica além de humanística” (CAMBI, 1999, p. 210). Na sociedade moderna, além da Igreja e da família, os meios formativos também mudam e a educação passa a ser ministrada em locais públicos e agem em função do “controle e conformação de toda a sociedade e colocando depois nas mãos do Estado o projeto de pedagogização da sociedade civil” (CAMBI, 1999, p. 207).

Na contingência dessa concepção, surgem alguns pensadores da área da educação que a concebem como mecanismo de transformação social. Nessa perspectiva, temos o filósofo norte americano John Dewey que defendeu uma reforma pedagógica baseada no ideal humanista, filósofo esse que influenciou alguns brasileiros, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que, por sua vez tornaram-se responsáveis pela disseminação da pedagogia moderna e humanista no cenário educacional brasileiro.

Para Dewey, a educação tradicional habitua a criança à docilidade e obediência, treina a execução conscienciosa de tarefas impostas, muitas vezes sem que se conheça o seu objeto (NASCIMENTO; FAVORETO, 2018). Torna-se importante assinalar que no pensamento deweyano, o humanismo visa à construção de sujeitos democráticos e a democracia é o caminho indicado como o método e processo de se conduzir e realizar a vida (NASCIMENTO; FAVORETO, 2018). Assim, Dewey concebe a ideia de educação e democracia no sentido transformador do ensino como recurso de superação das adversidades da realidade, sobremaneira considerando os princípios de igualdade e cooperação. Atendendo aos preceitos do humanismo, surge também o conceito de pedagogia social, que propõe formar o cidadão. Toda essa transformação no processo educacional é promovida pelo “Estado moderno, que, com seus requisitos de controlador social e produtor de leis impositivas para toda a comunidade, permanece como o protagonista central de todo o complexo itinerário histórico da Modernidade” (CAMBI, 1999, p. 201). Para Dewey, a escola precisa ser constantemente reconstruída e apta a acompanhar as mudanças da sociedade e capacitando o homem-cidadão para a democracia.

A escola passa por relevantes mudanças durante o século XX e nessa época expande-se à população. Nos Estados Unidos, o filósofo e pedagogo John Dewey promoveu um movimento em favor da renovação educacional, denominado de escola nova, que se estendeu a

diversos países. O pensamento deweyano empreendeu mudanças profundas na pedagogia, provocando debates sobre a educação em vários lugares pelo mundo. Trata-se de uma concepção baseada na emancipação do homem por meio da democracia e da escola, que por sua vez articula teoria e prática em que o educando apreende no momento do fazer, evidenciando a pesquisa científica como ferramenta de produção do conhecimento, ademais:

sublinhando sua identidade de "laboratório" e sua função civil e política, igualitária e emancipativa; por outro, a uma pedagogia que teoriza e atua, ao mesmo tempo, e o faz numa precisa direção política [...] e cognitiva (formar a mente democrática por meio de uma assimilação crítica dos conhecimentos, que deve realizar-se em estreito contato com a ação, assimilando a lógica da pesquisa que é típica do saber científico moderno). (CAMBI, 1999, p. 535).

Destarte, como foi tratado anteriormente, o cenário brasileiro vivenciou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), escrito por idealizadores que propunham a reconstrução da educação pautada na obrigatoriedade, laicidade, qualidade e universalização do acesso, mormente sob a égide do Estado como ente mantenedor do sistema educacional. No que tange ao cunho inovante acerca de seu encargo social, a educação moderna sofreu influência da concepção humanista. Dentre os literatos de vanguarda e um dos principais articuladores que assinaram o Manifesto de 1932 está Anísio Teixeira, “que sendo discípulo de Dewey, foi um dos maiores difusores da escola nova no Brasil. [...] Anísio teve a oportunidade de viajar aos Estados Unidos e lá ser aluno de John Dewey” (CASTRO SOBRINHO; NASCIMENTO, 2015, p. 37). Assim, verifica-se a influência do humanismo deweyano no movimento escolanovista, que, por sua vez, também inspirou a reformulação de políticas públicas educacionais.

Anísio Teixeira também acreditava no papel social da escola e na educação como único caminho válido para superar as desigualdades da sociedade. Acresce-se a isso o fato que, “em termos filosóficos educacionais o que se buscava era a formulação de diretrizes que norteassem a política educacional e uma pedagogia inspirada na filosofia humanista do norte americano John Dewey” (RIBEIRO, 2004, p. 175).

No que lhe concerne, Dewey acreditava na educação de qualidade para toda a população, como mecanismo indispensável para formar pessoas livres das imposições governamentais e, dessa maneira, alcançar um desenvolvimento social sem contrapor ao processo de produção capitalista vigente. Nesse sentido, houve uma mudança na “função social da educação” (CASTRO SOBRINHO; NASCIMENTO, 2015), uma vez que passou a ser pensada para emancipar o sujeito, conferindo-lhe maior capacidade de agir e modificar o mundo ao seu redor de acordo com suas necessidades e circunstâncias de seu meio.

Assim, aumenta-se a responsabilidade da escola à medida que diversos problemas intercorrentes da sociedade passam a reputar-se como problemas educacionais. Remete-se à escola um novel encargo, sobremodo, passa a ser considerada como solução para os conflitos sociais. Numa perspectiva de escola salvadora, a educação é conclamada a sanar diversos problemas como se fosse a responsável pelos dilemas da sociedade. Assim como outras instituições, a escola encontra-se apenas inserida num contexto social específico, quiçá capacitada a modificar o sujeito que atende.

Por se preocupar com uma educação de qualidade que auxiliasse na formação humana e consequente equilíbrio da comunidade, Dewey critica o sistema de educação livresca que é isolado da vida e garante que ela conseguirá seus objetivos se forem para todos (CASTRO SOBRINHO; NASCIMENTO, 2015). Depreende-se que a escola precisa partir da realidade com toda sua problemática e buscar alternativas possíveis com o intento de transformação da sociedade.

Notadamente, a educação brasileira da primeira metade do século XX foi sugestionada pelo humanismo, especialmente no tocante ao pensamento deweyano, que influenciou efetivamente na atuação de Anísio Teixeira, tal qual de Darcy Ribeiro. Integra-se a isso o fato abaixo citado:

Entre tantos legados, sob a liderança de Anísio Teixeira, a Escola Nova formou uma nova geração de militantes da educação, com destaque para Florestan Fernandes (1920 1995) e Darcy Ribeiro (1922 1997), dois defensores incondicionais da educação pública, gratuita e laica – em que pese a atuação do segundo na relatoria da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor desde 1996. (CARA, 2015).

Anísio Teixeira sempre dizia que “educação não é privilégio”, defendendo, assim, o ideário da escola pública, gratuita e de qualidade para todos, com o qual Darcy Ribeiro também concordava. Uma escola divergente da tradicional, que se constituía passiva, livresca e isolada. Eles defendiam que a escola e seus ensinamentos estivessem relacionados com a experiência de vida do aluno, sobretudo que se constituísse como instrumento que ajudasse a resolver os problemas da sociedade, por conseguinte a educação cumpriria seu objetivo.

Assim, afirma-se acerca da influência humanista deweyana em que a filosofia de John Dewey acompanhou Anísio Teixeira, sendo interpretada e assimilada para a reconstrução educacional no Brasil (SOUZA, 2016). Essa concepção filosófica baseada nas premissas do norte americano John Dewey fica evidente no fragmento da carta enviado por Darcy Ribeiro a

Anísio Teixeira, onde se fala da preocupação com a qualidade e acesso da educação a todos, independentemente de sua condição financeira e do lugar que ocupa na sociedade:

[...] respondo a isto e a perplexidade e poderia cair com a crença de que nos cabe a nós, a intelectualidade dos povos morenos e pobres, a função de nos fazermos um novo sal da terra. Tendo tarefas específicas de luta contra o atraso e a miséria que nos aqueceram o peito por décadas, nós, os deserdados e discriminados que não possuímos bombas temos uma autoridade moral de importância decisiva neste mundo em crise de valores. [...] Por que o senhor não escreve uma carta de pito geral ecumênica. Fale em nome de W. James, de Dewey aos yanques. [...] E fale como caboclo do sertão sanfranciscano, último reduto de romanidade. (RIBEIRO, 1966).

Apesar das diferenças entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, ambos concordavam na maioria das concepções acerca da educação. Não podemos falar de Darcy sem mencionar a influência que Anísio Teixeira exerceu sobre seu pensamento e atuação. Ao longo de sua vida, Darcy Ribeiro seguiu as convicções anisianas, agregando-as naturalmente às suas próprias, conseguindo vivenciar o que acreditava em termos educacionais. Darcy seguiu sua ideologia na busca utópica por um futuro melhor. Similarmente, manteve uma relação de cumplicidade e compromisso com o ensino de qualidade, por conseguinte, a decorrente transformação da sociedade, mesmo que a passos lentos. Darcy Ribeiro foi um dos intelectuais mais atuantes na defesa da escola pública.

No entanto, os dois se diferenciavam em relação ao conceito de sociedade. Anísio, liberal, pressupunha como visão de mundo o posicionamento consciente do homem, que, na sociedade urbana, precisava ser preparado intelectualmente para compreender a realidade social. Contudo, Darcy Ribeiro como um radical (socialista) usava sua inquietude como impulso para entender os dilemas de uma sociedade excludente, onde conviviam contradições agudas que evidenciavam o fracasso da democracia, a violência autoritária, o atraso não apenas econômico-tecnológico e, principalmente, a educação terceiro mundista. (SOUZA, 2016, p. 29).

Darcy Ribeiro acreditava na educação de qualidade como garantia de oportunidade ao indivíduo, sobretudo na superação dos problemas da sociedade mediante a possibilidade de ascensão social, contudo apoiado em seu entendimento o projeto classista de organização do nosso país é hostil a seu povo. Adiante, verifica-se um conciso relato dos ideais de Anísio Teixeira, corroboradas por Darcy Ribeiro, acerca do direito à educação, assim como da dicotomia entre a escola pública e a privada. Sobretudo, trata das desigualdades inerentes à sociedade brasileira, conforme se averigua:

Obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado. Impossível deixá-la confiada a particulares, pois estes somente podiam oferecê-la aos que tivessem posses (ou a “protegidos”) e daí operar antes para perpetuar as

desigualdades sociais, que para removê-las. A escola pública, comum a todos, não seria, assim, o instrumento de benevolência de uma classe dominante, tomada de generosidade ou de medo, mas um direito do povo. Sobretudo das classes trabalhadoras, para que na ordem capitalista, o trabalho (não se trata, com efeito, de nenhuma doutrina socialista, mas do melhor capitalismo) não se conservasse servil, submetido e degradado, mas, igual ao capital na consciência de suas reivindicações e dos seus direitos. (TEIXEIRA, 1956, p. 6).

Darcy é seguidor do ideário proposto no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que, por sua vez, encontra-se arraigada a princípios humanistas. Como explicitado, juntamente com Anísio Teixeira, ele lutou pela qualidade do ensino e no decurso de sua atuação promoveu ardorosos debates em torno da educação, concluindo que:

[...] a baixa qualidade da educação provém de razões históricas, dentre elas, do próprio caráter autoritário e centralizador da sociedade brasileira, na qual a classe dominante decide sobre os direitos da classe trabalhadora sem levar em conta as necessidades coletivas. Esse quadro provém desde a Colônia, passa pelo Império e chega até os dias da atual República sem que nunca tenha sido enfrentado com a devida seriedade. (ERTHAL; MARTINAZZO, 2013, p. 2).

Após a efervescência da década de 1930 em meados do ano 1959, vivencia-se outro movimento, dessa vez engendrado por um grupo de educadores denominado “Mais uma vez Convocados”, reafirmando os preceitos do movimento do ano de 1932. O grupo de 1959 corroborava também com as concepções do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Conforme Helena Bomeny, o documento contou com 189 assinaturas, entre as quais estavam as de Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto e Fernando Henrique Cardoso:

Resgatando o ideário liberal definido no "Manifesto dos Pioneiros", o "Mais uma vez convocados" se posicionava contra o discurso da Igreja Católica sobre a "liberdade de ensino", discurso esse que se transformou em plataforma política do deputado Carlos Lacerda, para defender a atuação da rede privada de ensino na oferta da educação básica. O manifesto prossegue reafirmando a educação como bem público e dever do Estado. Nele reaparece a proposta dos pioneiros da educação nova, de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita. (BOMENY, 2021).

O aludido Manifesto de 1959 foi publicado no contexto de tramitação da primeira LDB que seria promulgada no ano de 1961. Indignados com o decurso dessa legislação, alguns setores da Igreja católica estavam descontentes com o ensino público. De um lado estavam os defensores do ensino confessional, de outro os idealistas do manifesto, pois afirmavam que a Igreja Católica tratava a questão da escola pública com inverdades. Uma luta de interesses entre escola pública versus escola privada:

O ano de 1958 ficou conhecido pela campanha dos representantes católicos em defesa da liberdade de ensino. Eles a dirigiram contra o que consideravam o impedimento imposto pelo Estado, sobretudo às classes populares, das famílias escolherem o gênero de educação dos seus filhos. A solução do problema estaria no redirecionamento da verba pública para o setor privado, naquele momento formado majoritariamente por instituições confessionais católicas. Essa inversão permitiria o oferecimento de mais escolas de acordo com os anseios da maioria da população, não disposta a receber uma educação laica, impregnada da visão cientificista do mundo. [...] Nessa conjuntura, intelectuais identificados ao catolicismo militante também assinaram artigos em jornais de grande circulação. (MONTALVÃO, 2015, p. 190).

Após a breve retrospectiva do contexto educacional brasileiro, nesse ínterim do Brasil colônia até meados da década de 1940, mais precisamente até à Constituição de 1946, como tratado no capítulo 1 na seção 1.1, debruçamo-nos a partir de agora sobre as perspectivas educacionais de Darcy Ribeiro, sobretudo no que se refere ao contexto de fundação da UnB no ínterim entre os anos 1960 e 1964.

Até aqui foram considerados alguns aspectos pautados tanto em textos legais quanto no panorama socioeconômico da população brasileira nesses períodos. No decorrer da pesquisa, verificamos que surgem algumas legislações ora de caráter liberal, ora de cunho autoritário, intercalando períodos que favorecem e outros que retrocedem sobre a questão da educação brasileira.

Somente no ano de 1920 é fundada a Universidade do Rio de Janeiro, sendo a primeira instituição federal de ensino superior do país com padrão de universidade. As décadas de 1920 e 1930 são efervescentes, promovendo debates de cunho democrático e modernista. Neste contexto, interessa-nos destacar o evento cultural modernista denominado Semana de Arte Moderna de 1922, que reuniu artistas brasileiros de diversas áreas empenhados na defesa da valorização da identidade e da cultura brasileira. Na década de 1930, surge outro movimento atrelado a ideais inovadores denominado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) que se contrapunha ao ensino tradicional. Este se consubstanciava na ideologia de determinados intelectuais da elite brasileira, preocupados principalmente com o acesso e a qualidade da educação destinada a toda população.

O movimento denominado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), é um documento que, mesmo sendo relevante em matéria educacional, teve sua essência totalmente desconsiderada na Constituição Federal de 1937, acarretando perdas no cenário da educação.

Resgatando o ideário liberal definido no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), o Manifesto dos Educadores: mais uma vez Convocados (1959) também se posicionava contra o discurso da Igreja Católica sobre a liberdade de ensino, “discurso esse que transformou

em plataforma política do deputado Carlos Lacerda para defender a atuação da rede privada de ensino na oferta da educação. O manifesto prossegue reafirmando a educação como bem público e dever do Estado. Nele reaparece a proposta dos pioneiros da Educação Nova, de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita” (BOMENY, 2021).

Ademais, conforme verificou-se anteriormente, durante a vigência do período da Era Vargas, cuja ditadura foi denominada Estado Novo, que perdurou dos anos de 1937 até 1945, tivemos um governo baseado no nazifascismo europeu. Um período da nossa história, marcado pelo autoritarismo, pela repressão, centralização do poder e conseqüente redução dos movimentos em prol da democracia.

A doutrina estadonovista propunha a concentração do poder no Estado, visto como única instituição capaz de garantir a coesão nacional e de realizar o bem comum. Desenvolvia, também, a crença no homem excepcional, portador de virtú, que seria capaz de expressar e construir a nova ordem. Havia muitas semelhanças com a doutrina fascista, e foi a partir dos aspectos comuns que muitas vezes o Estado Novo foi identificado com o fascismo. (FGV, 2020).

No entanto, em 1946, mesmo sob a ditadura que ainda prevalecia no Brasil, vigorava a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, de caráter liberal, inserida num contexto de redemocratização, que, além de estabelecer diretrizes para a educação nacional, decretava no Art. 166 (BRASIL, 1946) que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, seguindo os princípios expressos nos fundamentos da Revolução Francesa datada do ano de 1789.

Na década de 1950 havia discussões acerca das diretrizes norteadoras da educação em todo território brasileiro e elaboração de ulterior documento que culminaria na implementação da primeira, LDB 4024/1961 (BRASIL, 1961d). Outra questão condutora de debates relacionava-se com a necessidade da reforma universitária que permitiu a análise de seus principais problemas, assim como a indicação dos quesitos básicos para um novo projeto de universidade, “a universidade necessária”.

O antropólogo Darcy Ribeiro iniciou sua carreira como etnólogo realizando pesquisas em algumas tribos indígenas do Brasil e convivendo com eles por longo período. Toda essa vivência contribuiu para uma percepção de educação que poderia ser utilizada nas bases do ensino brasileiro. Uma das preocupações de Darcy consistia num projeto de educação pública emancipatória e de qualidade socialmente referenciada acessível a todos.

Diante do projeto de mudança da capital, sediada naquele momento na cidade do Rio de Janeiro, para o planalto central, vários projetos advieram com o intento de contribuir com seu

planejamento. Desse modo, durante o período da construção de Brasília surgiu a necessidade de conceber uma universidade que fosse capaz de atender aos questionamentos da nova capital. Para essa demanda, o presidente Juscelino Kubitschek incumbiu Darcy Ribeiro de esboçar o projeto da futura instituição de ensino.

Partindo de uma visão humanista, Darcy Ribeiro, juntamente com outros intelectuais e políticos, idealizaram a construção da UnB, para que ela fosse “a mãe, o ideário” das universidades brasileiras. Assim, a UnB foi criada considerando a relevância na formação de indivíduos conscientes de si e do outro, uma educação pública de qualidade voltada para a formação holística do homem, pressuposto para um ensino universitário embasado na formação integral.

Darcy Ribeiro almejava contribuir para a formação do indivíduo a partir de uma educação pública que se pretendia holística, laica e emancipatória, comprometida também com a realidade brasileira e a formação de homem integral como base para uma sociedade mais justa e igualitária, minimizando a questão do individualismo e destacando a importância de educar e humanizar, propõe que a universidade seja um lugar aberto à comunidade.

Diante de tantas mudanças no panorama socioeconômico e político brasileiro e nas exigências de uma sociedade urbano-industrial, fazem-se necessárias renovações expressivas no contexto educacional e é neste período que se insere a criação da UnB, em 1962. Base de um novo conceito de educação universitária, partindo da filosofia humanista, sobretudo na concepção da equidade da educação com garantia de acesso e permanência a todo cidadão, independente da sua condição monetária.

Nesse período existia uma discussão propondo uma reforma universitária, considerando que o sistema atual não condizia com a realidade do país. Tínhamos, de um lado, uma parcela que defendia a continuidade da estrutura vigente e, de outro, pessoas preocupadas em aumentar o número de vagas nas instituições universitárias e, especialmente, garantir o acesso e a permanência dos jovens das classes menos favorecidas. Também preconizava a vinculação entre ensino e pesquisa, fundamental para a melhoria na qualidade da educação, acarretando investimentos em recursos humanos e estrutura física.

Darcy Ribeiro (1991), descontente com os rumos da educação universitária nacional, com o objetivo de transformá-la, inicia as discussões acerca do que se tornaria a universidade de Brasília, como instituição de cunho inovador.

Quando saiu o decreto, já estava muito avançado o planejamento da UnB, cujo plano diretor pôde ser prontamente publicado juntamente com apreciações redigidas por

diversos intelectuais. Em consequência, a UnB, antes mesmo de existir, começou a exercer um papel importante ao se converter no principal tema de debates dos universitários brasileiros. O referido plano veio prover os meios universitários das bases que lhes faltavam, até então, para promover um vigoroso movimento de reforma universitária. Primeiro, porque proporcionava um diagnóstico objetivo e uma autocrítica severa, como nunca se tinha feito antes, sobre a situação precaríssima das nossas universidades. Segundo, porque oferecia um plano alternativo de uma organização de uma universidade planejada racionalmente, o qual funcionando como uma tábua de contrastes, permitia a comunidade universitária brasileira ver-se a si mesma com objetividade. Desencadeia-se, em consequência, um movimento nacional de intelectuais, professores e estudantes, que reclamava uma reforma universitária, argumentando contra o absurdo que representava manter uma universidade obsoleta numa sociedade que se esforçava por superar o atraso social e cultural através de uma reforma agrária e da constrição da exploração estrangeira. Através destas discussões que se irradiaram imediatamente por todo o País, o projeto da Universidade de Brasília se difundiu enormemente, convertendo-a no que ela foi e no que ela é, fundamentalmente: a cristalização, como utopia concreta, das aspirações mais profundas da intelectualidade brasileira, particularmente da comunidade científica nacional. (RIBEIRO, 1991, p. 127).

A concepção da UnB sustentou-se tendo por base um projeto de nação idealizado por alguns intelectuais que viam na educação uma perspectiva de mudança no cenário brasileiro. Mais que um projeto, significava também uma missão. A criação da UnB seria uma das propostas engendradas a partir de concepções embrionadas nos ideais inclusos na Semana de Arte Moderna de 1922, contando com a participação de intelectuais nacionalistas, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e no Manifesto dos Educadores: mais uma vez Convocados (1959). Atendendo a todo esse ideário, a UnB foi planejada com o compromisso de ajudar a solucionar os problemas do Brasil. As palavras de Darcy Ribeiro evidenciam que a UnB foi concebida a partir da concepção de inúmeros intelectuais:

Além de Anísio, muita gente mais pôs o ombro no andor. Tantos, que se eu tivesse de lembrar os nomes dos que mais cooperaram, seria preciso citar mais de uma centena. Com efeito, este foi, aproximadamente, o número de intelectuais, pensadores, artistas, professores que integraram as comissões gerais que debatem as formas alternativas de organização que se ofereciam à nova universidade, e as equipes especializadas que programaram a implantação de cada um dos seus órgãos. Por isso mesmo é que eu gosto de dizer - e o faço com toda convicção - que a UnB foi e é ainda o projeto mais ambicioso da intelectualidade brasileira. Efetivamente, de 1959 a 1961, a criação da UnB foi a questão cultural mais séria, mais desafiante e mais empolgante que se colocou diante da intelectualidade do País, que via nela sua meta e sua causa. (RIBEIRO, 1991, p. 124).

Dentre alguns idealizadores da Universidade de Brasília, contamos com a participação de Anísio Teixeira, que exerceu papel preponderante no processo de sua fundação, além do mais, também foi reitor dessa instituição. Ele defendia uma educação pública de qualidade, laica e gratuita, que conseguisse integrar a escola básica e a universidade, a teoria e a prática e,

fundamentalmente, que pudesse contribuir para estreitar a distância entre as classes abastadas e as classes menos favorecidas economicamente da população brasileira. Uma singularidade evidenciada no projeto da construção da UnB.

Verifica-se na Lei nº 3.998/1961, que institui a “Fundação Universidade de Brasília”, destacado em seu Art.10, que “a Universidade de Brasília empenhar-se-á no estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do País e, na medida de sua possibilidade na colaboração às entidades públicas e privadas que o solicitarem” (BRASIL, 1961c). No projeto da UnB, era enaltecido seu compromisso com a solução dos problemas nacionais e a missão de capacitar seus estudantes em nível de primeiro mundo, somando-se a isso o empenho em sua formação cidadã, com ênfase na junção entre teoria e prática e na defesa da unidade entre os conteúdos das diversas disciplinas, bem como valorizando uma formação inserida na realidade da sociedade.

Darcy ressalta também que “se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios” (LIMA, 2018). Darcy Ribeiro teve grande participação na política brasileira, especialmente no Ministério da Educação e Cultura e lutou em defesa da escola pública. Posteriormente, seria a alma da perspectiva filosófica de educação humanística nos princípios de criação e fundação da UnB.

Não podemos ter uma universidade boa quando o acesso a essa universidade só é facultado a classes que dispõem do dinheiro, a classes que tenham meios econômicos. Não podemos renovar o nosso quadro de professores enquanto os recursos humanos que dispomos sejam recursos restritos, circunscritos a uma classe que tenha meios econômicos. Não podemos ter a menor pressa de renovar a Universidade quando professores e alunos são homens divorciados da realidade da fome, da realidade da doença, da realidade do desamparo, que em milhões e milhões de pessoas é a verdadeira realidade do nosso povo. (SILVA, 2009, p. 30).

Partindo das premissas educacionais de Darcy Ribeiro, que acreditava na ciência como mecanismo de superação do atraso, por conseguinte, a tarefa para uma sociedade autônoma, próspera e solidária seria a construção de uma universidade inversa ao modelo atual:

Não pode ser outra a tarefa da universidade de uma Nação dependente ao plano externo e oprimida internamente. Uma Nação cativa de elites infecundas que, não lhe permitindo nunca organizar-se para o seu próprio povo, se viu retardada na sua evolução histórica. (RIBEIRO, 1991, p. 132).

Para alguns, a universidade estava relacionada à desordem enquanto outros acreditavam na educação como um projeto de nação arraigado à formação de consciência crítica do país.

Muitos foram os obstáculos enfrentados contrários à criação da UnB. Obstáculos enfrentados e vencidos: a proposta de criação da UnB foi enviada para apreciação do Congresso Nacional em 21 de abril de 1960, dia da inauguração de Brasília. Somente dois anos após, 21 de abril de 1962, era inaugurada a tão desejada Universidade de Brasília com a premissa de reinventar a educação superior no Brasil.

CAPÍTULO 2 - A AÇÃO DE DARCY RIBEIRO NA FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

2.1 A criação da UnB: sua relação com a nova capital

Somente no século XX e instituída por meio do Decreto nº 14.343 de 1920 a Universidade do Rio de Janeiro tornou-se “a primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal” (FÁVERO, 2006, p. 22). Todavia, a instituição correspondia meramente à reunião de três escolas superiores que já funcionavam desde o século XIX. Como verificamos anteriormente, existiam alguns grupos que aspiravam à renovação educacional e os movimentos direcionados a esse intento intensificaram-se a partir da década de 1920, contando com representantes das classes de artistas, políticos, educadores, intelectuais, dentre outros, que acreditavam na educação como instrumento de transformação da sociedade.

Considerando essa mudança na perspectiva educacional e o anseio de Anísio Teixeira em renovar as bases do ensino superior, foi fundada a Universidade do Distrito Federal (UDF) no ano de 1935 na cidade do Rio de Janeiro, que, àquela época, era a capital do país. No entanto, a universidade não contava com estrutura física para seu funcionamento. Dessa forma, as aulas e reuniões eram ministradas em locais cedidos, fossem públicos ou particulares. Entretanto, por motivos políticos, no ano de 1939, a UDF foi extinta. Apenas duas décadas após, Anísio Teixeira participava da fundação de outra universidade, a UnB, também situada no Distrito Federal, desta vez no interior do cerrado goiano. Ao verificar os dois projetos, encontramos evidências da proposta da UDF no projeto da utópica UnB. Conforme anuncia Galvão (2017, p. 16), “os arquivos que registram a história institucional da Universidade de Brasília trazem marcas, diretas ou indiretas, da UDF.”. Ainda sobre a UDF de Anísio Teixeira, no ano de 2008 Sonia de Castro Lopes, em sua pesquisa “História da formação docente na cidade do Rio de Janeiro: A Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal (1935-1939)” desenvolvida no âmbito do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROEDES/UFRJ), contando com o apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), relata que:

a criação de uma universidade dotada não apenas de autonomia administrativa, mas, sobretudo de autonomia pedagógica, por abrigar intelectuais de diversos matizes ideológicos e propiciar um clima democrático, fato que gerou acirrados embates com o projeto autoritário e centralizador defendido pelo Governo Federal. Vale destacar, ainda, a perspectiva integradora daquele modelo formativo, fato que se verifica não

apenas pelo compromisso com a difusão do saber e incentivo às atividades de pesquisa, mas também pelo contato estreito com a prática profissional. (LOPES, 2008, p. 145-146).

Na década de 1950, Darcy Ribeiro trabalhou junto com Anísio Teixeira e foi encarregado de realizar os debates do que seria a primeira, a LDB nº 4.024/61, bem como “elaborando e redigindo a parte que tratava de educação no discurso presidencial de Juscelino Kubitschek, em pouco tempo, Darcy Ribeiro começou a ser requisitado para participar, e para encabeçar novos debates”. (PINHEIRO, 2012, p. 52). Darcy considera o quanto significou e se tornou “Importantíssimo para mim foi a eleição de JK [Juscelino Kubitschek] para a presidência e seu projeto de edificar a nova capital, Brasília. [...] Eu tinha já contato com ele através da política de Minas e da minha família. [...] O certo é que aderi logo a seu governo” (RIBEIRO, 1997, p. 235).

Assim, diante do conhecimento acerca da matéria educacional e também no tocante ao convívio de Darcy Ribeiro com Juscelino Kubitschek na época que viveu em Montes Claros, em 1959, o presidente Juscelino convidou Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira para organizar o projeto da universidade da nova capital brasileira.

Darcy Ribeiro ficou responsável por definir as bases do que seria a UnB e a parte pedagógica sob a responsabilidade de Anísio Teixeira. O arquiteto Oscar Niemeyer planejou a parte arquitetônica e a cargo de Lúcio Costa ficou a elaboração do Plano Piloto da Universidade de Brasília. Em 15 de janeiro de 1962, por meio do Decreto n.º 500, foi aprovado o estatuto da Fundação UnB. Toda a estrutura e o projeto da universidade foram definidos em seu Plano Orientador publicado em 1962 e ainda em vigor. “O Plano foi a primeira publicação da Editora UnB e mostra o espírito inovador da instituição” (UnB, 2021b).

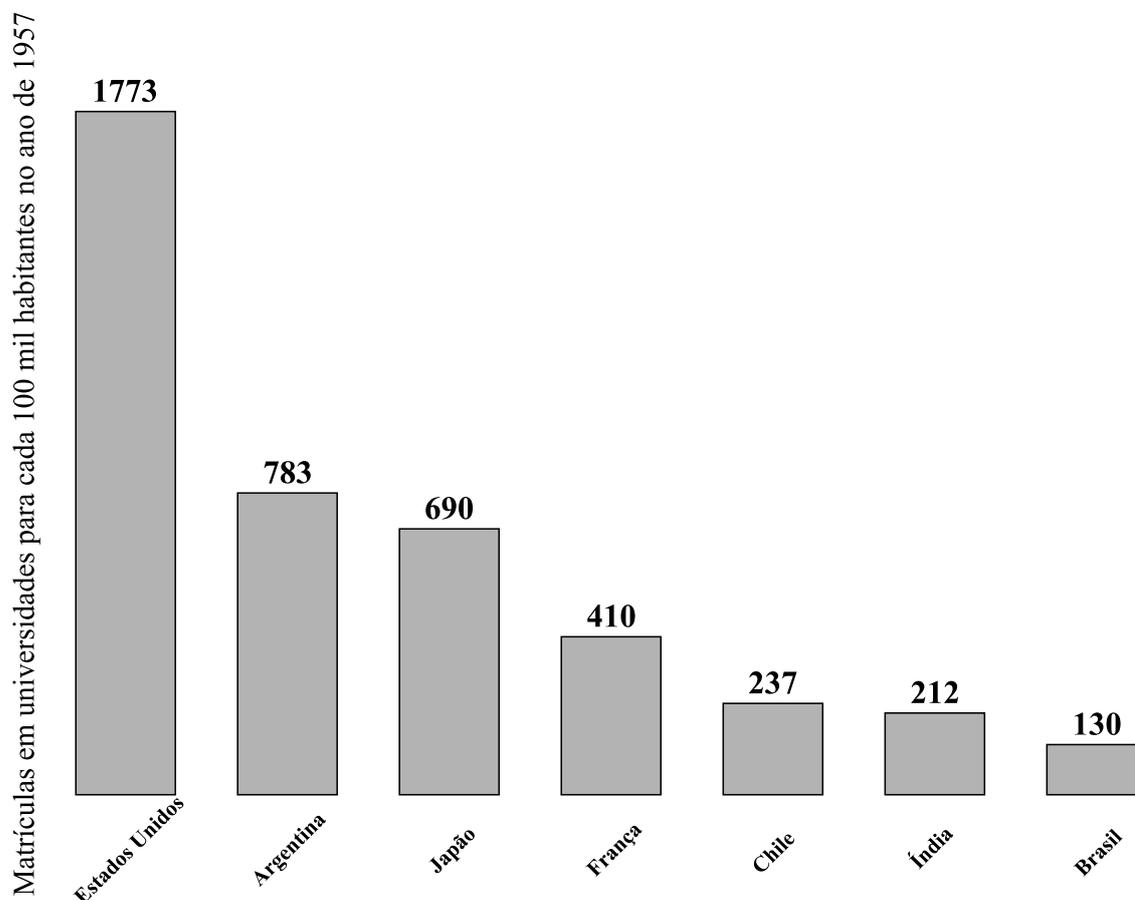
A UnB surgiu em oposição às instituições existentes até aquela época, consideradas obsoletas, como também da proposta interrompida de Anísio Teixeira com a extinção precoce da Universidade do Distrito Federal, criada em 1935, que entre outras coisas “buscava criar um centro de pesquisa científica dedicado a pensar os problemas do país. A Universidade, no entanto, sofreu duros ataques de opositores e foi extinta pelo governo federal no ano de 1939, já no período do Estado Novo” (GALVÃO, 2017, p. 13-14).

Para que o projeto da UnB fosse concretizado um longo caminho foi trilhado e demandou esforços para garantir sua construção. Devido à ocorrência de vários movimentos estudantis em algumas capitais brasileiras e da proximidade da universidade com a Esplanada dos Ministérios, esboçada no Plano Piloto de Brasília, algumas autoridades não concordavam

com sua construção. De um lado, a ideia de provável alvoroço causado pelos estudantes, de outro, o desenvolvimento do pensamento crítico de Darcy, posto que “o Brasil se explicaria e encontraria saída para seus descaminhos”. “A UnB não é uma universidade qualquer. Muito lutamos para criá-la. Havia demasiadamente gente contra. Israel Pinheiro, engenheiro admirável, dizia que duas coisas não deviam existir em Brasília: operários e estudantes.” (FGV, 2020), talvez pelo fato de ser o prefeito da capital pretendesse evitar conflitos com os estudantes, uma vez que havia movimentos estudantis em algumas capitais brasileiras. Vale dizer que o mineiro Israel Pinheiro da Silva foi o primeiro prefeito do Distrito Federal no período compreendido entre 17/04/1960 até 31/01/1961. Somente em 1969 o Distrito Federal passa a ser dirigido por governadores (DISTRITO FEDERAL, 2019).

Em 1961, o presidente da República João Goulart ratificou a criação da universidade por meio da Lei 3.998/61 (BRASIL, 1961c). Tendo em vista essa demanda emergente, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira convidaram vários profissionais que constituiriam o corpo dos servidores da universidade, conforme escreveu Darcy Ribeiro: “Eram mais de duzentos sábios e aprendizes, selecionados por seu talento para plantar aqui a sabedoria humana”. A estrutura administrativa e financeira da UnB foi organizada como Fundação, alicerçada no conceito de autonomia e conforme Darcy afirma em seu livro *UnB: Invenção e Descaminho*: “A UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsavelmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo” (RIBEIRO, 1991, p. 125). A concepção dessa nova universidade fundamentava-se também na execução do princípio da autonomia universitária e por meio da articulação entre ensino e pesquisa.

No Plano Diretor da UnB, Darcy Ribeiro evidencia a carência na educação superior brasileira baseado nas estatísticas difundidas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) no ano de 1957 acerca do quantitativo de alunos matriculados em escolas superiores para cada cem mil habitantes (UnB, 1962), conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Matrículas em Universidades para cada 100 mil habitantes no ano de 1957

Fonte: Adaptado de UnB (1962, p. 36)

Darcy Ribeiro era desfavorável à criação de universidades pela conjunção de institutos e faculdades isoladas, o que certamente acarretaria num obstáculo de integração entre elas, dificultando o processo de ensino e pesquisa, tão defendido por ele. Para tanto, seria relevante a criação de um *campus* onde estivessem concentradas salas de aulas, laboratórios, centros culturais, biblioteca, dentre outros espaços, que permitiriam a convivência e o estreitamento das relações entre o corpo discente e o docente, fomentando a troca de experiências. Outro tema defendido por Darcy baseava-se no intercâmbio de saberes entre a população e a academia, favorecendo a produção de conhecimentos significativos. Considerando essa perspectiva, seria preferível construir uma nova instituição, divergente das universidades da época.

Considerando os vários aspectos que contribuíram para a reformulação do ensino superior, temos as transformações sociais decorrentes do crescente processo de industrialização e próspera urbanização das cidades ocorridas na primeira metade do século XX, fatores que intensificaram a exigência por mão de obra especializada. Além disso, outra justificativa para

a criação da UnB amparava-se na necessidade em direcionar o desenvolvimento para o cerrado goiano, local onde seria construída a nova capital do país. Considerando essa demanda, seria imprescindível a construção de uma universidade, destarte, propiciar pessoal capacitado para auxiliar no assessoramento da gestão pública e contribuir na formação da cultura local da emergente capital. Para tamanha empreitada, havia também a necessidade da reforma dos currículos, da estrutura física e do aprimoramento na articulação entre ensino e pesquisa, por fim, que considerasse também as peculiaridades regionais. Ademais, Darcy pretendia: “Dar à população de Brasília perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo” (UnB, 1962, p. 20).

Quando o arquiteto Lúcio Costa concebeu Brasília como novel capital do Brasil, ele já pensava a cidade como polo de irradiação cultural e intelectual, dotado de uma nova universidade. Previu até o local onde seria o *campus*: entre a Asa Norte e o Lago. A proposta de criação da Universidade de Brasília só foi encaminhada por Juscelino Kubitschek ao Congresso no dia da inauguração da cidade, em 21 de abril de 1960. Desde então, até fins de 1961, uma intensa atividade foi desenvolvida para delinear o perfil da nova instituição. Nesses trabalhos, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira desempenharam um papel fundamental que, a convite do professor Vítor Nunes Leal (chefe do Gabinete Civil de novembro de 1956 a agosto de 1959 e consultor geral da República de fevereiro a outubro de 1960), organizaram e direcionaram a discussão. Em seu livro *UnB: invenção e descaminho*, Darcy Ribeiro dá este depoimento: “Procurei então, interessar meus amigos Vítor Nunes Leal, chefe da Casa Civil, e Ciro dos Anjos, subchefe, na ideia da criação na nova capital de uma universidade tão inovadora no plano cultural quanto o era a nova Brasília no plano urbanístico e arquitetural” (RIBEIRO, 1991, p. 126).

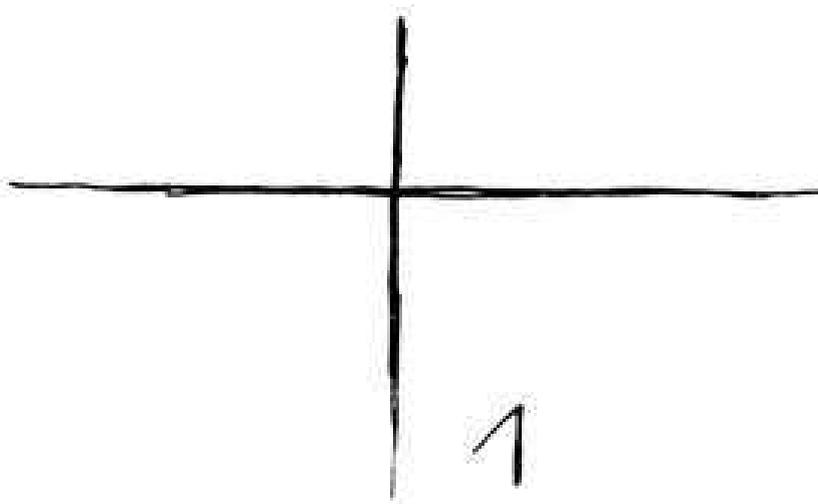
Após várias sugestões, o Presidente da República Juscelino Kubitschek enviou ao Congresso a proposta de Darcy Ribeiro para a criação da Universidade de Brasília em 21 de abril de 1960. Exatamente no dia que Brasília completava seu segundo aniversário, em 21 de abril de 1962, a Universidade de Brasília foi inaugurada. A nova instituição trazia consigo o compromisso de reformular a educação superior brasileira e conseqüentemente melhorar a realidade do povo. Além disso, quiçá, serviria também de modelo para a América Latina.

2.2 O Plano Orientador da Universidade de Brasília

A história da criação da Universidade de Brasília entremeia-se com a história da capital da república e ambas estabeleceriam uma similaridade social e cultural. O traslado da capital situada no Rio de Janeiro para a região centro-oeste do Brasil já era um projeto antigo e foi realizado bastante tempo depois pelo governo de Juscelino Kubitschek. Um dos objetivos de transferir a capital do Rio de Janeiro para Brasília pautava-se também na vulnerabilidade da sede do governo diante a possibilidade de ataques marítimos. Outra finalidade da transposição da capital seria a descentralização da população dos grandes centros urbanos com o intuito de povoar a região central do Brasil.

De acordo com o Plano Piloto de Brasília, constante da figura 1, “o projeto nasceu de dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” (UnB, 1962, p. 8).

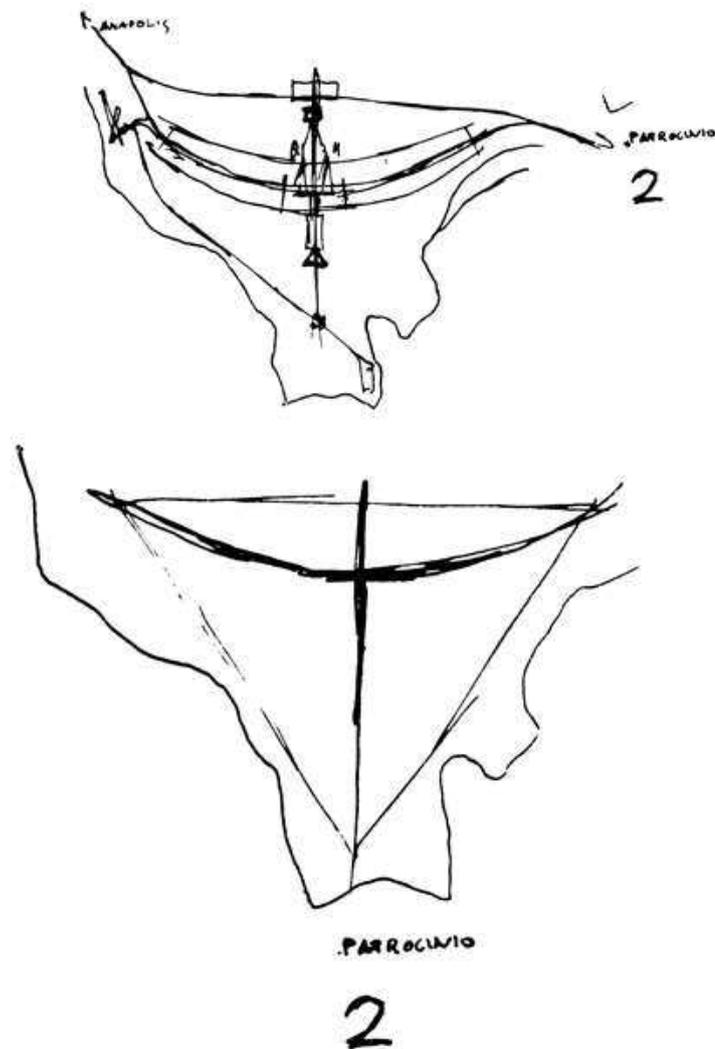
Figura 1- Projeto em formato de sinal da cruz



Fonte: UnB (1962, p. 8)

Para adaptação à topografia local, o urbanista Lúcio Costa fez algumas adequações “ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando se um dos eixos a fim de controlo no triângulo equilátero que define a área urbanizada” (UnB, 1962, p. 8).

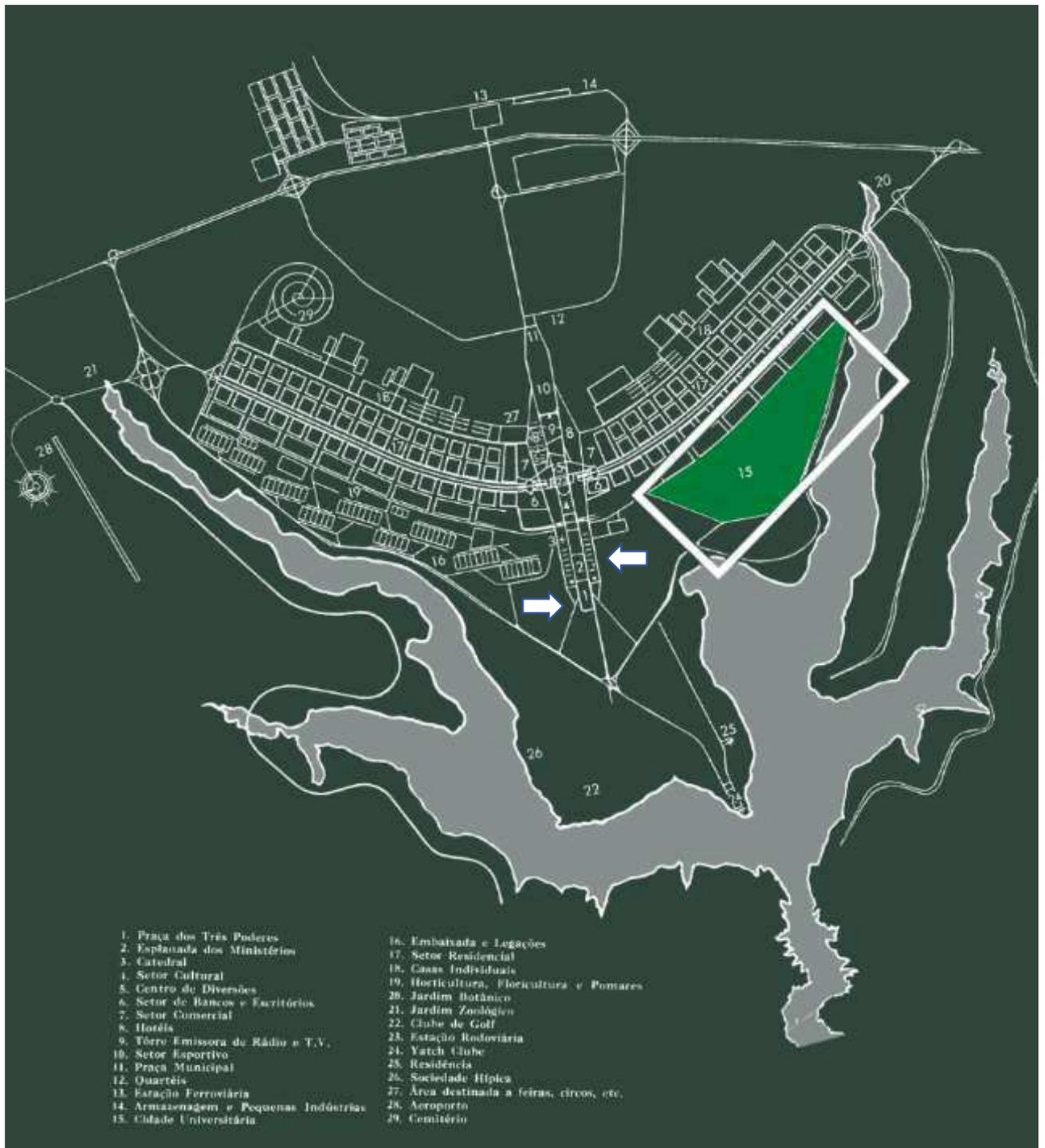
Figura 2 – Mudança no cruzamento do eixo devido à adaptação à topografia local



Fonte: UnB (1962, p. 8)

O Plano Orientador da UnB apresentava, em linhas gerais, o Plano Piloto de Brasília feito por Lúcio Costa, que reforça a afirmação acerca da proximidade entre os Três Poderes, os Ministérios e a Universidade, conforme consta na figura a seguir, 1) Praça dos Três Poderes, 2) Esplanada dos Ministérios e 15) Cidade Universitária (Figura 3).

Figura 3 – Plano Piloto de Brasília



1 – Praça dos Três Poderes; 2 – Esplanada dos Ministérios; 15 – Cidade Universitária

Fonte: UnB (1962, p. 2)

Quando o urbanista Lúcio Costa idealizou o Plano Piloto de Brasília já existia um local destinado à construção de uma universidade, localizado na Asa Norte e próximo à Esplanada

dos Ministérios. Assim, muito rapidamente, conforme planejado por Juscelino Kubitschek, foi erguida no planalto central a nova capital federal. Em meio às comemorações do biênio de Brasília, a utópica Universidade de Brasília foi inaugurada com solenidade realizada no Auditório Dois Candangos em homenagem a dois operários, Exedito Xavier Gomes e Gedelmar Marques, que perderam suas vidas em acidente durante a construção da Universidade de Brasília.

O antropólogo Darcy Ribeiro concebeu as bases do que seria a instituição e sob a responsabilidade de Anísio Teixeira ficou o projeto pedagógico. A cargo do urbanista Lúcio Costa ficou o projeto da instituição e ao arquiteto Oscar Niemeyer coube transformar sonhos em realidade, inserindo elementos da arte moderna e contemporânea.

Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira idealizaram um documento publicado em 1962 contendo toda a estrutura, as regras e a própria concepção pedagógica da universidade, intitulado de Plano Orientador da Universidade de Brasília. Como dito anteriormente, esse plano foi a primeira publicação da Editora UnB e revela sua característica inovadora. Assim está escrito no Plano Orientador: “Só uma universidade nova, inteiramente planejada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior”. Não se tratava de acrescentar mais uma universidade às que possuíamos até aquela época, mas sim que a Universidade de Brasília tivesse como missão a integração nacional possibilitando mais oportunidades de educação aos jovens. Anteriormente, versamos sobre as dificuldades impostas, porém vencidas, no processo de criação dessa universidade que enfrentou diversos entraves até sua fundação.

O Plano Orientador da UnB não se consubstancia apenas num projeto administrativo, nele estão contidos diversos assuntos como o discurso do presidente da república João Goulart ao sancionar a Lei nº 3998 de 1961, que instituiu a fundação Universidade de Brasília em dezembro de 1961, momento em que discorreu também sobre a missão da UnB. "Só uma universidade nova, inteiramente planejada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior", diz o Plano Orientador.

O Plano Orientador da UnB reproduziu na íntegra o relatório de Lúcio Costa tratando do Plano Piloto de Brasília. O Plano Orientador da UnB traz também um diagnóstico da situação do ensino superior no Brasil com uma análise feita pelo então Senador Jarbas Maranhão. No decorrer do Plano Orientador da UnB temos diversos esboços do Plano Piloto referente a criação tanto de Brasília quanto da Universidade de Brasília, ambos desenhados por Lúcio Costa. Similarmente, consta alguns projetos realizados por Oscar Niemeyer acerca da

disposição dos Órgãos Complementares e Serviços Auxiliares da Universidade de Brasília a serem construídos no *campus* da UnB. Consta do Plano a informação que José Bonifácio de Andrada e Silva havia sugerido a transferência da capital para o Estado de Goiás ainda ano de 1823. Por fim, contém o discurso de Antônio de Oliveira Brito, naquela época Ministro da Educação e Cultura, diante de um auditório repleto e que em nome do governo inaugura a mais jovem universidade do Brasil.

O Plano Orientador constituiu-se num projeto que implementou toda a organização estrutural, administrativa, pedagógica e acadêmica da Universidade de Brasília. Dentre os diversos aspectos apresentados no Plano Orientador da UnB de 1962, elegemos três características que constituíram numa organização institucional arrojada para a época: o sistema tripartido; o sistema de ciclos e a gestão colegiada.

O sistema tripartido refere-se à estrutura acadêmico-administrativa da universidade e ainda persiste na atualidade, mas diferente de outrora, pois no presente momento não ocorre cisão entre a formação profissional e a pesquisa. O sistema de ciclos foi substituído pelo sistema semisseriado, mas manteve “o sistema de créditos que permitiu flexibilizar currículos com a oferta de disciplinas do Módulo Livre”. Isso permite ao discente a composição de um currículo que seja compatível com suas perspectivas de formação (UnB, 2018, p. 18). Acrescenta-se ainda o fato da Universidade de Brasília divergir de todas as outras universidades tradicionais da época posto que foi a primeira no Brasil estruturada “em institutos e faculdades, aos quais eram comuns os dois primeiros anos de formação básica. Os anos seguintes eram cursados em uma faculdade se a opção do estudante fosse a profissionalização ou em um instituto caso a opção fosse por uma carreira científica” (UnB, 2018, p. 13), facultando ao aluno uma mobilidade nos anos iniciais do curso pretendido. Já a “[...] gestão colegiada [compreende] instâncias básicas formadas pelos colegiados, intermediárias pelas congregações e superiores pelos conselhos.” (UnB, 2018, p. 13).

Temos ao longo do Plano Orientador também um diagnóstico do ensino superior no Brasil, sendo que, na época, a proporção de estudantes universitários por habitantes no Brasil era “quatro vezes menor que a Argentina e 20 vezes menor que nos Estados Unidos da América do Norte” (UnB, 1962, p. 12). Ressalta também que, “anualmente, mais de 25 mil jovens concorrem, nos exames vestibulares, a cerca de 5 mil vagas abertas pelas escolas de Medicina e Engenharia” (UnB, 1962, p. 12). Considerando esse panorama, a maioria das expectativas de ingresso no ensino superior são malogradas, além do pouquíssimo quantitativo de profissionais formados no Brasil. Como solução para essa defasagem do ensino superior brasileiro, teríamos

que formar profissionais em quantidades suficientes ao desenvolvimento do país. Para tanto, a proposta não está na multiplicação de instituições vetustas, mas ao incentivo da “reforma universitária”.

Para seu efetivo funcionamento, “a Universidade de Brasília deverá manter, também, um corpo de órgãos complementares destinados a funcionar supletivamente como centros de extensão para cidade e para o país” (UnB, 1962, p. 31). Esses órgãos foram:

- A Aula Magna que será um grande auditório dotado de recursos audiovisuais destinados a realização de congressos e reuniões.
- A Biblioteca Central com numeroso acervo de obras e que contará também com mais dezesseis bibliotecas especializadas, bem como local onde funcionará a Faculdade de Biblioteconomia.
- A Rádio Universidade de Brasília que terá como programa básico a difusão cultural e artística. Deverá especializar-se em cursos por correspondência e radiodifusão para aperfeiçoamento do magistério de nível médio.
- A televisão Universidade de Brasília terá além da difusão cultural local elaborar e coordenar a difusão de programas de nível médio, através das redes nacionais de televisão.
- A Editôra Universidade de Brasília cujo objetivo principal seria traduzir para o português as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade como também de elaborar e editar textos básicos para o ensino superior, além de editar a produção científica e literária da própria universidade.
- O Museum, que compreenderá o Museu da Ciência, o Instituto de Artes e o Museu da Civilização Brasileira.
- As Casas da Cultura destinadas ao ensino da literatura e das línguas e da tradição cultural das Nações a que estamos mais vinculados e que se disponham a manter, junto a Universidade de Brasília, um centro de difusão cultural.
- Ainda constavam como órgãos complementares o Centro Educacional, o Centro Recreativo e Cultural e o Estádio Universitário. (UnB, 1962, p. 31).

Considerando que a Universidade de Brasília era uma universidade recém-inaugurada e devido alguns imprevistos, o programa para o ano de 1962 contou apenas com três cursos básicos, sendo eles: “1) Direito, Administração e Economia; 2) Arquitetura e Urbanismo; 3) Letras Brasileiras” (UnB, 1962, p. 43).

Como coordenadores dos cursos da Universidade de Brasília do ano de 1962: “Victor Nunes Leal: Direito, Administração, Economia. Lúcio Costa e Oscar Niemeyer: Arquitetura e Urbanismo. Cyro dos Anjos: Letras Brasileiras e Coordenador do Instituto Central de Letras” (UnB, 1962, p. 4).

Consta também que no ano de 1962 a Universidade de Brasília ministrou alguns cursos em nível de pós-graduação. Com intuito de beneficiar a população da nova capital foram realizados também no ano de 1962 alguns programas de extensão cultural com seminários e conferências, além de programas educacionais de rádio e televisão.

Mediante a necessidade de atualização do Plano Orientador foi iniciada a criação do primeiro Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília realizado em consonância com a concepção da criação dessa instituição. Isso posto, o Plano Orientador de 1962 vigorou até o ano de 2018 quando foi publicado o primeiro Projeto Político-Pedagógico da Universidade de Brasília.

2.3 Ação e inovação nos primeiros anos da Universidade de Brasília: o exemplo de Agostinho da Silva e o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CEBEP) como centro de pesquisa e extensão

Até o momento foram considerados alguns aspectos de cunho educacional pautados tanto em textos legais como no panorama socioeconômico da população, iniciando com um breve relato desde o Brasil colônia até meados do século XX e ulteriormente uma análise mais aprofundada sobre o contexto da criação da Universidade de Brasília, especialmente no interstício dos anos 1960 a 1964.

Após essa retomada, versaremos de ora em diante acerca das perspectivas educacionais de Darcy Ribeiro, sobretudo no contexto de fundação da Universidade de Brasília no íterim de 1960 a 1964. Todavia, mesmo em face do protagonismo de diversos intelectuais que fizeram parte da fundação da UnB, citando, por exemplo, Cyro Versiani dos Anjos, conterrâneo de Darcy Ribeiro, Sepúlveda Pertence, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, arrazoaremos sobre a contribuição do luso-brasileiro George Agostinho Baptista da Silva, vulgo Agostinho da Silva, nos primórdios dessa universidade.

Para tanto, iniciaremos a partir de uma retrospectiva sobre a vida de Agostinho da Silva, nascido em Portugal aos treze de fevereiro de 1906. Ingressou na Universidade do Porto, no ano de 1924, para cursar Filologia Românica e, desde essa época, Agostinho já era um crítico da academia, da política e da sociedade como um todo, chegando a expor o seu descontentamento nas publicações dos jornais que participava. No ano de 1928, termina a sua licenciatura e é nomeado professor provisório do Liceu de Alexandre Herculano, na cidade do Porto, já em tempos de ditadura militar. Quando Agostinho escreve, no ano de 1930, *A religião grega*, ele defende a ideia da pedagogia baseada nos fundamentos da civilização grega, principalmente no que concerne à filosofia e educação, evidencia também que “a filosofia será a base da formação da sociedade, na medida em que trabalha questões de cidadania, ética e ciência” (PINHO, 2006), considerando a racionalidade como princípio básico para atingir uma

sociedade consciente e livre, além de constituir-se num processo pedagógico que conduz o indivíduo à reflexão por intermédio da maiêutica.

Como bolsista, no ano de 1931, vai para Paris estudar na *Sorbonne* e no *Collège de France*, cidade onde Agostinho se encontra com vários intelectuais portugueses que estavam ali exilados e regressa a Portugal em 1933 embebido de novas concepções, como também foi admitido como professor efetivo no Liceu José Estevão, em Aveiro. Contudo, em função da Lei Cabral, promulgada em maio de 1935, a qual determinava a obrigatoriedade de todos os funcionários públicos afirmarem em documento que não pertenciam nem viriam a pertencer a nenhuma sociedade secreta, Agostinho da Silva se recusou a assinar e é demitido oficialmente do ensino público português. No ano de 1936, motivado pelas célebres reuniões na residência do educador e político português Antônio Sérgio, Agostinho da Silva cria o Núcleo Pedagógico de Antero de Quental (1939) e começa a elaborar alguns cadernos com informação cultural e o intuito de levar conhecimento às pessoas pouco letradas que eram, ainda assim, ávidas de cultura e entendimento. É precisamente quando escreve esses folhetos de iniciação cultural, quando começa a realizar palestras por todo o país, quando colabora em programas de rádio e quando cria bibliotecas itinerantes que o contraste com o ensino tradicional oficial português se destaca. Por essas ideias consideradas subversivas e publicado em 1942 um caderno intitulado *O Cristianismo*, Agostinho é preso em junho de 1943 durante dezoito dias. Em decorrência da ditadura de Antônio Salazar em Portugal, perseguido pela polícia política salazarista, mas também fugindo do terror imposto por esse regime, Agostinho da Silva se refugiou no Brasil onde estabeleceu-se definitivamente em 1947. Imbuído de projetos contíguos a uma educação libertadora em Portugal, Agostinho traz consigo essas convicções. Em território brasileiro, atuou principalmente como docente em universidades, além da participação na criação de centros de estudos. Agostinho acreditava num modelo de educação que transcendesse os muros da instituição e estreitasse as fronteiras entre a universidade e a sociedade. Outro aspecto defendido estava na barganha de conhecimentos entre a comunidade e a universidade e vice-versa, enfatizando uma troca profícua entre os sujeitos.

A concepção pedagógica agostiniana se embasava em conceitos humanistas e escolanovistas. Afinal, no seu entendimento, ensinar e aprender não são ações estáticas, pois, simultaneamente, tanto se ensina como se aprende, numa relação simbiótica. Para Agostinho, o professor seria apenas um orientador do aluno e ambos construiriam um conhecimento por meio desta troca. Ele cogita igualmente uma aproximação da universidade com a comunidade civil e a preconiza como local propício ao intercâmbio de culturas e saberes, pois não há culturas

superiores, existem apenas culturas e saberes diferentes. George Agostinho propõe no Brasil, durante seu trabalho nas universidades, o mesmo que propunha na década de 1940 em Portugal: uma educação pautada na equidade.

Esses preceitos educacionais de Agostinho corroboravam também com os ideais de Darcy Ribeiro engajado em defesa da escola pública de qualidade. Para Agostinho, escola e vida se fundem e não há necessariamente uma distinção entre elas, os saberes são compartilhados como numa cooperativa e se entrelaçam. Tarefas e problemas são distribuídos: a escola como um local de aprendizagem, um laboratório, um espaço destinado à troca de experiências e saberes. Ele acreditava na educação humanista como proposta de aprimoramento do desenvolvimento do homem e, nessa perspectiva, vê a escola como instrumento de libertação e de criação para a pessoa alcançar a sua liberdade e assim encaminhar-se à solução dos problemas sociais.

Agostinho da Silva já conhecia Darcy Ribeiro desde 1954, posto que “tinha trabalhado com ele na Exposição Histórica do Quarto Centenário de São Paulo” (GARCIA, 2015, p. 31), além do mais, acompanhava as novidades na área da antropologia que Darcy ia apresentando. Logo após essa época e já incumbido de planejar a universidade de Brasília, Darcy Ribeiro enviou os primeiros projetos e os primeiros estatutos da futura universidade para conhecimento e apreciação de Agostinho da Silva, que ainda estava à frente do Centro de Estudos Afro-Orientais, em Salvador, e sinalizando a Darcy que “estava, evidentemente de acordo com tudo, pois era o melhor que se podia imaginar, mas mesmo assim sugeri-lhe que aqueles planos careciam de algo” (SILVA, 1994, p. 146). A proposta de Agostinho ia no sentido de se construir não uma Faculdade de Filosofia, mas uma Escola de Teologia que abarcasse todas as religiões, que fosse um local ecumênico de livre acesso a toda a comunidade no interior da universidade, independente da instrução escolar da pessoa. Contudo, Darcy acabará por entregar “a Faculdade de Teologia ou esse projeto de Escola de Teologia aos dominicanos” (SILVA, 1994, p. 147).

Atendendo a esse contexto e apoiado na necessidade de encontrar pessoas compromissadas com a educação universitária do país, Darcy Ribeiro convidou Agostinho da Silva para constituir o corpo docente da nova instituição. É nessa conjuntura que, em 1962, Agostinho muda-se para Brasília com o objetivo de auxiliar Darcy Ribeiro nesta missão. Foi nessa época que os laços entre eles se estreitaram, almejando um novo rumo para o ensino público universitário. A Universidade de Brasília foi concebida como a universidade das universidades, criada livre tanto nos aspectos pedagógicos quanto nos administrativos e mesmo

financeiros. Nas palavras de Agostinho da Silva, “a Universidade de Brasília foi pensada como sendo a Escola Normal Superior das Universidades Brasileiras” (SILVA, 1994).

Logo após iniciar suas atividades na UnB, Agostinho propõe a Darcy Ribeiro a criação de um local destinado a estudar a cultura portuguesa que seria denominado Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP). Agostinho expôs seu desejo, fato, pois, que no momento não despertou o interesse de Darcy. No entanto, após reiterados argumentos, Darcy reconsiderou e autorizou a construção do CBEP. Após esse trâmite, Agostinho percebeu que Darcy não queria a presença do governo português em Brasília, tampouco que o instituto fosse fundado por Portugal. Assim, Agostinho propôs que a própria universidade o fundasse e sugeriu o acréscimo de um artigo ao Estatuto da UnB para resolver a questão. A proposta foi aceita e o CBEP pôde ser efetivamente criado. Em ata registrada do dia 21 de abril de 1962, referente à sétima reunião ordinária do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, estando presentes os senhores conselheiros Darcy Ribeiro, Anísio Spínola Teixeira, Hermes Lima, Abgar Renault, Frei Mateus Rocha, Alcides da Rocha Miranda e João Moojen de Oliveira, foi criado na Universidade de Brasília o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (SILVA, 2007, p. 368). Infere-se, a partir da ata, que o CBEP seria regido por estatuto próprio, elaborado e submetido à aprovação do conselho mencionado. Tanto a ata da criação do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses quanto a resolução que o cria, são assinados por Darcy Ribeiro e são relativos ao dia 21 de abril de 1962.

Sem recursos financeiros para aquisição de livros que comporiam a biblioteca do CBEP, o professor Agostinho escreveu a um amigo em Portugal informando que havia fundado um centro de estudos portugueses na Universidade de Brasília, mas não possuía dotação orçamentária para compor a biblioteca. A solicitação de Agostinho a seu conterrâneo rendeu à UnB a doação de 8 mil exemplares de livros a serem agregados ao acervo da biblioteca em inauguração. Para inauguração da biblioteca do CBEP, foi realizada uma solenidade com discurso de inauguração. Pouco tempo depois, sem local para acomodar os livros, a pedido de Agostinho, o reitor Darcy Ribeiro solicitou a feitura de um barracão de madeira para acomodar a biblioteca. Sebastião Varela, poeta popular paraibano e funcionário desde a inauguração da UnB, ressalta que “Agostinho da Silva veio para a universidade a convite de Darcy Ribeiro e formou uma ótima biblioteca no CBEP com mais de quarenta mil exemplares” (VARELA, 2007, p. 245). Não obstante o CBEP tenha sido criado, não recebeu nenhuma quantia em dinheiro, todavia foram cedidos os funcionários destinados ao setor administrativo, assim como

os professores. Importante salientar que embora Agostinho tenha sido coordenador do centro, optou por continuar a receber seu salário de professor.

O professor da UnB, Almir de Campos Bruneti, afirma que Agostinho recusou um apartamento do qual tinha direito como coordenador “para viver em um barraco que ele mesmo fizera construir no meio do cerrado, no qual chegou a abrigar até 12 estudantes pobres, hoje gente de escol nas suas profissões, dormindo todos em redes armadas entre os jiraus de suporte da estrutura.” (SILVA, 2007, p. 261). Essa edificação de madeira fundada no terreno da UnB pelo professor Agostinho era conhecida como Trapa. Essa ação de Agostinho corrobora com os preceitos idealizados na concepção da Universidade de Brasília, oferecendo condições de acesso das camadas populares ao ensino superior. No decorrer desta pesquisa, encontramos uma carta do artista plástico Edmar de Almeida, de renome internacional, sobre o período que conheceu o professor Agostinho da Silva nos primórdios da UnB. Edmar alegou que “fui aluno bolsista do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses, com o seu aval. Isto é, ele foi o meu orientador” (SILVA, 2007, p. 281). Na época que Edmar chegou na recém-inaugurada UnB, a psicóloga Mariana Alvim o encaminhou ao professor Agostinho da Silva e “lhe pediu para que me ajudasse naquele início da vida universitária” (SILVA, 2007, p. 281). Edmar continua a falar sobre o auxílio financeiro que recebeu naquela época:

As bolsas de estudo eram concedidas aos bons alunos que não tinham muitos recursos, ou nenhum, para residirem em Brasília - naquela época, cidade novinha em folha e, sem empregos. Estudar em uma Universidade que mal iniciava, com poucas construções definitivas e alguns barracões de madeira, as ocas, sem alojamentos para abrigar alunos, era mais difícil ainda. O valor da bolsa era de um salário-mínimo que, no governo Jango Goulart, corresponderia mais ou menos a quinhentos reais, hoje em dia. Era mais que um complemento para se viver. Dava muito bem para viver com o dinheiro, alugar um quarto, comer, comprar muitos livros e muitos discos... (SILVA, 2007, p..281).

Como bolsista de outrora, Agostinho sabia o quão esse auxílio monetário era importante para a permanência do estudante na instituição. Nesse sentido, esse se consubstancia num tema da atualidade, visto que percebemos um retrocesso governamental no que tange aos programas de financiamento educacional e na concessão de auxílio estudantil. Diante do exposto, referendamos um dos princípios da Universidade de Brasília que consistia em oferecer condições de acesso e permanência às pessoas das classes menos favorecidas economicamente ao ensino superior público de qualidade.

Agostinho da Silva passa o início da década de 1960 em Brasília, dedicando-se tanto à docência na Universidade de Brasília quanto à pesquisa no Centro Brasileiro de Estudos

Portugueses. Na concepção de Agostinho, a educação deveria considerar a cultura e a liberdade, pressupostos para uma vida consciente e livre. No seu entendimento, a formação holística da pessoa, o exercício da liberdade e da cidadania seriam o alicerce para a formação humanista. Todavia, atentando para a riqueza dos povos de língua portuguesa e, sobretudo, valorizando a cultura como instrumento de libertação.

Tudo isto que está imerso na liberdade gaúcha ou na beleza dolorosa e frágil das violadas de roça ou nas carrancas do S. Francisco ou nos folhetos das feiras nordestinas; ou que já teve uma primeira e fragmentada expressão nos novos edifícios brasileiros, nas Escolinhas de Arte ou nos sábios do Instituto Oswaldo Cruz; tudo isto poderá de súbito eclodir numa explosão de Primavera do mundo e, dando as mãos a movimentos novos das terras portuguesas, trazer ao universo aquele novo tipo de existência que não será marcado pela submissão à cidade ou pela caridade perante o degradado irmão, mas pela possibilidade para cada indivíduo de ser um criador no campo da Arte ou no campo da Ciência ou, no que é talvez mais importante, no de sua própria vida. (ALENCAR, 2018, p. 14).

Assim, de um lado temos o antropólogo Darcy Ribeiro, que por vários períodos residiu com os índios, valorizando também sua cultura e seu modo de vida, acreditando numa formação integral, holística e humanista do ser humano e, de outro lado, Agostinho da Silva com sua formação erudita, que também valorizava a cultura como identidade de cada povo e como instrumento pedagógico.

Pautado na perspectiva do intercâmbio de saberes entre a comunidade e a universidade, assim como na valorização da cultura, nessa mesma época Agostinho também contribuiu com o Mestre Teodoro Freire, fundador e diretor do Centro de Tradições Populares (CTP) de Sobradinho, no Distrito Federal e funcionário da UnB desde seu início. Agostinho fazia palestras e conferências no Bumba Meu Boi, CTP em Sobradinho, além de auxiliar em outras demandas oriundas do centro, como o envio de ofício a diversos órgãos para angariar fundos para a manutenção do centro cultural (SILVA, 2007). Encontramos também outra ação de Agostinho no sentido de auxiliar com alojamento os discentes que porventura estivessem em Portugal a estudo, conforme pode se observar:

“Foi nos primeiros anos da Universidade de Brasília, quando diretora executiva do CBEP (Centro Brasileiro de Estudos Portugueses), que realizei o único trabalho objetivo para ele: recebi a incumbência, e cumpri, de alugar um apartamento em Lisboa, destinado a receber estudantes brasileiros e africanos que fossem realizar pesquisas em Portugal. O aluguel do apartamento, devidamente equipado e com telefone, não teve continuidade em consequência da revolução de 64. O CBEP da UnB perdeu sua autonomia financeira e a própria autonomia de vida.” (SILVA, 2007).

No ano de 1964, com a instauração do regime militar, Darcy Ribeiro teve que deixar a UnB quando da tomada pela polícia de Minas Gerais e que, nas palavras de Agostinho, “a melhor tropa de infantaria do Brasil, que entrou pesadamente armada e disposta a dominá-la porque na mentalidade conservadora da época [...] era considerada um ninho subversivo do pior” (SILVA, 1994, p. 166). Ainda, continua seu relato dizendo que a infantaria revistou todos os cantos da universidade, porque desconfiavam que ali seria um antro insurgente e comunista, inclusive ocultando material bélico em suas dependências, apesar da universidade ser pacata. No clima efervescente da ditadura, a Universidade de Brasília recebeu seu primeiro reitor interventor. Agostinho ainda permaneceu na UnB por alguns anos, contudo, na iminência do agravamento da ditadura militar e o receio de reviver as agruras desse regime autoritário regressou a Portugal no ano de 1969. Agostinho da Silva viveu por vinte e cinco anos no Brasil, com sua passagem marcada essencialmente nas áreas da educação e da cultura, acreditando no poder libertador que estas conferem aos sujeitos.

Quanto a Darcy Ribeiro, algumas foram suas idas e vindas durante seu exílio, primeiro, em razão das determinações do Ato Institucional nº1, que consentia ao governo, dentre outras coisas, cassar mandatos, suspender direitos políticos e até afastar do serviço público toda pessoa que porventura conseguisse ameaçar a segurança nacional. Assim, degredou-se no Uruguai em 1964 e retornou em 1968, porém, em decorrência do Ato Institucional nº5 (AI 5) instituído em dezembro de 1968, exila-se novamente em países latino-americanos, retornando definitivamente ao Brasil no ano de 1976, conforme consta:

Três meses após sua chegada, em dezembro de 1968, o governo militar decretou o Ato Institucional N.5, documento que instaura o período mais violento da ditadura. Darcy Ribeiro é preso, até que, em 1969, absolvido dos crimes pelos quais havia sido acusado, foi “convidado” pelos militares para deixar o Brasil. (BOMENY; JOSIOWICZ, 2017, p. 321).

Ao longo de sua vida, Darcy Ribeiro transitou pelos bastidores da política e da educação brasileira, influenciou e exerceu funções importantes nesses cenários e acreditava que a solução para o país consistia na educação. Participou ativamente das discussões acerca da criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB 4024/61, e foi um dos idealizadores da LDB 9394/96, que, em homenagem póstuma, foi denominada de Lei Darcy Ribeiro. Tanto Agostinho da Silva quanto Darcy Ribeiro acreditavam na concepção humanista de educação como pressuposto para a construção de uma aprendizagem significativa. Ambos estabeleceram contatos políticos importantes, o que contribuiu para alguns avanços, principalmente no que

tange à educação universitária do Brasil. Além de tudo, tinham em comum as marcas impostas por governos ditatoriais com todo seu horror e, além disso, a experiência do exílio longe da pátria e dos seus. Mesmo assim, seguiram em frente e transformaram os sofrimentos em legado.

CAPÍTULO 3 – A UTOPIA EDUCACIONAL EM DARCY RIBEIRO

3.1 Universidade para quê?

Baseando-se no legado das universidades existentes tanto no Brasil quanto fora dele, mediante a necessidade de criar um modelo que atendesse às reais necessidades da população, além de colaborar com a mudança no contexto social, evidenciado nas palavras de Darcy Ribeiro,

“Até agora, na América Latina, as universidades atuaram principalmente como agente de modernização reflexa, transformando os seus povos em consumidores mais ou menos sofisticados de produtos da civilização industrial. Nessa qualidade de instituições repetidoras e difusoras de um saber já elaborado em outras partes, estas universidades não contribuíram para a integração de suas nações à civilização industrial, como sociedades contemporâneas e coetâneas, mas sim para torná-las mais eficazes como entidades dependentes”. (RIBEIRO, 1969, p. 65).

Diante desse contexto, emerge repensar a universidade latino-americana além de políticas públicas que considerem as necessidades das classes populares e, em alguma medida, favoreçam o esclarecimento dos indivíduos e, conseqüentemente, sua possível ascensão social. Na utopia de formar uma nação consciente dos seus problemas e passível de transformações sociais, Darcy Ribeiro se articula com outros intelectuais tentando vislumbrar um caminho, uma nova percepção de universidade brasileira acessível, que atendesse todos os cidadãos com equidade.

Como discorrido anteriormente, havia no Brasil apenas universidades formadas pela reunião de alguns institutos e escolas de ensino superior, porém sem interlocução entre elas e com preponderante cunho elitista. Tais universidades, mesmo que públicas, atendiam prioritariamente às necessidades da burguesia e da aristocracia brasileira, com ensino pautado nos moldes das universidades europeias e americanas. Um país como o Brasil, de imenso território, distinto em todos os aspectos do restante do mundo, tinha como expoente uma universidade arraigada no estilo americano e europeu que não atendia aos anseios, tampouco às necessidades, do povo brasileiro. Uma universidade, em suma, que não respondia aos questionamentos da nossa nação.

A universidade latino-americana é tão subdesenvolvida quanto a sociedade que está inserida e sobre tal fato Darcy Ribeiro considera que “a principal modalidade de estudos, ensaios e pesquisas que se realizam na América Latina, são ilustrações, com exemplos locais, de teses desenvolvidas em outras partes, sem capacidade para observar, inferir e teorizar a partir

da realidade mesma” (RIBEIRO, 1969, p. 68). Outro fato ainda mais grave acontece nas ciências sociais, posto que “os latino-americanos deixam que sua própria realidade seja o laboratório de trabalho criador de pesquisadores estrangeiros. Estes, não podendo aprender nada dos latino-americanos com relação à nossa realidade, se propõem ensinar-nos o que somos e o que podemos chegar a ser”. (RIBEIRO, 1969, p. 69). Dessa maneira, as universidades latinas contrariavam sua missão de promover o autoconhecimento nacional, transformando nossas instituições em locais legitimadores de projetos alheios aos nossos interesses. Darcy cita como exemplo o Projeto *Camelot* “pelo fato significativo de que seu desmascaramento público somente se deu por causa (...) do sociólogo escandinavo, Johan Galtung” (RIBEIRO, 1969, p. 69). A sociedade e a universidade precisam se transformar num movimento síncrono entre ambas.

Considerando o contexto brasileiro, havia a necessidade em libertar o ensino superior das peias de modelos importados. Na década de 1950, o Brasil encontrava-se na conjuntura de transição de país agrário e exportador para país com industrialização crescente e demandava mão de obra capacitada, principalmente para operar o maquinário especializado. Além disso, até o início desse período, a primazia da universidade brasileira permanecia na formação de professores principalmente para atuar na docência do segundo grau, além de técnicos para alguns segmentos da sociedade. Diante de tantas questões envolvendo a formação acadêmica, emerge o desafio de repensar as bases da nossa universidade.

Nesse cenário, Darcy Ribeiro foi incumbido de planejar uma universidade que pudesse atender aos anseios da emergente capital brasileira. Quiçá, para ele, uma universidade brasileira que fosse diversa do modelo da velha universidade europeia e americana, a qual em nada se assemelhava ao modo de vida, aos problemas, às necessidades, nem à vastidão do território brasileiro. Além de tudo, certamente precisam ser considerados tantos outros aspectos que compõem a diversidade do povo brasileiro em toda sua extensão territorial, como vegetação, clima, hidrografia, densidade demográfica, além da pluralidade cultural alegada em seus traços de colonização. Estabelecidos nesses contrastes, a nova capital deveria delinear sua autonomia cultural, faltava, pois, construir uma cultura própria e urgia organizar e reformular a realidade de Brasília, como também construir um conceito nacional de educação superior.

Nesse contexto, existiam alguns intelectuais preocupados com os rumos da educação superior no Brasil, além do interesse em repensar a universidade como instituição. Um deles, e dos mais importantes, é o antropólogo Darcy Ribeiro, que afirma em seu livro *Educação como Prioridade* (RIBEIRO, 2018) que foram realizados vários encontros informais de intelectuais

preocupados em repensar novos caminhos para a educação superior no país, visto que naquele momento a velha universidade estava em crise. Posto isso, havia a utopia de um novo conceito de universidade. Várias discussões polêmicas e ideias distintas se expunham, todavia, sobressaía a de não continuar a importar modelos universitários de outros países. Darcy Ribeiro acreditava que a universidade necessária estaria apta a exercer algumas funções primordiais como:

1º) A função docente de preparação dos recursos humanos na quantidade e com a qualificação necessárias para a vida e o progresso da sociedade. (...) deve ser transmitida com a preocupação simultânea de descobrir e cultivar talentos e de aproveitar ao máximo a capacidade real de cada estudante. 2º) A função criativa de dominar e ampliar o patrimônio humano do saber e das artes em toda a sua forma (...) e, dessa maneira, integrar-se, como uma nação autônoma, à civilização de seu tempo. 3º) A função política de vincular-se à sociedade e à cultura nacional com o propósito de converter-se no núcleo mais vivo de percepção de suas qualidades, expressão de suas aspirações, difusão de seus valores e combate a todas as formas de alienação cultural e de doutrinação política a que possa ser submetida”. (RIBEIRO, 1969, p. 74).

Darcy Ribeiro sonhava com uma universidade que preocupasse realmente com os problemas da nação brasileira que dominasse o saber humano não como ato de fruição erudita e aquisição de cultura livresca, tampouco na manutenção do *status quo*, mas uma universidade capaz de pensar o Brasil como problema e encontrar soluções para as agruras do povo brasileiro. No seu ponto de vista, essa seria a tarefa da Universidade de Brasília e assim foi concebida – a universidade necessária. Afinal, entendia a velha universidade brasileira como uma universidade de cultura letrada a serviço das classes dominantes, prioritariamente como legitimação do poder. Para Darcy, o saber nada significa quando não se sabe por quê, para quê e para quem serve. Importante, pois, é verificar as verdadeiras causas do atraso socioeconômico que necessitam serem analisadas e entendidas profundamente. Diante de tal afirmação, qual universidade seria capaz de discutir a causa dos problemas brasileiros se é indispensável ser fiel ao seu financiador? Afinal, toda educação que não opera esclarecimento sobre as condições individuais e coletivas de existência, consubstancia-se na manutenção da sociedade classista.

A UnB não seria uma universidade qualquer, ao contrário, seria a realização da utopia de uma universidade necessária, logo uma universidade que atendesse a todos com equidade e minimizasse os dissabores dos brasileiros. Uma universidade pensada para todos, erguida em um espaço onde todos pudessem conviver sem distinção de classe social, respeitando a crença e o sincretismo religioso, a raça e a cultura de cada pessoa como saberes que perpassam e se completam. Um lugar democrático em que todos pudessem conviver, desnudados de

preconceitos e concebida como universidade pública livre. O Brasil precisava ter criticidade: estudar e pesquisar para conseguir resolver seus problemas e encontrar a saída para tantos descaminhos. Diante desse novo ideário de universidade, Darcy dizia que “podemos desencadear um novo movimento de reforma, lucidamente conduzido para atuar como uma força transformadora que dê aos universitários uma direção e um programa específico a defender diante da nação e da universidade” (RIBEIRO, 1969, p. 76).

A transposição da capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para Brasília implicava na construção de uma ampla infraestrutura com logística para receber as funções administrativas do governo e os fluxos urbanos associados à importância de uma capital. Além disso, desde o ano de 1808, o Rio de Janeiro concentrou, naturalmente, grande parte dos eruditos vindos da Europa. Certamente, poucos estariam dispostos a abandonar o conforto da cidade grande para se embrenhar no seio do cerrado goiano onde era erguida a nova capital. Por conseguinte, estava posta também a tarefa de construir a estrutura cultural e intelectual, em moldes atualizados, que atendesse aos interesses nacionais e do povo daquela região, levando desenvolvimento para o interior do Brasil. Uma universidade seria o caminho para uma resposta autônoma a cada indagação. A capital brasileira sediada no planalto central, interior do estado de Goiás, naquele momento não dispunha de pessoal especializado a recorrer, sequer com quem se assessorar. Nas palavras de Darcy Ribeiro, “a Universidade de Brasília veio cumprir essa função” (RIBEIRO, 2008, p. 31). A UnB formaria pessoas capazes de relacionarem-se com outros centros culturais do país e do estrangeiro. Pensar a UnB foi um desafio construído a muitas mãos e surge como a universidade mais moderna do país. Nas considerações de Darcy Ribeiro a Universidade de Brasília superou sua concepção inicial “ali se contou com recursos humanos e materiais que permitiram aspirar à criação de uma universidade efetivamente capacitada para o inteiro domínio do saber moderno (...) e para o desempenho do papel de agência de assessoramento governamental na luta pelo desenvolvimento autônomo do país” (RIBEIRO, 1969, p. 122).

Darcy pensou a UnB como um centro cultural dotado de ambiente propício à convivência e à formação de pessoas autônomas e criativas em todos os setores e aspectos. Ele afirma que formaria médicos, engenheiros e advogados, mas não conseguiria formar um Oscar Niemeyer, um Aleijadinho ou um Villa-Lobos, pois estes são gênios. Almejava construir em Brasília um local criativo, autêntico e singular como Ouro Preto e Bahia, uma universidade que fosse ao mesmo tempo autônoma, livre, experimental e comprometida para tentar novos

caminhos no âmbito do ensino e da pesquisa. Em poucas palavras, diz Darcy Ribeiro (1991, p. 123) sobre a UnB:

Uma universidade sem precedentes no Brasil ou em qualquer parte. Uma universidade sem nenhum compromisso com o passado: só com o futuro. Um ato permanente de criação. E de crítica da própria criação. Costumo dizer que, na nossa UnB, a cada dia se criava algo e fazia-se a autocrítica da véspera. Muitas vezes não havia mesmo o sentido do cada dia, pois frequentemente terminávamos no dia seguinte a reunião começada no dia anterior. Vivia-se UnB 24 horas por dia.

Para Darcy, a universidade teria uma responsabilidade social configurada como conduta própria, apta a resolver os dilemas do povo brasileiro. Eis, pois, uma das indagações: Que Brasil pretendemos alcançar? Essa é uma das tarefas da universidade, isto é, de se opor aos projetos de colonização cultural de outros países e criar um projeto compatível com os requisitos essenciais ao desenvolvimento da nação, além de constante luta na superação do subdesenvolvimento.

Com o intuito de discutir acerca da nova universidade que seria construída no planalto central, Darcy Ribeiro haveria de reunir-se com políticos e intelectuais da época. Uma das propostas de criação da instituição viria da Companhia de Jesus, representada por Dom Hélder Câmara, que propôs a Juscelino Kubitschek a construção de uma universidade católica em Brasília, sem ônus para o governo, o que de certa forma seria a morte do sonho de Darcy Ribeiro de construir uma universidade pública, laica, criativa, livre e autônoma. Preocupado com a situação, Darcy procurou o Frei Mateus Rocha, representante da Ordem Dominicana, adversários da Companhia de Jesus, argumentando que no Brasil havia oito universidades católicas preocupadas em formar profissionais diversos, exceto clérigos. Porém, caso seu projeto fosse aceito, comprometeu-se a construir na UnB um instituto de teologia católica diferenciado dos demais. Assim sendo, sobre a proposta de Darcy Ribeiro ao Frei Mateus Rocha, depreende-se da argumentação:

[...] eu propunha implantar na UnB um instituto de Teologia Católica, que seria o primeiro a ser criado numa universidade estatal depois da revolução Francesa. Mas um instituto destinado a promover cursos de doutoramento em teologia, e não apenas a formar profissionais do tipo comum, como ocorria com as universidades católicas. Frei Mateus meditou alguns dias, consultou seus colegas, e afinal aceitou o pacto que eu propunha. Ele tentaria obter o patrocínio de João XXIII para a Universidade de Brasília, e, se fosse bem-sucedido, firmaríamos oportunamente um convênio com a Ordem Dominicana para encarregá-la de criar um Instituto de Teologia Católica. Voltando de Roma meses depois, Frei Mateus me trouxe as obras completas de João XXIII lindamente encadernadas em marroquim vermelho com uma dedicatória: **o Papa aprovava o pacto.** (RIBEIRO, 1991, p. 128, grifo nosso).

Etapa após etapa, Darcy Ribeiro e seus colaboradores seguiam vencendo obstáculos. A nova capital no centro-oeste brasileiro seria a oportunidade de rever as lacunas da universidade brasileira e propor um novo conceito que modificaria a estrutura da existente. Inúmeras foram as barreiras enfrentadas no ínterim do projeto de criação até a aprovação da construção da UnB. Darcy se empenhou nesse projeto e contou também com sua influência na esfera política, pois trabalhou no Ministério da Educação e auxiliou os assessores do presidente Juscelino Kubitschek na matéria educacional. Exerceu também a vice direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação junto com Anísio Teixeira. Sobre esse convívio, nas palavras de Ribeiro (1991, p. 125):

Em razão daquelas relações governamentais e destes vínculos com os problemas educacionais, é que surgiram condições para que eu viesse a ser encarregado de projetar a Universidade de Brasília. Inicialmente sem ser incumbido oficialmente disto, passei a me preocupar com o problema porque, colaborando com Anísio no planejamento da rede do ensino primário e médio que se ia instalar na nova capital, procurei a cogitar do ensino superior.

Darcy mantinha contato nos mais variados setores, possuía intrínseca relação com a política, além de amigos influentes, que auxiliaram na articulação da proposta que culminou com a criação da almejada Universidade de Brasília. Entusiasmado com a possibilidade da realização de uma de suas utopias, naquela época, Darcy sobrepunha duas de suas peles: “a de político astuto e a de educador utópico”. Com o traquejo que lhe era típico e no intento de lograr êxito na empreitada, afirma:

Procurei, então, interessar meus amigos Vitor Nunes Leal, chefe da Casa Civil, e Cyro dos Anjos, Subchefe, na ideia da criação na nova capital de uma universidade tão inovadora no plano cultural quanto o era a própria Brasília no plano urbanístico e arquitetural. A tese acabou interessando ao presidente, sobretudo depois que Vitor lembrou-lhe que Thomas Jefferson pediu que só se consignasse em seu túmulo que ele fora o criador da Universidade de Virgínia. (RIBEIRO, 1991, p.125-126).

Por meio do Projeto 1.861 de 1960, publicado no dia 17 de maio, no Diário do Congresso Nacional, fica autorizada a “Instituição da Fundação Universidade de Brasília” (BRASIL, 1960b) e traz em seu Art.1º que a Fundação Universidade de Brasília será autônoma e regida por estatutos que serão aprovados pelo Presidente da República de acordo com propostas do Ministro de Estado da Educação e Cultura. Contudo, fica instituído como objetivo principal da Fundação criar e manter a Universidade de Brasília. Alude, ainda, em seu Art. 7º, que a Fundação será administrada por um Conselho Diretor que elegerá seu Presidente e que,

por sua vez, será o Reitor da Universidade. Suscita também que a Universidade gozará da autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar nos termos de seus estatutos. Apenas dois meses após, por intermédio do Decreto nº 48.599, de 25 de julho de 1960, “Designa Comissão para realizar estudos complementares sobre a Universidade de Brasília” (BRASIL, 1960a), com o objetivo de promover uma análise mais complexa sobre o tema, assim, após aprovado o decreto, dar execução ao projeto da universidade. Por fim, designa “o Professor Darcy Ribeiro, o Arquiteto Oscar Niemeyer e o Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Cyro Versiani dos Anjos, para levarem a efeito os referidos estudos e a respeito se entenderem com os diferentes órgãos da Administração” (BRASIL, 1960a). Considerando as afirmações acerca do processo de criação da Universidade de Brasília, Ribeiro diz:

O certo é que, já nos idos de 1958, fui estimulado a levar adiante os estudos que conduziram à criação da UnB. Afinal, em julho de 1960, o presidente criou por decreto uma comissão especial encarregada de projetar a Universidade de Brasília. Fui nomeado presidente; os outros membros eram Oscar Niemeyer e Cyro dos Anjos (1991, p. 126).

O Decreto nº 48.599/1960 foi promulgado no mandato do Presidente Juscelino Kubitschek. No ano seguinte, sob a vigência do mandato do presidente Jânio Quadros, foi publicado o Decreto nº 50.732, de 6 de junho de 1961, que “Cria a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília”, e cita em seu Art. 1º:

É instituída, junto à Presidência da República, a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília, constituída de sete membros, sob a Presidência do Prefeito da Capital Federal, e integrada pelos Professores Anísio Spinola Teixeira, Paulo Novais, Almir Godofredo de Almeida e Castro, Celso Furtado, Roberto Herbster Gusmão e Darcy Ribeiro, esse último na qualidade de Coordenador Geral. (BRASIL, 1961b).

Os artigos subsequentes do Decreto 50.732/61 tratam de assuntos diversos, como a elaboração do plano urbanístico e arquitetônico da cidade universitária (BRASIL, 1961b). Uma das questões relevantes do projeto da Universidade de Brasília pautava-se na formação e aperfeiçoamento contínuo do corpo docente da universidade, além do intercâmbio entre membros do Brasil e do exterior. Conforme infere-se a seguir:

Art. 2º II - realizar, em colaboração com a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), acordos e convênios com organizações estrangeiras e internacionais para a obtenção de cooperação técnica e financeira no planejamento e instalação dos Institutos Centrais, da Biblioteca e demais órgãos da

Universidade, bem como a programação de do aperfeiçoamento do futuro pessoal docente, no País e no exterior (BRASIL, 1961b).

Nota-se também a preocupação do governo em manter ao seu dispor a documentação necessária para atender as demandas governamentais em parceria com a prefeitura e órgãos públicos e, em consonância com o disposto no Art. 3º, será instalado em Brasília um “Centro de Documento destinado a atender as necessidades de informação bibliográfica e técnica dos serviços de assessoramento dos poderes públicos instalados na Capital Federal, se constituirá em núcleo inicial da Biblioteca Central da Universidade de Brasília”, ainda, o Art. 4º evidencia que “Os órgãos federais, autárquicos e paraestatais prestarão à Comissão de planejamento a colaboração que lhe for solicitada” (BRASIL, 1961b). Adiante, seu parágrafo único elucida que “a comissão poderá firmar convênios e receber doações de entidades públicas e privadas para a aplicação no seu objetivo de promover a implantação das diversas unidades da Universidade de Brasília” (BRASIL, 1961b). As informações acerca do Decreto 50.732/61 constituem apenas num apanhado contendo suas ideias principais. A sua publicação efetuou-se no ano de 1961 durante o mandato do Presidente Jânio Quadros (BRASIL, 1961b).

No dia 15 de janeiro do ano de 1962, por meio do Decreto nº 500, institui-se a Fundação Universidade de Brasília (BRASIL, 1962), nos termos da Lei 3.998, de 15 de dezembro de 1961, já mencionada anteriormente (BRASIL, 1961c), que em seu Art. 2º cita que “A Fundação Universidade de Brasília reger-se-á pelo estatuto que com este baixa, assinado pelo Ministro da Educação e Cultura” (BRASIL, 1962). Assim, subsequente à publicação do Decreto nº 500/62 vem a publicação do Estatuto da Fundação Universidade de Brasília, promulgado na vigência do Presidente João Goulart.

Darcy Ribeiro sempre esteve engajado na campanha pela escola pública de qualidade. Ademais, especificamente no final da década de 1950, participava do Manifesto de 1959 como também das discussões embrionárias inerentes à formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, debatida no Congresso Nacional, que seria promulgada no ano de 1961. Concomitante ao fulgor dos debates sobre os rumos da educação nacional, ocorria a construção do projeto da Universidade de Brasília com a colaboração de pessoas dos diversos segmentos da sociedade, evidenciado por clérigos, políticos, intelectuais, defensores idealistas e entusiastas da escola pública. Compondo o grupo de intelectuais que auxiliaram na construção do projeto e consolidação da UnB, num discurso proferido por Darcy Ribeiro ao receber o título de “Doutor Honoris Causa” da Universidade de Brasília, no mês de março do ano de 1995, Darcy traduz em poucas palavras os objetivos da Universidade de Brasília, que seriam:

[...] de dominar todo saber humano, para ganhar existência própria dentro da comunidade científica mundial, tarefa indispensável para que o Brasil realize as suas potencialidades. E também a de acercar-se ao nosso povo mais humilhado e oprimido, para buscar os caminhos de sua libertação e prosperidade. (RIBEIRO, 2018, p. 134).

Em outro momento, Darcy ressalta sua percepção acerca da dualidade presente na sociedade brasileira evidenciando que uma das tarefas da universidade seria a construção de uma mentalidade díspar que contribuiria para a superação dessa demanda, evidenciado nas palavras do antropólogo:

As classes dirigentes entre nós foram e são as responsáveis maiores por nosso fracasso histórico. São também culpadas pelo tipo de prosperidade mesquinha que temos, incapaz de estender-se ao povo. Em nossas circunstâncias, é tarefa da universidade criar intencionalmente elites novas. Elites orgulhosas do patrimônio que herdamos do passado um território continental e um povo multitudinário, unificados em uma nação cheia de vontade de felicidade e de progresso, pronta para florescer como uma nova civilização. Mas sobretudo elites cheias de indignação frente à realidade sofrida do Brasil. Elites fiéis ao nosso povo, prontas a reconhecer que nossa tarefa maior é nos elevarmos a condição de uma sociedade justa e próspera, de prosperidade generalizada a todos. (RIBEIRO, 2018, p. 134).

Diante dessas constatações a universidade necessita considerar a defasagem no ensino básico referente basicamente aos discentes das classes menos favorecidas como clientela emergente ao ensino superior, considerando que as famílias com maior poder aquisitivo dispunham de recursos para subsidiar melhor o ensino secundário dos filhos. Soma-se a tudo isso “o fato de que a maioria das nações da América Latina não alcançaram sequer a generalização do ensino primário, no momento em que enfrentam o desafio de aumentar suas matrículas universitárias” (RIBEIRO, 1969, p. 138). Sendo assim, as universidades são desafiadas a mudar na medida em que a sociedade se transforma.

A Universidade de Brasília foi criada como uma organização não governamental e concebida como instrumento de libertação, pois era livre da interferência ministerial, com responsabilidade na condução do seu próprio destino. Era também livre para reelaborar, conduzir e redefinir seus próprios caminhos. Outro objetivo da UnB defendido por Darcy Ribeiro foi o combate ao sistema de cátedra vitalícia existente àquela época nas universidades. Caberia também a essa nova universidade a responsabilidade de dominar e aplicar o conhecimento com o propósito de atender aos reais problemas brasileiros, posto que, até à década de 1920, ainda não tínhamos tradição em universidades.

Dessa maneira, teria o propósito de ampliar as oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira, ademais a uma parcela da América Latina. Consubstanciar-se-ia também

num centro cultural de ensino superior, moderno e bem estruturado, destinado a pesquisas científicas. Seria indispensável que, como capital federal, Brasília fosse um local destinado ao pleno desenvolvimento das ciências e das artes, sobretudo um recinto intelectual. Aos poderes públicos, a UnB propiciaria o assessoramento em todos os setores do conhecimento, o que somente uma universidade poderia oferecer.

Para alcançar seus objetivos, a Universidade de Brasília propôs um ensino superior público destinado a todos. Ademais, houve certa inquietação sobre destinação de verbas aos estudantes, considerando o fato de que os alunos seriam oriundos de todas as regiões brasileiras bem como da América Latina. Além do acesso ao ensino superior, existiu igualmente a preocupação com a permanência dos alunos na universidade, pois geraria gastos tanto no que se refere ao quesito formação acadêmica quanto nas despesas pessoais. Para solucionar o empecilho, seria necessário o oferecimento de bolsas de estudos com valor pelo menos igual às despesas do estudante, as quais, nesse caso, poderiam ser custeados pelos estados, municípios ou empresas particulares. Outra conjuntura seria uma reserva de vagas para alunos com condição financeira suficiente para custear seus estudos.

Nesse percurso, constatamos que a universidade retrata os valores vigentes da sociedade e precisa acompanhar suas constantes transformações. Compreendemos que a verdade não é estática e muda constantemente na medida que o conhecimento evolui, assim, o desenvolvimento da educação deve estar atrelado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Como tarefa universitária relevante, essa é a missão da UnB, seu tributo e contribuição para a sociedade brasileira. Considerando esses ideais, no entendimento de Anísio Teixeira, a nova universidade seria verdadeiramente a unidade na diversidade e deverá transformar-se no marco da integração universitária no Brasil.

Contudo, o êxito da Universidade de Brasília dependeria fundamentalmente de encontrar uma solução para os problemas do Brasil e não somente continuar a criticar as incorreções das universidades existentes. Contaria também com o relevante trabalho do professor/orientador escolhido por sua capacidade científica e investigativa de pesquisa, também interessado na construção de novos conhecimentos. Sendo assim, necessitaria de um corpo docente competente e comprometido com a realização da pesquisa científica e instigasse os estudantes à investigação. Para tanto, considerou-se que a pesquisa tornar-se-ia essencial à formação de algumas profissões, pois somente pelo manejo adequado do método científico conseguiríamos formar adequadamente alguns profissionais e, ao contrário, sem a pesquisa científica a formação profissional seria incompleta.

Assim, a Universidade de Brasília contribuiria na superação de algumas falhas das universidades brasileiras. Além de formar profissionais pesquisadores, quiçá auxiliaria na formação de cidadãos livres capazes de atuar na transformação da realidade social. Para além de tudo, a Universidade de Brasília seria um centro de intercâmbio cultural. Assim, Darcy tinha a oportunidade de rever as questões relacionadas ao sistema universitário brasileiro. Além do mais, estava disposto a discutir e empenhar-se para solucionar os problemas do Brasil, além de sanar as questões relativas ao ensino superior.

Darcy Ribeiro pronuncia que essa universidade “antes de existir como um fato no mundo das coisas, deve existir como um projeto, uma utopia, no mundo das ideias.” (RIBEIRO, 1969, p. 168). Para ele, o modelo utópico da universidade constitui-se em proposta geral e abstrata “distanciando-se assim de qualquer dos projetos concretos que possa inspirar” (RIBEIRO, 1969, p. 168). Assim, como acontece na maioria dos projetos, Darcy menciona também que “é necessário reiterar que falamos de um modelo teórico ou de uma universidade de utopia, que deve ser visto e criticado como tal” (RIBEIRO, 1969, p. 211). Depreendemos a partir dessas elocuições o quanto os sonhos são mais ambiciosos que a própria realidade, mas acreditando que os projetos sirvam de inspiração para a concretização do que é factível num dado período histórico.

A experiência da criação da Universidade de Brasília durou somente quatro anos até o Golpe Militar de 1964, que impôs ao Brasil uma ditadura repressiva e submeteu a universidade à coordenação do reitor interventor. O controle do governo militar sobre a UnB resultou na demissão de vários professores, contribuindo para arruinar com o projeto da intelectualidade brasileira. Na utopia de Darcy Ribeiro, a Universidade deveria corresponder às necessidades do povo e contribuindo com o processo de transformação da sociedade. A proposta desse trabalho não se restringe a analisar a efetividade das propostas de Darcy Ribeiro, mas seu constante esforço em tornar suas utopias uma realidade.

3.2 A universidade necessária e a universidade utópica

Como vimos anteriormente, por várias décadas foram discutidos e realizados vários projetos que tratavam da reforma universitária, todavia, recorrentes ao longo desse processo histórico. Até 1808, temos basicamente um ensino superior clerical que, por necessidade do Império, tornou-se estatal. Adiante, na década de 1930, em razão da utopia baseada na reforma do ensino superior temos a criação de duas instituições, ambas no tocante a concepções

universitárias diversas das existentes até o momento, como a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal (1935). Por conseguinte, em meados do século XX, havia um intenso debate sobre a reestruturação da educação superior que contava com o apoio de políticos, artistas e intelectuais engajados na luta a favor da educação pública de qualidade. Um dos representantes desse cenário foi Darcy Ribeiro, que fez vários estudos sobre a universidade mundo afora visando a renovação da estrutura vigente e valorizando nossa formação cultural mestiça como parte preponderante da identidade nacional. Em seu ideário, a universidade deveria atender para a diversidade de nossos jovens e atender a todos com equidade.

Vale ressaltar que as manifestações culturais das décadas de 1960 e 1970 retratavam o espírito de uma época pela contestação da sociedade vigente, ademais, pela influência estrangeira na cultura brasileira. Essa concepção era representada por uma geração de jovens revolucionários que ideavam a liberdade pelo movimento da contracultura. O início da década de 1960 pautava-se no debate por convicções nacionalistas, tentando criar uma cultura nacional-popular concebida como resgate das origens do povo brasileiro. Nesse período, havia também o envolvimento dos estudantes na política e nos movimentos de valorização da cultura genuinamente brasileira. Para Darcy Ribeiro não seria necessário apenas abrir a universidade para as classes menos favorecidas, mas, sobretudo, superar as deficiências na formação escolar das classes menos favorecidas proporcionando não só o acesso, mas também condições para a permanência do aluno na instituição. Além do mais, havia a necessidade em superar as carências básicas de escolarização a essa nova demanda ingressante no ensino superior.

Nessa perspectiva, foi fundada a Universidade de Brasília, como utopia de uma geração que acreditava na educação como instrumento de libertação e reajustada diante de erros já cometidos. Uma das funções da universidade pautava-se na redução das desigualdades sociais por meio de políticas públicas de acesso às minorias. Temas como progresso e modernidade eram candentes na primeira metade do século XX e com vistas ao desenvolvimento do país. Diante dessa perspectiva, em um movimento pautado na democratização e no compromisso com a solução dos problemas do país, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro trabalharam em parceria para a criação da Universidade de Brasília implementada em 1962. A maneira com que a UnB foi estruturada contrastava com as universidades tradicionais e conforme consta, algumas funções básicas, nenhuma menos importante que outra, atribuídas à Universidade de Brasília, foram definidas em seu plano orientador (UnB, 1962).

- Ampliar as exíguas oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira.

- Diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica atualmente ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção, a expansão dos serviços e das atividades intelectuais estão a exigir.
- Contribuir para que Brasília exerça, efetivamente, a função integradora que se propõe assumir, através da criação de um núcleo de ensino superior aberto aos jovens de todo o país e a uma parcela da juventude da América Latina e de um centro de pesquisas científicas e de estudos de alto padrão
- Assegurar a Brasília a categoria intelectual que ela precisa ter como capital do país e torná-la, prontamente, capaz de imprimir um caráter renovador aos empreendimentos que deverá projetar e executar.
- Garantir à nova Capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais, para ensejar o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das Artes em todo o Brasil.
- Facilitar aos poderes públicos do assessoramento de que carecem em todos os Ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover.
- Dar à população de Brasília uma perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se mediocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo.

Considerando a Universidade de Brasília como instituição necessária ao desenvolvimento do país, eis as palavras proferidas pelo então presidente João Goulart ao sancionar a lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília e que descreve em poucas palavras a missão da UnB:

O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no País, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos, capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-lo ao serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília dotado da necessária criatividade para que esta cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram ao seu planejamento, fazendo da Capital da República um motivo de orgulho nacional. (UnB, 1962).

Outro objetivo da UnB pautava-se na diversificação das modalidades de formação oferecidas pelo ensino superior com novos cursos, ampliando as oportunidades de atuação aos egressos da instituição. Ao mesmo tempo que a UnB se consubstanciara na utopia de uma época, também era, sobretudo, a universidade necessária ao desenvolvimento da nação. A Universidade de Brasília teve como proposta programas que garantissem de alguma maneira, além do ingresso, a permanência dos estudantes na universidade, considerando a dualidade social. A entrada das classes populares no ensino superior torna-se difícil considerando os entraves no ingresso intensificado pela dificuldade na permanência, fato que contribui para a elitização da universidade.

A legislação atual nos confere alguns objetivos que indicam avanços na educação superior brasileira como a Lei nº 12.711/2012 que promove a reserva de vagas das universidades federais aos alunos oriundos das escolas públicas. Há de se considerar que o acesso das classes populares ao ensino superior foi um avanço, contudo, precisamos continuar com as reformas, garantindo não apenas o ingresso, mas a permanência do alunato na universidade. Importante salientar sobre a observância dos aspectos quantitativos e qualitativos do ensino superior brasileiro, comprometidos com o desenvolvimento da nação, pois a universidade é responsável pela preparação dos cidadãos e profissionais necessários ao seu desenvolvimento.

Assim, torna-se indispensável a universalização da educação superior pública no Brasil e consigo a responsabilidade na formação do cidadão visando a promoção do saber, da pesquisa e das humanidades. Outra questão importante abarca na cooperação com o mundo do trabalho e, sobretudo, análise das necessidades da sociedade, a qual opera para minimizar a pobreza e elevar o nível cultural do país proporcionando a inclusão social. Contudo, carecemos de políticas públicas empenhadas em minimizar a estratificação social, entendendo que políticas de governo vão e vem, num movimento de avanços seguidos de retrocessos, intermitente.

Acompanhamos estarecidos que, todo o “empenho” por massificação da educação, quer Básica, quer do Ensino Superior, por meio de políticas públicas pontualizadas ou outros paliativos, não erradica as desigualdades sociais e nem tão pouco promove horizontalmente o direito de acesso, permanência, humanização e democratização de oportunidades, muito embora o discurso reforce o contrário e ainda quando de sua diminuição, poderia se dizer que é mais representativa do que substantiva. (LIMA, 2013, p. 103).

As discussões sobre a universidade pública têm como intento distintas discussões com diversos posicionamentos que, mesmo em face de um discurso democratizador do ensino superior, este “somente alcançará uma dimensão humanizadora, democrática e universal quando não se limitar a medidas paliativas, que se preocupam muito mais em esvaziar as vozes do que promover uma transformação social verdadeiramente qualitativa.” (LIMA, 2013, p. 103). E é a partir do questionamento destas disposições que outras providências poderão ser reputadas, pois o acesso ao ensino superior em seu sentido mais amplo proporcionaria a humanização, a libertação e a universalização, favorecendo a superação da dicotomia de classes, pois, historicamente, temos o acesso ao ensino superior apenas a uma parcela pequena da sociedade, sobretudo, devido a desigualdade da nossa estrutura social. Para além, verificamos um ensino superior tardio em relação a países latino-americanos e a outros países

ocidentais. Sendo assim, precisamos trabalhar no processo de ampliação da universidade brasileira, pois são vetustos os desafios visando garantir o acesso das classes populares ao ensino superior superando a contradição existente na dualidade da sociedade brasileira.

No ano de 1964, foi instaurado no Brasil o regime ditatorial que durou mais de duas décadas e teve sua prevalência até meados de 1980, sob a gestão de sequentes governos militares. Nesse mesmo ano, a UnB foi invadida e tomada pelos militares, pois acreditava-se que a instituição fosse um antro subversivo e perigoso. Tão logo, assumiram sucessivos reitores interventores, o que de certa maneira interrompeu o prosseguimento da universidade tal qual foi concebida. Assim sendo, interrompe também as reformas propostas pela sociedade, posto que, uma das características de governos ditatoriais se apoia na preocupação com as instituições de ensino, visando sua tutela pelo Estado, pois é nela que há liberdade para refletir e construir.

O golpe militar deflagrado ocasionou na ruptura das expectativas daquele período e dissipou os movimentos democráticos e culturais da década de 1970, difundidos por artistas, políticos e intelectuais da época, não obstante, em concepções dantes embrionadas, pois a

estrutura de sentimento da brasilidade revolucionária não nasceu do combate à ditadura, mas vinha de antes, forjada no período democrático entre 1946 e 1964, especialmente no governo Goulart, quando diversos artistas e intelectuais acreditavam estar na crista da onda da revolução brasileira em curso. (RIDENTI, 2005, p. 85).

Muitos intelectuais, artistas e políticos foram fadados à repressão e ao exílio com consequências desastrosas para a produção cultural e intelectual do país (BUARQUE, 1999, p. 4.8 apud RIDENTI, 2005, p. 85). Além da tortura, de todos os horrores de que se poderia falar, houve um emburrecimento do país. A perspectiva do país foi dissipada pelo golpe (BUARQUE, 1999, p. 4.8 apud RIDENTI, 2005, p. 85-86). Esse contexto ocasionou no egresso de personalidades engajadas na expectativa de prosperidade no panorama brasileiro, mas acarretou em perdas a diversos setores da sociedade.

Já na década de 1990, Darcy Ribeiro rememora o sentimento de derrota que o acompanhou e a Anísio Teixeira na época em que foram expulsos da Universidade de Brasília e da invasão dessa instituição pelas tropas militares. “Juntos, vimos todas essas conquistas serem desmerecidos e degradadas por uma ditadura que impôs ao Brasil retrocessos em todos os campos. Inclusive, sobre nosso sistema educacional já tão precário que foi levado a calamidade” (FERRAZ, 2008, p. 78).

3.3 A UnB e o golpe de 1964: utopia interrompida e diáspora

O início da década de 1960 no Brasil se consubstanciou num período agitado e pautava-se, entre outras coisas, no debate por convicções nacionalistas, tentando criar uma cultura nacional-popular concebida como resgate das origens do povo brasileiro. Nesse período, havia uma relação entre arte e política que também contava com o envolvimento dos estudantes nestes movimentos. Na área educacional tínhamos um intenso debate por reformas a favor da escola pública de qualidade. Muitos eram os interesses envolvidos nesse processo, uns a favor da escola pública e laica, outros da privada e confessional num conflito de pretensões. Considerando as discussões inerentes a esse contexto, no ano de 1961 é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que regulamentou as normas gerais para o sistema de ensino. Assim, mesmo que diante de interesses diversos, tínhamos alguns avanços na esfera educacional.

Como vimos anteriormente, foi na perspectiva de crescimento e modernização da sociedade brasileira e na transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília que foi criada a Universidade de Brasília. Essa instituição foi concebida devido a participação de vários sujeitos que acreditavam na educação como possibilidade de libertação e ascensão social. Assim foi criada a UnB, proveniente da utopia de muitos intelectuais. Seus primeiros anos foram de progresso, tão somente, até a instauração do militarismo no Brasil.

Assim, com o golpe de 1964 a novel Universidade de Brasília atravessou momentos difíceis e muitas atribulações, afastamentos de reitores e professores sem motivação foram realizados nas universidades pelo fato de serem considerados obstáculos às ações repressivas do governo e “por estar mais perto do poder, a instituição foi uma das mais atingidas” (UnB, 2021). Com essa invasão e ocupação do *campus* pelos militares, a UnB ficou desorientada na condução de suas atividades devido aos entraves impostos pela ditadura. Mesmo se esforçando para manter o cotidiano da instituição, simular uma estabilidade era infactível. Esta posição é reforçada pelas afirmações de Machado Neto:

a demissão do Reitor Anísio Teixeira e do vice-Reitor Almir de Castro e a destituição do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília. A UnB ficou, desse modo, desgovernada, mas, mesmo assim, passados os primeiros dias de susto, retomamos as aulas cujos professores não estavam presos e tentamos manter a aparência de uma normalidade realmente impossível” (MACHADO NETO apud RIBEIRO, 1969, p. 251).

Atendendo a esse contexto ditatorial, teve início o processo de expurgo de professores, discentes e reitores de algumas universidades, especialmente da Universidade de Brasília. Darcy narra o quanto foi difícil testemunhar a diáspora mundo afora dos sábios que outrora vieram para contribuir com a UnB, mas por apresentarem ameaça de empecilho ao regime recém-instaurado, vários foram demitidos de maneira desarrazoada, e declara: “Não éramos mesmo compatíveis com a ditadura que se instaurou contra o povo e contra nação. Foi no ato de defesa própria que a ditadura dispersou aquele corpo de professores e irredentos. Eles acreditavam que fôssemos perigosos. Final gosto de pensar que éramos mesmo.” (RIBEIRO, 2018, p. 135).

Vários foram os que fizeram parte da utopia da Universidade de Brasília e Darcy Ribeiro rememora sobre o professor Roberto Salmeron que se transfere juntamente com sua família de Genebra para Brasília: “querendo passar aqui o resto de sua vida. Ele é até hoje um viúvo da Universidade de Brasília; chorando a dor de vê-la morrer naquilo que era seu espírito, sua flama: o desejo e a liberdade de pensar, de pesquisar, de ensinar.” (RIBEIRO, 2018, p. 108). Assim, o sonho da universidade necessária vai deixando de existir com a diáspora de seus professores, em razão do governo militarista. Diversas foram as invasões militares na Universidade de Brasília, sendo que:

A primeira invasão aconteceu no dia 9 de abril de 1964, apenas nove dias após o golpe militar. O então reitor Anísio Teixeira e o vice Almir de Castro foram surpreendidos por tropas do exército e por policiais de Minas Gerais. Os militares chegaram em 14 ônibus, com três ambulâncias já preparadas para possíveis confrontos. No *campus*, invadiam salas de aula, revistavam estudantes, procuravam armas e material de propaganda subversiva. Buscavam também 12 professores que deveriam ser presos e interrogados. A biblioteca e os escritórios dos professores ficaram interditados por duas semanas. (UnB, 2021).

Ficamos a imaginar o quão perigosa e subversiva era considerada pelo Governo a Universidade de Brasília para ser submetida a invasões com aparato policial e material bélico. Edmar de Almeida relembra a época de ocupação vivido no *campus* da UnB quando era aluno da instituição e encontrava refúgio na biblioteca do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses, posteriormente extinto, e menciona que “A Universidade fora invadida pelos militares. Todas as manhãs, nosso salvo conduto era a instabilidade e o medo. [...] O sonho de todos acabou. De Dr. Anísio Teixeira, de Darcy Ribeiro, de tantos professores e alunos. E foi por muito tempo.” (SILVA, 2007). Considerando as atribulações desse período, o interior da UnB foi marcado por momentos árduos e, conforme Darcy, um deles foi o “da prisão e humilhação de dezenas de

professores que em 1964 foram desnudados numa delegacia de Brasília e lá passaram a noite sendo atormentados.” (RIBEIRO, 1986, p. 8).

Consta também da entrevista com o professor João Ferreira o relato de alguns fatos vivenciados na companhia do professor Agostinho da Silva, desde sua vinda de Portugal ao Brasil para lecionar na UnB em janeiro de 1968 e expõe:

Como a partir de 1964 surgiu o governo militar, Agostinho, embora sem partido político, lutava por uma sociedade livre em suas formas de organização e de expressão. Disso não abriu mão nunca. Na Universidade, tentou tocar seus projetos culturais enquanto pôde, apesar da ditadura. A partir de 1968, porém, a nova Reitoria com desconfiança a liberalização política dos que frequentavam o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses, e também o Centro de Estudos Clássicos, e foi pensando na extinção dos centros a curto prazo. (SILVA, 2007, p. 275).

Como discorremos anteriormente, no dia 13 de dezembro de 1968 foi editado o Ato Institucional nº5, considerado o mais duro instrumento institucionalizado pela ditadura militar. Assim, na eminência de reviver novamente as agruras dantes vivida sob o jugo da ditadura salazarista, Agostinho da Silva retorna a Portugal.

Esse período obscuro da nossa história trouxe fatos assombrosos, incompatíveis com a humanidade. Darcy fala sobre seu destino e o de Anísio Teixeira e da diáspora do corpo docente da UnB “Anísio foi, mais uma vez, proscrito; eu, exilado. O corpo de sábios que leváramos para Brasília, como professores e pesquisadores, acossado pela brutalidade da ditadura, se demite, numa diáspora dolorosa. Morria outro sonho anisiano de Universidade. Eu lá de longe jurava: havemos de amanhecer...” (RIBEIRO, 1967 apud RIBEIRO, 1991, p. 3). Somente um ano após a primeira invasão, em 1965, novamente a UnB foi tomada pelas tropas militares em razão de uma greve de 24 horas como resposta “à demissão dos professores Ernani Maria de Fiori, Edna Soter de Oliveira e Roberto Décio de Las Casas, afastados por 'conveniência da administração’” (UnB, 2021). E nesse clima efervescente, pela segunda vez:

As tropas chegaram na madrugada do dia 11 de outubro e cercaram as entradas do *campus*. Alunos e professores eram impedidos de entrar. Os soldados ficavam na entrada dos edifícios, proibiam qualquer agrupamento de pessoas e não permitiam nem a entrada nos laboratórios para que animais envolvidos em pesquisas fossem alimentados. Uma semana depois, o reitor demitiu quinze professores, alegando que eles eram os responsáveis pelo ambiente de perturbação. Esses professores, segundo o reitor, haviam se manifestado de forma subversiva durante assembleia e Zeferino justificou as demissões como "medida disciplinar". Entre os demitidos estava Sepúlveda Pertence, que mais tarde seria presidente do Supremo Tribunal Federal (UnB, 2021).

Por essas demissões arbitrárias, o ambiente de instabilidade, intolerância e apreensão tomou conta da UnB, pois outros docentes recebiam ser demitidos de maneira iníqua, conforme consta na afirmação:

Houve reação: 223 dos 305 professores da Universidade demitiram-se em seguida. O professor Roberto Salmeron conta em seu livro *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*, que os professores estavam fartos do clima de instabilidade que havia se instalado na Universidade. "Chegara o momento em que devíamos escolher com lucidez entre somente duas alternativas: aceitar as interferências externas ou recusá-las", lembra. Cerca de 80% dos professores decidiram recusar. (UnB, 2021).

Quando Darcy Ribeiro recebeu o título de Doutor honoris causa pela Universidade de Brasília no ano de 1995, proferiu um discurso ressaltando sua emoção pelo regresso à Universidade de Brasília, quando diz:

Meu sentimento hoje é o de reencontro com minha filha querida, já passada dos trint'anos, que assoma como uma primeira encarnação do que houvera sido, se tantas provações não lhe caíssem em cima. A ditadura militar regressiva e repressiva que avassalou o Brasil, assaltou furiosa nossa universidade, ainda menina. Acompanhei, em angústia indizível, desde o exílio, o que aqui sucedia. Cheguei a pensar loucuras, como a pretensão de que o Governo aceitasse minha entrega à prisão em troca de paz para universidade. Pretensões minhas, eu era nada e não sabia. (RIBEIRO 2018, p. 133).

Porém, o golpe militar que abateu o Brasil de maneira repressiva e regressiva recaiu sobre a Universidade de Brasília, fazendo-a recuar de seu projeto original. "A UnB é uma utopia, vetada, uma ambição proibida, por agora, de exercer-se. Mas permanece sendo, esperando, como a nossa utopia concreta, pronta a retomar-se, para se repensar e refazer, assim que recuperarmos a liberdade de definir o nosso projeto como povo e a universidade que deve servi-lo" (RIBEIRO, 1967, p. 123 apud UNB, 1991).

Efetivamente, as transformações propostas na criação da Universidade de Brasília foram interrompidas em sua realização e a democracia retomada somente "em 1984, com a eleição do reitor Cristovam Buarque" (UnB, 2021). Os primeiros anos da década de 1980 foram marcados pela redemocratização e a UnB esteve frente ao desafio de recobrar sua condição de instituição de vanguarda. Desafio de recriar a universidade necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Experenciemos no transcorrer dessa pesquisa a oportunidade de arrazoarmos sobre alguns aspectos inerentes ao ensino superior brasileiro. Para tanto, além de fazer uma retrospectiva do cenário educacional a partir do traslado da família real portuguesa para o Brasil em 1808 até o primeiro quartel do século XX, versamos principalmente sobre o processo de criação da Universidade de Brasília, bem como seus primeiros anos de funcionamento. A UnB partia do pressuposto de instituição pública articulada com a sociedade e sempre alinhada ao desenvolvimento da sociedade e, por conseguinte, o nacional, pois o melhor investimento que um país pode fazer para seu futuro encontra-se na educação de seu povo e, para além disso, no fomento às pesquisas realizadas pelas universidades.

Consideramos que a universidade pública brasileira precisa continuar a progredir, pois uma nação desenvolvida necessita de uma universidade próspera. Atualmente, percebemos o aumento do acesso às universidades, sejam elas públicas ou privadas, atendendo ao incremento de políticas públicas que democratizam o ingresso dos estudantes ao ensino superior e, de certa maneira, proporcionando condições menos excludentes aos estudantes das classes populares. Diante da ampliação das vagas cresce também a demanda pelo ingresso nas universidades públicas em razão da gratuidade e da qualidade do ensino oferecido por estas instituições, proporcionando também novas oportunidades de formação.

Dessa maneira, podemos considerá-las como instituições responsáveis pela capacitação do indivíduo com fins de ingresso ao mercado de trabalho, mas também na formação de intelectuais. Estamos diante de um paradoxo: ao mesmo tempo que almejamos uma universidade que inclui, estamos inseridos num sistema social excludente. Esse se constitui um grande desafio do sistema educacional, uma vez que as desigualdades sociais refletem-se nas desigualdades escolares.

As manifestações culturais da década de 1960 contribuíram para conflitos que contestavam a política e a sociedade da época. Embora o Brasil estivesse numa ditadura com graves restrições aos direitos humanos, esses movimentos sociais e culturais sofreriam mais ainda sob o jugo do AI-5, que determinou a repressão de manifestações. Uma característica dos governos militares se fundamenta na preocupação com a educação e a cultura devido a serem locais propagadores de ideologias diversas. A ditadura foi um período de horror que devemos rememorar para não correr o risco de repetir.

O resgate do espírito fundador e a intencionalidade que presidiu sua concepção e criação da UnB como universidade necessária torna-se fundamental para a construção do Projeto Político-Pedagógico Institucional. Sem esse resgate, as razões e a essência de sua fundação se perdem e não nos permitem analisar a sua evolução ao longo dos últimos anos. Ainda hoje, a maioria da estrutura universitária contida no Plano Orientador da UnB de 1962 corresponde basicamente às necessidades atuais do sistema universitário brasileiro. Somente no ano de 2018, após quase uma década de debates, surge o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) da Universidade de Brasília, documento que atualiza e substitui o Plano Orientador de 1962. Várias questões são reestruturadas, mas algumas continuam análogas ao disposto na década de 1960, pressupondo a contemporaneidade do documento que vigorou por quase seis décadas.

Ainda em processo de construção, a Universidade de Brasília teve suas aulas iniciais efetivadas em um dos prédios da Esplanada dos Ministérios. O corpo discente inicial constituiu-se de 413 estudantes, que desenvolveriam estudos de graduação e de pós-graduação. Com a década de 1980 marcada pelo processo de redemocratização, a Universidade de Brasília também retoma suas atividades inerentes às concepções iniciais e após cinco anos do início da trajetória da UnB as vagas aumentaram consideravelmente em números, bem como a quantidade de docentes. Além disso, surge o programa de apoio à pesquisa como um marco importante nessa trajetória histórica.

Havia por parte de Darcy Ribeiro uma preocupação com o acesso e a permanência dos alunos na instituição. Atualmente, a UnB possui políticas de apoio aos discentes descritas no seu Projeto Político Pedagógico Institucional que têm por base o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNA-ES), criado a partir do Decreto nº 7.234/2010. Dessa maneira, esses programas possuem como público alvo os discentes regularmente matriculados em disciplinas de cursos presenciais e são efetivados após análise de sua condição socioeconômica. Um dos princípios fundamentais da UnB ainda consiste em formar pessoas capacitadas, quiçá propor mudanças para o futuro. As escolas e as universidades deverão ser lugares abertos, espaços aos quais a comunidade possa aderir se, por caso, neles tiver interesse e aproximará a Universidade da comunidade, tentando implementar a máxima da Educação para todos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. A. Uns e outros. In: _____. **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2018.

ANDRÉ, M.; LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2018.

BOMENY, H. **Manifesto "Mais uma vez convocados"**. Rio de Janeiro: FGV, 2021. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoMaisUmaVez>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BOMENY, H.; JOSIOWICZ, A. O exílio de Darcy Ribeiro e Ángel Rama. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 320-346, dez. 2017. <https://doi.org/10.12957/irei.2017.32015>. Doi: <https://doi.org/10.12957/irei.2017.32015> Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/32015>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: DOU, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 11 de dez. 2019.

BRASIL. Poder Executivo Federal. **Decreto nº 7247 de 19 de abril de 1879**: reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. Rio de Janeiro: DOU, 1879. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/188161-reforma-o-ensino-primario-e-secundario-no-municipio-da-curte-e-o-superior-em-todo-o-imperio.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Brasília, DF: DOU, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brazil. **Carta de Lei de 25 de março de 1824**: manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Brasília, DF: Coleção de Leis do Império do Brasil, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Brasília, DF, 1934. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890**: aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942**: Lei orgânica do ensino secundário. Brasília, DF: DOU, 1942. Disponível em: <http://www.solei.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911**: aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Brasília, DF: DOU, 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=A%20policia%20academica%20tem%20por,providenciar%20sobre%20a%20policia%20academica>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915**: reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Brasília, DF: DOU, 1915. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html#:~:text=Rio%20de%20Janeiro.,Art.,Ihe%20gratuitamente%20edificio%20para%20funcionar>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 48.599, de 25 de julho de 1960**: designa comissão para realizar estudos complementares sobre a Universidade de Brasília. Brasília, DF, 1960a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48599-25-julho-1960-387963-publicacaooriginal-1-pe.htm>. Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961**: cria o parque Nacional de Xingu. Brasília, DF: DOU, 1961a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50455-14-abril-1961-390087-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 50.732, de 6 de junho de 1961**: cria Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília. Brasília, DF: 1961b. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/80956-cria-comissuo-de-planejamento-da-universidade-de-brasulia.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920**: institui a Universidade do Rio de Janeiro. Brasília, DF: DOU, 1920. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto no 500, de 15 de janeiro de 1962**: institui a Fundação Universidade de Brasília, DF, 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dcm/dcm500.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889**: declara que se consideram eleitores para as camaras geraes, provinciaes e municipaes todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e politicos, que souberam ler e escrever. Brasília, DF: Coleção de Leis do Brasil - CIBR, 1889a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0006.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889**: dissolve e extingue as assembléas provinciaes e fixa provisoriamente as attribuições dos governadores dos Estados. Brasília, DF: Coleção de Leis do Brasil - CIBR, 1889b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Lei no 3.998, de 15 de dezembro de 1961**: autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1961c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3998.htm. Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**: fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: DOU, 1961d. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>. Acesso em 10 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**: fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Brasília, DF: DOU, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 13 dez. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 1.861 de 1960**: Autoriza a Instituição da Fundação Universidade de Brasília. Brasília, DF: Diário do Congresso Nacional, 1960b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=197024> Acesso em: 15 abr. 2021.

BRUNIERI, C. Expedição Roncador-Xingu instala núcleos de povoamento, abre campos de pouso e chega às cabeceiras do Xingu; a experiência de contato com os povos do Alto Xingu inspira a criação do parque indígena: onde tudo começou. **Revista Entreteses**, Vila

Clementinon. n. 4, p. 1-63, nov. 2015. Disponível em: <https://www.unifesp.br/edicao-atual-entreteses/item/1870-revista-entreteses-ed-05>. Acesso em: 15 maio 2021.

CARA, D. Perfil: O criador da Escola Nova. *Desafios do Desenvolvimento*, IPEA, ano 12, ed. 86, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3246&catid=30&Itemid=41. Acesso em: 15 fev. 2021.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999. (Encyclopaidéia).

CASTRO SOBRINHO, D.; NASCIMENTO, E. M. M. A influência da filosofia pragmatista de John Dewey no movimento dos pioneiros da Educação Nova. *Revista Fundamentos*, Teresina, v. 2, n. 1, p. 31-44, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/fundamentos/article/download/3718/2140>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CARACTERÍSTICAS do Humanismo: movimento marcado pelo Antropocentrismo e Racionalismo. Guia Estudo, 2020. Disponível em: <https://www.guiaestudo.com.br/caracteristicas-do-humanismo>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CARNEIRO, A. **Roquete-Pinto**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC); FGV, 2021. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ROQUETTE-PINTO.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

DIAS, M. A. R. **UnB e comunicação nos anos 1970: acordo tácito, repressão e credibilidade acadêmica**. Brasília, DF: UnB, 2013.

DICIONÁRIO AULETE Digital: o dicionário da língua portuguesa na internet: humanismo. [s. L.]: Lexikon Editora Digital, 2021. Disponível em: <https://aulete.com.br/humanismo>. Acesso em: 20 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Arquivo Público do Distrito Federal. **Galeria de prefeitos e governadores**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.arpdf.df.gov.br/galeria-de-prefeitos-e-governadores/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

DORIGÃO, A. M. **Darcy Ribeiro e a reforma da universidade: autonomia, intencionalidade e desenvolvimento**. 2015. 97f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses/2015/2015%20-%20Antonio%20Dorigao.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

EPIFÂNIO, R.; PINHO, R. V.; DAVI, A. P. (org.). **In memoriam de Agostinho da Silva: 100 anos, 150 nomes**. 1. ed. Corroios: Zéfiro, 2006. (Ventos da *Lusophia*).

ERTHA, C. D.; MARTINAZZO, C. J. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XXI., 2013. Ijuí. **Anais** [...] Ijuí: UNIJUÍ, 2013. p. 1-4. <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/2141/1798>. Acesso em: 20 maio 2021.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, jul./dez. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FERRAZ, I. G. Introdução. In: _____. **Darcy Ribeiro: utopia Brasil**. São Paulo: Hedra, 2008. p. 78.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945): Estado Novo e fascismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova>. Acesso em: 19 ago. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova>. Acesso em: 19 mar. 2021.

GALVÃO, L. M. **Constituição, educação e democracia: a Universidade do Distrito Federal (1935-1939) e as transformações da Era Vargas**. 2017. 238 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23956/1/2017_LailaMaiaGalv%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

GARCIA, J. N. **Agostinho da Silva: o homem que veio do futuro**. 51 f. 2015. TCC Curso de Pós-graduação Lato Sensu em História, Sociedade e Cidadania. Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8074/1/51500499.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GOMES, C. A. **Darcy Ribeiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

HAMZE, A. A escola nova e o movimento de renovação do ensino. **Construir Notícias**, Conceição do Jacuípe, ed. 12. 2021. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/a-escola-nova-e-o-movimento-de-renovacao-do-ensino/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LIMA, G. G.; GATTI JÚNIOR, D. Educação, sociedade e democracia: John Dewey nos manuais de história da educação e/ou pedagogia (Brasil, Século XX). **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 23, e93210, p. 1-43, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/93210>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/3dCXpsFDxjzKJr7T5pNjQMD/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 19 mar. 2021.

LIMA, V. L. S. Os manifestos de 1932 e 1959 e suas contribuições para as diretrizes e bases da educação. **Revista Communitas**, Cruzeiro do Sul, v. 1, n. 1, p. 247-267, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/COMMUNITAS/article/view/1172>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LIMA, V. H. Política, desmanche do Brasil e Museu Nacional do Rio. **Revista Subjetiva**, set. 2018. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/pol%C3%ADtica-desmanche-do-brasil-e-museu-nacional-do-rio-e3941ac042c1>. Acesso em: 24 dez. 2020.

LIMA, P. G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/pyTmcW8VvGfzBSr9YRWrpFj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LOPES, S. C. Um modelo autônomo e integrador de formação docente: a breve experiência da universidade do Distrito Federal (1935-1939). **PROEDES/UFRJ**, Rio de Janeiro, p. 144-161, jul. 2008. Disponível em: <file:///D:/DOCUMENTOS-LUCIANA/Downloads/1546-2706-3-PB.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MAGEE, B. **História da Filosofia**. Singapura: Civilização, 1999.

MALUSÁ, S. Conversando com Ilma Passos de Alencastro Veiga. In: MALUSÁ, S.; SARAMAGO, G. (Org.). **Docência Universitária: dimensões teóricas e pressupostos da prática**. Monte Carmelo: FUCAMP; Uberlândia, Navegando Publicações, 2017. p. 17-24. Disponível em: <https://www.unifucamp.edu.br/wp-content/uploads/2020/03/docencia-universitaria.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MELO, J. M. S. **História da Educação no Brasil**. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. 2. ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

MESURAM, D.; VIEIRA, L.; DALLABRIDA, N. As mudanças experimentadas pela cultura escolar no Ensino Secundário devido à implementação da Reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. In: COLÓQUIO ENSINO MÉDIO, HISTÓRIA E CIDADANIA, VIII., 2013, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2013. v. 3. p. 01-13. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/4066>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MIGLIEVICH-RIBEIRO A. Darcy Ribeiro e UnB: intelectuais, projeto e missão. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 96, p. 585-608, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3995/399552161003/html/>. Acesso em 12 ago. 2021.

MONTALVÃO, S. S. As representações do intelectual no manifesto Mais uma vez convocados (1959). *Intellectus*, v. 14, n. 2, p. 189-206, dez. 2015. Doi: <https://doi.org/10.12957/intellectus.2015.20987>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/21017>. Acesso em: 21 fev. 2021.

NASCIMENTO, L.; FAVORETO, A. **Émile Durkheim, John Dewey e Antônio Gramsci**: em debate a teoria da educação transformadora. *Revista Educação em Questão*. Natal, v. 56, n. 49, p. 286-293, jul./set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2018v56n49>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/issue/view/813/v56n49>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PALMA FILHO, J. C. A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-reitoria de graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. **Cadernos de Formação**: formação de professores, educação, cultura e desenvolvimento. 3. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. p. 71-84. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/337931/1/caderno-formacao-pedagogia_3.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

RESENDE, M. R. A Constituição de 1934. *Politize*. 2015. Disponível em: <https://www.politize.com.br/constituicao-de-1934/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

RIBEIRO, D. **Carta a Anísio Teixeira**. 28 mar. 1966. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira, 1996. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/cartas/darcy.html>. Acesso em: 01 maio 2021.

_____. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Educação como prioridade**. 1. ed. São Paulo: Global, 2018.

_____. “Primeira fala ao Senado”. In: FERRAZ, I. G. **Darcy Ribeiro**: utopia Brasil. São Paulo: Hedra, 2008. p. 75-96.

_____. UNB: invenção e descaminho. In: _____. **A Invenção da Universidade de Brasília**. Carta, Fala, reflexões e memórias: Informe de Distribuição Restrita do Senador Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991. p. 121-165. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/revistas/A_carta.pdf. Acesso em: 08 maio 2021.

_____. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **Universidade para quê?** Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1986.

RIBEIRO, E. A. Democracia Pragmatismo e Escola Nova No Brasil. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 2, p. 170-186, 2004. <https://doi.org/10.36311/1415-8612.2004.v4n2.91> Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/91> Acesso em: 20 set. 2021.

RIDENTE, M. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, Campinas, v. 17, n. 1, p. 81-110, jun. 2005. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103->

20702005000100004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ts/a/f4Ztm8ZzQsWhgywLyjWNWJq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ROCHA, M. B. M. O ensino elementar no Decreto Leôncio de Carvalho: "visão de mundo" herdada pelo tempo republicano? **Revista Brasileira de Educação**, Juiz de Fora, v. 15, n. 43, p. 126-147;199-200, jan./abr. 2010. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000100009>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/cSrxRSF7rmQ6qW6BLDyHWd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SANTOS, L. **A identidade da América Latina**: o projeto intelectual de Leopoldo Zea. Goiânia: IFG, 2016.

SOUSA; A. S. OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2336/1441> Acesso em: 15 out. 2021.

SIGNIFICADO de Escola Nova. Significados. 2019. Disponível em: <https://www.significados.com.br/escola-nova/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVA, A. Depoimento do Professor Agostinho da Silva à Comissão Parlamentar de Inquérito". In: SIEWIERSKI, H. (Org.) **Agostinho da Silva**: universidade: testemunho e memória. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Departamento de teoria Literária e Literaturas, 2009. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/000039711ac22c1649f58>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SILVA, A.; AGOSTINHO, P. **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

SILVA, A. **Vida Conversável**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1994.

SILVA, E. C. H.; SILVA, B. V. G. Entre o ensino médio e o superior: as escolhas profissionais dos jovens de um cursinho pré-vestibular popular de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 15, n. 2, p. 35-48, jul./dez. 2016. Doi: <https://doi.org/10.14393/REP-v15n22016-art03>. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reeducpop/article/view/33379/pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SILVA, D. N. Vinda da família real para o Brasil. **Brasil Escola**. 2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/corte-portuguesa.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SCHWARTZMAN, S. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 66, n. 153, p. 165-72, maio/ago. 1985. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema_interpretacao.htm Acesso em: 07 abr. 2021.

SOUZA, E. Os sinais da educação integral (1960) Educação. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 1, p. 27-39, jan./abr. 2016. <https://doi.org/10.5902/1984644417934>. Doi: <https://doi.org/10.5902/1984644417934>. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/17934>. Acesso em: 15 mar. 2021.

TEIXEIRA, A. A universidade de ontem e de hoje. In: _____. **Educação e o Mundo Moderno**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. Cap. 12. p. 148-163. Disponível em:

<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/fran/back.html>. Acesso em: 22 jul. 2021.

TEIXEIRA, A. A escola pública universal e gratuita. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 64, out./dez. 1956. p. 3-27. Disponível Em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/gratuita.html> Acesso em: 15 out. 2021.

TEIXEIRA, M. C. O Direito à Educação nas Constituições Brasileiras, **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 146-168, abr. 2008. Doi: <https://doi.org/10.15603/2176-1094/rcd.v5n5p146-168>. Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/RFD/article/viewFile/464/460> Acesso em: 12 dez. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB. Conselho Diretor da Fundação. **Plano Orientador da UnB**. Brasília, DF: UnB, 1962. Disponível em: http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao/ate1979/PDE_UnB_Plano_Orientador_UnB_1962.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

_____. **Educação a distância**. Brasília, DF, 2021a. Disponível em: <https://unb.br/academico-rodape/educacao-a-distancia> Acesso em: 06 jun. 2021.

_____. **História**. Brasília, DF: Unb, 2021b. Disponível em: <https://unb.br/a-unb/historia> Acesso em: 17 maio 2021.

_____. **Inovações históricas**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://unb.br/a-unb/historia/633-invasoes-historicas?menu=423>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. **Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília**: Versão aprovada na 450ª Reunião do Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade de Brasília, Brasília, DF: UnB, 2018. Disponível em: <http://dpo.unb.br/images/PPPIVersaoAprovadaConsuni.pdf>. Acesso: 25 abr. 2021.

VARELA, S. O mestre Agostinho da Silva. In: SILVA, A.; AGOSTINHO, P. **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Ruy Barbosa, 2007, p. 245.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 11-52.

VICENTE, J. P. A.; GONÇALVES NETO, W. Estratificação estamental pela via da educação: reflexões a partir da Reforma Leôncio de Carvalho. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo,

v. 18, n. 33, p. 43-61, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/1702/1125>. Acesso em: 10 jul. 2021.

WANICK, M. C. **Projetos de Educação e Divulgação científica no Brasil: Edgard Roquette-Pinto e a Revista Nacional de Educação (1932-1934)**. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9298/1/tese_9721_disserta%c3%a7%c3%a3o%20agora%20vai%20mariana%2025-06%20CERTO.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

LIMA, N. T.; SÁ, D. M. Edgard Roquette-Pinto: Antropologia brasileira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 3, p. 557-559, set./dez. 2009. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000300014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/tSFPwTVF6j8vjmdyBy9tjnR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

XAVIER, L. N. O manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como um divisor de Águas na história da Educação brasileira. In: COLÓQUIO NACIONAL 70 ANOS DO MANIFESTO DOS PIONEIROS: UM LEGADO EDUCACIONAL EM DEBATE, 2002. Belo Horizonte. **Anais** [...] Pedro Leopoldo, 2002, p. 1-24. Disponível em: http://www.convenio1931.ence.ibge.gov.br/web/ence/libania_manifesto.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.